



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**210ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 17 e 18 de abril de 2013**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**210ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo Ala “A” – 1º Andar – Brasília-DF

**Data:** 17 e 18 de abril de 2013

1 Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e treze teve início a Ducentésima Décima Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta do  
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria de  
4 Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes  
5 do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, MDS; Conselheira Solange Teixeira, MDS;  
6 Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro José  
7 Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS; Conselheiro José Ferreira da  
8 Cruz, SNAS; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, MPS; Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari,  
9 SNAGI; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Charles Roberto Pranke,  
10 CONGEMAS; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheira Márcia de  
11 Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira;  
12 Conselheiro Charles Roberto Pranke, CONGEMAS; Conselheira Valéria da Silva, Legião da Boa  
13 Vontade; Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheiro  
14 Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Nilsia Lourdes dos  
15 Santos Miranda, UNEGRO; Conselheira Aldenora Gomes González, Confederação Nacional das  
16 Associações de Moradores, CONAM; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa;  
17 Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais,  
18 ABEDDEV; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, FENAS; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho  
19 Nunes, CTB; e, Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF. **Visitantes:** Maria Conceição Ferreira,  
20 CMAS/RJ; Giane Rodrigues Vilhalba; Rosinete Costa, CEAS/PE; Maria da Conceição de Melo, CEAS/PE;  
21 Ana Beatriz de Almeida, S/DF; Rickelly Leveria; Ana Lúcia Soares, FNTSUAS/ABRATO; Luziana Carvalho  
22 de A. Maranhão, COFFITO; Pedro Sintoli, CEAS/GO; Heloiza Alves Ribeiro, CEAS/GO; e, Tânia Miriam  
23 de Souza, CEAS/GO. **ABERTURA.** A Vice-Presidenta, iniciando a reunião, solicitou à Secretária-  
24 Executiva a verificação do quorum: Conselheiro Titulares e na Titularidade: **ABERTURA.** A Presidenta  
25 iniciou a reunião, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e  
26 na Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Conselheira Simone Aparecida  
27 Albuquerque, Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira  
28 Fátima Aparecida Rampin, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,  
29 Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheiro Volmir Raimondi,  
30 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira Aldenora Gomes González, Conselheira Margareth  
31 Alves Dallaruvera, Conselheira Jane Pereira Clemente. Conselheiros Suplentes: Conselheira Solange

32 Teixeira, Conselheiro Fábio Bruni, Conselheiro Marcílio Ferrari, Conselheiro Charles Pranke,  
33 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro, Conselheira Nilsia  
34 Lourdes dos Santos, Conselheiro José Araújo da Silva e Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes.  
35 A Presidenta falou sobre as novas instalações do CNAS, agradecendo à Secretária Nacional de  
36 Assistência Social, Sra. Denise Colin, pelo seu importante apoio e informando a inauguração desse  
37 espaço após a conclusão das obras. A seguir, passou a palavra para a Vice-Presidente do CNAS,  
38 Conselheira Leila para manifestações, que destacou a participação das gestões anteriores para esse  
39 crescimento, contando com o apoio da Presidenta e da Secretária Nacional para estar nesse  
40 importante espaço e desejando a todos um bom trabalho. A Secretária Denise agradeceu e colocou  
41 esse espaço de deliberação da Política Pública à disposição das entidades da Sociedade Civil,  
42 melhorando as condições de todos para acompanhar e construir essa proposta. Reconheceu o  
43 empenho da Presidenta Luziele e da Secretaria-Executiva nesse processo, ademais de todos os demais  
44 membros que pensavam uma Política Pública para todo o país, parabenizando os Conselheiros e em  
45 especial a Presidenta Luziele por ter construído e deixado esse legado para o CNAS. A Presidenta  
46 registrou que se não fosse a parceria com a Secretaria e à qual o Conselho Nacional estava vinculado,  
47 a dedicação da Secretaria-Executiva do Ministério, na pessoa do Secretário-Executivo Sr. Marcelo  
48 Cardona e o empenho da Ministra, não teriam vencidos os obstáculos e se encontrar nesse momento  
49 tão importante, manifestando-se emocionada e abrindo a palavra ao Pleno. Os Conselheiros  
50 Anderson, Wagner, Simone e José da Cruz, manifestaram sua satisfação com o novo espaço,  
51 ressaltando o importante trabalho que realizavam. A Presidenta agradeceu as manifestações,  
52 destacando a ausência do Conselheiro Anderson na inauguração desse espaço e registrando o  
53 agradecimento ao Ministério da Previdência Social na pessoa da Conselheira Fátima Rampin,  
54 solicitando que levasse essa palavra ao Secretário Gabas. Falou sobre as novas mudanças que seriam  
55 feitas, com esse espaço ficando pronto até meados de junho, julho. Prosseguindo, relatou a **Pauta:**  
56 **Dia 16/04/2013** - Comissões Temáticas. **Manhã: 9h às 16h** - Reunião da Comissão de  
57 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. - Reunião da Comissão de Financiamento e  
58 Orçamento da Assistência Social. - Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. - Reunião da  
59 Comissão de Política da Assistência Social. **Tarde: 14h às 16h** - Reunião conjunta da Comissão de  
60 Política e Comissão de Financiamento. 16h às 20h: - Reunião da Presidência Ampliada. **Dia**  
61 **17/04/2013 – Plenária. Manhã: 9h às 09h15** - Aprovação das atas da 208ª e 209ª Reunião Ordinária  
62 do CNAS e da pauta da 210ª Reunião Ordinária. **09h15 às 10h30** - Informes da Presidência/Secretaria  
63 Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. **10h30 às 12h30** - Relato da Comissão  
64 Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. **Tarde: 14h às 18h** - A  
65 intersectorialidade e a Política de Assistência Social na agenda de enfrentamento ao crack – Debate. -  
66 Apresentação de representantes da Sociedade Civil no CNAS. **Dia 18/04/2013. Manhã: 9h às 9h30:**  
67 Apresentação de representantes da Sociedade Civil. **9h30 às 10h30** - Relato da Presidência Ampliada.  
68 **10h30 às 11h30** - Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e  
69 Comissão de Política. **11h30 às 12h30** - Relato da Comissão de Política e Comissão de Financiamento e  
70 Orçamento da Assistência Social. **Tarde: 14h às 15h** - Relato da Comissão de Financiamento da  
71 Assistência Social. **15h às 16h** - Relato da Comissão de Política da Assistência Social. **16h às 17h** -

72 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. **17h às 18h** - Relato da Comissão de  
73 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. **Dia 19/04/2013. Manhã: 9h às 18h** - Reunião  
74 Trimestral do CNAS com CEAS e CAS-DF. A Presidenta indagou se podia considerar aprovadas as Atas  
75 da 208ª e 209ª Reunião Ordinária, o que foi acordado pelo Pleno. Com relação à Pauta, o Conselheiro  
76 José da Cruz informou que nos dias 18 e 19 aconteceria em Brasília um Seminário da AGU, que  
77 pautaria o SUAS, com participação dos Ministérios e do Conselho, solicitando que o relato da  
78 Comissão de Política e de Financiamento fosse realizado de 16h às 17h, indagando à Coordenadora da  
79 Comissão de Normas se esse relato poderia passar de 11h30 às 12h30, destacando a colocação de  
80 duas Resoluções que requeriam quórum qualificado, com a concordância da Conselheira Marisa. A  
81 Conselheira Márcia indicou o relato da Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência  
82 de Renda e o relato conjunto com a Comissão de Políticas, indagando se poderiam ser feitos juntos,  
83 com a Presidenta aprovando essa solicitação. A Presidenta referiu-se ao convite do Advogado-Geral  
84 da União para esse Seminário sobre o SUAS, com indicação da CONJUR, informando que representaria  
85 o CNAS e falaria sobre o SUAS e sobre o Controle Social do SUAS, ficando fora por aproximadamente  
86 45 minutos. A seguir, a Presidenta indagou se havia mais alguma observação com relação à Pauta. Em  
87 não havendo, considerou o item aprovado pelo Pleno. **Item Informes da Presidência, Secretaria-**  
88 **Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.** A Secretária-Executiva procedeu aos  
89 *“Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva. Informes gerais. Ausências justificadas: a*  
90 *Conselheira Eloiana Cambraia Soares nesta Reunião Ordinária por motivo de férias; o Conselheiro*  
91 *Tiago Barbosa Ferreira nos dias 17 e 18 de abril devido a compromissos institucionais; a Conselheira*  
92 *Maria Aparecida do Amaral Godói nesta Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais; a*  
93 *Conselheira Cláudia Faquinote nessa Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais; a*  
94 *Conselheira Meive Piacesi nessa Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais; a*  
95 *Conselheira Margarida Munguba Cardoso nos dias 17, 18 e 19 de abril devido a compromissos*  
96 *institucionais; as Conselheiras Clara e Conselheira Maria do Socorro também se manifestaram hoje*  
97 *pela manhã justificando a sua ausência nesta reunião por motivos institucionais. Emails enviados aos*  
98 *Conselheiros: convocações e participação. A Presidenta Luziele Tapajós participou do Encontro do*  
99 *Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, CONGEMAS, da reunião Norte nos*  
100 *dias 20 e 21 de março em Belém do Pará. A Presidenta Luziele Tapajós participou da Reunião*  
101 *Ordinária e Ampliada no dia 22 de março em Cuiabá, Minas Gerais. A Presidenta Luziele Tapajós*  
102 *participou da Oficina Estadual para os novos Gestores Municipais de Assistência Social nos dias 25 e*  
103 *26 de março em Florianópolis, Santa Catarina. A Conselheira Solange Teixeira participou da mesa de*  
104 *abertura do I Encontro da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do Sistema Único de*  
105 *Assistência Social no dia 26 de março em Brasília. O Conselheiro José Araújo e a Conselheira Dóris*  
106 *Margareth de Jesus participaram do Fórum Social Mundial nos dias 26 a 30 de março na Tunísia. O*  
107 *Conselheiro Fábio Bruni e a Conselheira Cláudia Faquinote participaram da Reunião Intersetorial do*  
108 *SINASE no dia 27 de março em Brasília. A Presidenta Luziele Tapajós participou da Audiência Pública*  
109 *sobre o Controle Social e Censo SUAS no dia 03 de abril em Goiânia. O Conselheiro Fábio Bruni*  
110 *representou o CNAS no Encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social*  
111 *da região Centro-Oeste nos dias 03 e 04 de abril em Rio Verde, Goiás. A Conselheira Margarida*

112 Munguba participou da Reunião Ordinária da Comissão Nacional Intersectorial para acompanhamento  
113 e implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e  
114 Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no dia 08 de abril em Brasília. Os Conselheiros e  
115 Conselheiras integrantes da Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos foram convocados para o  
116 Encontro Regional do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social da região Sul e Sudeste  
117 nos dias 08 e 09 de abril de 2013 em São Paulo. Estiveram presentes também a Presidenta e Vice-  
118 Presidenta. Os Conselheiros e Conselheiras integrantes da Comissão Organizadora da IX Conferência  
119 Nacional de Assistência Social foram convocados para reunião da Comissão nos dias 10 e 11 de abril  
120 das 9h às 18h em Brasília. O Conselheiro José Araújo foi convocado para a 121ª Reunião da CIT no dia  
121 12 de abril de 2013 em Brasília. Os Conselheiros e Conselheiras integrantes da Comissão de Normas da  
122 Assistência Social foram convocados para Reunião Extraordinária da Comissão realizada no dia 15 de  
123 abril de 2013 em Brasília. Os Conselheiros e Conselheiras Nacionais, Titulares e Suplentes foram  
124 convocados para esta Reunião Ordinária do CNAS nos dias 16, 17 e 18 de abril em Brasília.  
125 Conselheiros e Conselheiras Nacionais, Titulares e Suplentes foram convidados para Reunião  
126 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF no dia 19 de abril de 2013 em Brasília. A Presidenta Luziele  
127 Tapajós e a Vice-Presidenta Leila Pizzato participaram da Reunião Descentralizada do Conselho  
128 Estadual de Assistência Social de Santa Catarina nos dias 23 e 24 de abril. Documentos diversos.  
129 Apresentação referente ao Censo SUAS 2012 sobre os trabalhadores de nível médio e fundamental.  
130 Apresentação sobre residências inclusivas. Apresentação sobre o Programa ACESSUAS/TRABALHO.  
131 Notícia sobre o ESTADIC 2012. Apresentação sobre o Trabalho Infantil no Brasil. Ata e gravação da  
132 208ª e 209ª Reunião Ordinária do CNAS. Pauta da 210ª Reunião Ordinária do CNAS. Boletim e  
133 informe. Boletim Brasil Sem Miséria, Brasília 13 de março de 2013. Boletim MDS nº. 374. Boletim MDS  
134 nº. 375. Convites e comunicados. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da  
135 Presidência da República realizou cerimônia de comemoração dos 10 de criação da SEPPIR no dia 21  
136 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, em Brasília. O Conselho Estadual  
137 de Assistência Social do Maranhão lançou a X Conferência Estadual de Assistência Social no dia 03 de  
138 abril. O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional realizou o I Encontro de Terapeutas  
139 Ocupacionais da Assistência Social do CREFITO no dia 06 de abril. A Comissão Permanente de Direitos  
140 Humanos da Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Paraná realizou Audiência Pública  
141 sobre a situação atual da população de rua no Paraná no dia 08 de abril. A Frente Parlamentar  
142 Estadual em defesa do SUAS convidou o CNAS para o lançamento da Frente Parlamentar Estadual em  
143 defesa do SUAS no dia 04 de abril em São Paulo. A Federação Catarinense de Municípios, FECAM,  
144 editou cartilhas sobre o SUAS. O objetivo da publicação é divulgar e esclarecer sobre o sistema. A  
145 Federação Catarinense de Municípios enviou agradecimento pela presença da Presidenta Luziele  
146 Tapajós na I Oficina Estadual de Gestores Municipais nos dias 25 e 26 de março em Florianópolis,  
147 Santa Catarina. O Fórum Nacional de Assistência Social enviou Ofício nº. 02 FONSEAS/13 por meio do  
148 qual solicita substituição da Conselheira Titular representante do FONSEAS, Meive Ausônia Piacesi,  
149 pela Sra. Maria das Graças Soares Prola. Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência  
150 Social. Publicada Portaria nº. 32 de 2013 nomeando a Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro para  
151 compor o CNAS na qualidade de 3ª Suplente, membro da sociedade civil, para o biênio do 2012-2014.

152 Resoluções e Portarias. Resolução CNAS nº. 04 de 13 de março de 2013 publicada no Diário Oficial da  
153 União de 20/03/2013, sessão 01, página 48, que institui a Política Nacional de Educação Permanente  
154 no Sistema Único da Assistente Social. Resolução CNAS nº. 05 de 13 de março de 2013, publicada no  
155 Diário Oficial da União no dia 20 de março de 2013, sessão 01, página 53, que aprova as metas e os  
156 critérios de partilha para o Cofinanciamento Federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao  
157 Mundo do Trabalho, ACESSUAS/TRABALHO para exercício de 2013. Resolução CNAS nº. 06 de 13 de  
158 março de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2013, sessão 01, página 64,  
159 que aprova a expansão qualificada de Serviços de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos  
160 com deficiência em situação de dependência em residências inclusivas. Portaria MDS nº. 32 de 15 de  
161 abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União dia 16 de abril de 2013, sessão 02, página 36, que  
162 designa Valéria da Silva Reis Ribeiro para compor o Conselho Nacional de Assistência Social na  
163 qualidade de 3º Suplente, membro da sociedade civil, para o biênio 2012/2014 em substituição a  
164 Simone Faria Dragone, designada pela Portaria MDS nº. 253 de 12 de dezembro de 2012. A designada  
165 representa a entidade Legião da Boa Vontade, LBV, no segmento das entidades e organizações da  
166 Assistência Social. Audiências realizadas. Solicitante Anderson Rafael Nascimento no dia 12 de abril de  
167 2013 às 14 horas, participantes: Secretária Executiva do CNAS, Coordenadora de Políticas de  
168 Assistente Social. Assunto: Pesquisa de doutorado, deliberações e implementação da Política Pública  
169 para a Infância e Adolescência, tensões entre o privado e público; providências: consulta em Atas de  
170 reuniões do CNAS, os relatos das Reuniões Conjuntas das Comissões de Políticas do CNAS, do  
171 CONANDA, da discussão do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Atualização do site,  
172 inserido em notícias: CNAS debate o Trabalho Infantil. Crack, É Possível Vencer é tema de  
173 teleconferência. Representantes de entidades da sociedade civil do CNAS participam do Fórum Social  
174 Mundial na Tunísia. ESTADIC: Pesquisa inédita do IBGE sobre gestões estaduais. CNAS conhece e  
175 debate Relatório Anual de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social no âmbito do  
176 MDS. CNAS aprova metas e critérios de partilha do Programa ACESSUAS e Expansão qualificada de  
177 Serviços de Acolhimento institucional para Jovens e Adultos com deficiência em situação de  
178 dependência em residências inclusiva. Nota de repúdio. CNAS aprova Política Nacional de Educação  
179 Permanente do SUAS. Reuniões Regionalizadas do CNAS com os CEAS. Agenda CNAS. Ações  
180 convergentes unem o debate da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
181 Renda e Comissão de Política do CNAS. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. CNAS  
182 participa dos Encontros Regionais do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social –  
183 CONGEMAS. Tereza Campello: Exclusão cria sequelas para a vida inteira – entrevista a revista Istoé.  
184 CNAS participa de Seminário com Terapeutas Ocupacionais. Tocantins discute Controle Social com  
185 novos gestores. Aniversariantes do mês de abril: Conselheira Margarida Munguba e Ademar Bertucci,  
186 ambos no dia 15 de abril.” A Presidenta registrou as boas vindas para a Conselheira Valéria,  
187 representante da Legião da Boa Vontade, que relatou sua trajetória profissional e agradeceu a  
188 acolhida. A seguir, a Presidenta procedeu à leitura de um e-mail da Conselheira Meive Piacesi, que  
189 seria substituída no CNAS: “Conselheiros e Conselheiras, estive pessoalmente juntos aos membros da  
190 Comissão de Política para oficialmente comunicar meu desligamento como membro do CNAS,  
191 representante do FONSEAS, em virtude das imensas responsabilidades que cabem a um Gestor

192 *Estadual, as quais que impedem o cumprimento de todos os compromissos juntos a esse Conselho no*  
193 *tempo e rigor necessários, particularmente na Amazônia, onde precisamos atravessar nosso imenso e*  
194 *singular território, com tantos empreendimentos e áreas de tensão, estando a exigir sempre novas*  
195 *estratégias para fazer chegar os serviços com qualidade à aqueles que pelo isolamento não*  
196 *conseguem acessá-los. Agradeço a maturidade desse Conselho quando na NOB/SUAS, aprovada em*  
197 *dezembro de 2012, reconheceu e considerou como legítimas as demandas da região Norte em virtude*  
198 *das suas especificidades. Esse Conselho já faz parte da nossa história de luta, assim deixo um pouco da*  
199 *experiência e levo muito da seriedade do CNAS onde participei do espaço aberto e respeitoso em que*  
200 *se compartilham ideias culminando em deliberações que fortalecem e ampliam direitos e a efetividade*  
201 *da proteção social à população. Permaneço à disposição, sempre no compromisso com o*  
202 *fortalecimento da Política de Assistência Social. Obrigada, e o Pará está bem aqui, representado aí*  
203 *pelo nosso bom com o desejo de adoçar as discussões. Meive Ausônia Piacesi, Secretária Adjunta*  
204 *da Secretaria de Estado de Assistência Social do Estado do Pará.” A Presidenta propôs uma moção de*  
205 *reconhecimento ao Gestor do estado do Pará, à Sra. Presidente do fórum Nacional de Secretários de*  
206 *Estados pela grande contribuição da Conselheira Meive ao CNAS, solicitando uma salva de palmas.*  
207 *Informou que o FONSEAS já havia indicado o nome da sua substituta, a Sra. Maria das Graças Prola.*  
208 **Item Informes do MDS**, pela Secretária Denise: *“Nós gostaríamos de iniciar mencionando a*  
209 *participação desse Conselho em várias das atividades que vamos mencionar e vamos relacionar e*  
210 *agradecer em especial ao Conselheiro Araújo que é o representante do CNAS na CIT e está conosco em*  
211 *todos os momentos de debate, as Comissões que estão sendo bastante também solicitadas, as*  
212 *Comissões de Política, as Comissões de Acompanhamento de Benefícios, Comissões de Financiamento*  
213 *para sempre estar conosco nas Oficinas em que nós discutimos os reordenamentos dos respectivos*  
214 *serviços que depois vai para a Comissão Intergestora para pactuação e vem para esse Conselho para*  
215 *deliberação e sugestões das alterações necessárias e, portanto, agradecer essa disponibilidade do*  
216 *Conselho além de estar conosco também em todas as reuniões preparatórias, reuniões regionais,*  
217 *encontros preparatórios para o Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de*  
218 *Assistência Social. Sempre teve uma oficina sobre controle social e CNAS esteve presente e na semana*  
219 *que vem, dos dias 22 a 24 de abril em São Paulo, o Encontro Nacional e o CNAS estará não só na mesa,*  
220 *como na respectiva oficina, agradecer a presença em todos esses momentos. Bom, nós estamos, o*  
221 *Governo Federal com vários Ministérios, Saúde, Justiça, Direitos Humanos, Desenvolvimento Social,*  
222 *Defesa Civil encontram-se no Haiti em uma força tarefa, vocês devem ter acompanhando o noticiário*  
223 *do final de semana, eles estão lá desde sábado, a equipe volta agora, sexta-feira outra equipe os*  
224 *substituem e provavelmente a ideia era ficar uma semana e o trabalho exige mais empenho de todos*  
225 *nós e, portanto, provavelmente a gente vá ficar uns 20 dias com técnicos assessorando o estado do*  
226 *Acre e o Governo do Haiti a regularizar a situação dos haitianos que estão no Brasil no estado do Acre*  
227 *em especial. São em torno de 1200. A Secretaria Nacional tem um Termo de Cooperação que já iniciou*  
228 *no ano passado com os estados do Acre e do Amazonas para acolhimento dessas pessoas e para o*  
229 *nosso serviço tipificado em abrigos para esta população, o número tem aumentado*  
230 *consideravelmente, a razão que está nos sendo informada é de que as pessoas estão percebendo uma*  
231 *possibilidade de melhora da sua qualidade de vida aqui e, portanto, grande parte do público tem*

232 *procurado em Porto Príncipe já a possibilidade de entrar legalmente no país. Como o acordo tinha sido*  
233 *feito de 100 pessoas ao mês o agendamento já está para maio de 2015, então lhe restou meios*  
234 *alternativos e eles acabaram caindo na mão de coites e é, assim, uma situação bastante degradante,*  
235 *então toda Polícia Federal está lá, o governo brasileiro vai assimilar todo este público, eles estão*  
236 *identificado, assim, na condição primeira de refugiados para poder regularizar a situação, a nossa*  
237 *equipe fez o cadastramento de todos eles com o levantamento de perfil e indicativo de*  
238 *potencialidades, também o Ministério do Trabalho também está lá, eles estão recebendo não só as*  
239 *carteiras com o número, mas também as carteiras de trabalho. Nós fomos informados que esta*  
240 *madrugada, perto da 1h da manhã, esse trabalho foi concluído, então agora nós também fechamos*  
241 *um protocolo de gestão desse serviço de acolhimento que estava muito precarizado com o aumento*  
242 *desse público. Todos os exames de saúde estão sendo feitos, todos os encaminhamentos para*  
243 *atendimento, toda identificação das crianças e um trabalho com as equipes dos nossos serviços para a*  
244 *recepção acolhida, identificação destas pessoas, levantamento do perfil, muitas mulheres estão, já*  
245 *vieram, porque os homens estavam primeiro e conseguiram as suas carteiras e estão trabalhando em*  
246 *outros espaços, então nós estamos fazendo o contato com todos os municípios aonde se verifica que*  
247 *eles se encontram e preparando as equipes dos CRAS e em paralelo estamos em uma reunião aqui*  
248 *com o organismo da ONU que cuida de refugiados, que é a ACNUR, o Ministério das Relações*  
249 *Exteriores e o Ministério da Justiça para que as pessoas idosas e com deficiência possam ter acesso,*  
250 *uma vez na condição de refugiados, ao benefício de prestação continuada, as demais pessoas possam*  
251 *ter acesso a áreas de qualificação profissional e de ambientação, porque eles falam francês, então*  
252 *também tem que se adaptar a língua, tem que ter uma série de reciclagens e que as equipes dos CRAS*  
253 *possam estar preparadas para esta acolhida, então isso está sendo feito nestas duas cidades do Acre*  
254 *em especial, mas depois nós vamos conseguir fazer um rastreamento de onde eles estão no país e*  
255 *preparar um material específico para esse tipo de cuidado, então só dizer que nós estaremos com um*  
256 *outro grupo a partir da semana que vem e traremos esses contatos e essas informações sempre e se*  
257 *você tiverem alguma notícia ou quiserem alguma informação estamos disponíveis para isso. Nossa*  
258 *técnica, a Mariana acabou de ligar, adentrou ao abrigo o CQC, então provavelmente eles estão*  
259 *orientados para não dar entrevistas, um grupo de trabalho não é possível fazer nenhuma abordagem*  
260 *ainda, mas provavelmente vocês vão ver na mídia, isso ainda vai repercutir um pouco mais e nós*  
261 *também na sequência vamos ter que fazer um trabalho com os próprios brasileiros que estão se*  
262 *sentindo confrontados com esta entrada massiva e aí a gente não quer de forma alguma reproduzir o*  
263 *que a Europa e boa parte a América tem, são cidadãos, são nossos irmãos e a o governo brasileiro vai*  
264 *receptioná-los e todas as políticas públicas vão atendê-los da melhor forma possível, então quando a*  
265 *gente tiver outras matérias a Secretaria Nacional está muito preocupada, então logo passa esse*  
266 *momento nós vamos fazer um detalhamento do nosso serviço de acolhimento para este público,*  
267 *porque vocês também devem ter observado no Globo, não, Profissão Repórter da semana passada os*  
268 *bolivianos também na fila para entrar através do Mato Grosso do Sul, então nós vamos ter que nos*  
269 *preparar para esse tipo de ação e com certeza vamos trazer para cá, para esse Conselho, uma*  
270 *proposta de detalhamento dos nossos serviços de acolhimento e do nosso serviço de*  
271 *acompanhamento as essas famílias nos nossos equipamentos públicos, só dá um tempinho para a*



272 gente identificar qual é a demanda, as necessidades, preparar o material e vir discutir essa proposta  
273 com vocês. Também já foi mencionado aqui nos informes do Conselho que nós tivemos o lançamento  
274 de uma pesquisa do IBGE a cerca dos Gestores Estaduais de Assistência Social, organização, do ponto  
275 de vista administrativo, de recursos humanos, de oferta de serviços, de cofinanciamento e vamos  
276 começar um estudo detalhado com o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência para um  
277 aprofundamento desse diagnóstico e também estabelecimento de metas, prioridades para que essa  
278 estrutura tenha a melhor qualidade possível. Nós também pactuamos na CIT e com certeza o  
279 Conselheiro Araújo também vai trazer essas discussões e vocês estão discutindo estes conteúdos na  
280 Comissão de Política, de Financiamento com certeza o reordenamento da segunda parte do Programa  
281 de Erradicação do Trabalho Infantil, o primeiro já foi aprovado aqui, deliberado e aprovado nesse  
282 Conselho para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e agora estamos fazendo a parte  
283 de identificação do público que consta no Censo 2010 e que não está ainda usufruindo dos serviços  
284 socioassistenciais, então estratégias de mobilização por município, por faixa etária, por atividade em  
285 que eles estão ocupados e ontem nós referendamos um Termo de Cooperação com o Ministério  
286 Público do Trabalho, todos os Ministérios Públicos Estaduais para a realização de audiências públicas  
287 escalonadas até 2016 em um conjunto de 1913 municípios ou individualmente, ou por região,  
288 conjunto de municípios próximos, dependendo da atividade, em que nós vamos chamar todos os  
289 atores envolvidos e interessados, discutir o diagnóstico daquela determinada localidade e estabelecer  
290 um Plano de Trabalho com o conjunto de políticas públicas para a atenção a essa população. Ontem a  
291 Ministra e o Procurador-Geral do Trabalho tiveram com as equipes respectivas uma grande reunião  
292 fechando calendário, fechando propostas de intervenção para o país e nós vamos acatar,  
293 evidentemente, todas as orientações que esse Conselho apontar para que esse trabalho, suas  
294 sugestões sejam incorporadas no trabalho. Nós também repassamos para a CIT as orientações que  
295 este Conselho fez para o Programa ACESSUAS/Trabalho com o encaminhamento de todas as  
296 pactuações para os Conselhos Municipais de Assistência Social, isso já foi corrigido, comunicado a CIT  
297 e alterado na Resolução, vocês podem acompanhar a publicação. No dia 31 de março foi finalizado o  
298 prazo para que os Conselhos Municipais preenchessem um formulário eletrônico em relação às  
299 entidades de Assistência Social e esse formulário será a base do Cadastro Nacional de Entidades e nós  
300 estamos aqui com o relatório geral desses preenchimentos e por tipo de atividade, vamos deixar  
301 disponibilizado para esse Conselho. O nosso departamento da rede socioassistencial privada esteve na  
302 Comissão de Normas, com certeza detalhou estas questões, a Comissão deve trazer, mas também fica  
303 aqui. O total de formulários concluídos foram em torno de 17.586, ainda temos 2055 formulários  
304 pendentes da aprovação final do Conselho Municipal e 1955 que não preencheram; depois nós temos  
305 aqui o detalhamento do tipo de instituição, quais os serviços que eles prestam; a gente deixa aqui isso  
306 com certeza tudo para vocês. A Secretaria Nacional também está realizando agora nos meses de  
307 março e abril um conjunto de videoconferências para Gestores Municipais e Estaduais de Assistência  
308 Social e da Saúde e da Educação com datas e horários pré-agendados para cada conjunto de estados a  
309 cerca da orientação para aplicação do questionário BPC Escola, que é aquela visita que se faz aos  
310 domicílios dos beneficiários do BPC em idade escolar que não se encontram no Censo Escolar para  
311 levantamento das barreiras que os impedem este acesso e negociação, então também os estados

312 estão constituindo os seus grupos gestores e técnicos do Programa BPC na Escola que é a equipe  
313 responsável pelo tratamento destas informações e pelas negociações de alteração no âmbito do  
314 município, do estado e da União destas barreiras, então isso vai induzir a novas ofertas de tecnologias  
315 assistidas, de deslocamento de pessoa, de lotação de professores qualificados para esse atendimento,  
316 de concessão dos ônibus adaptados ou de lanchas para esse transporte, de adaptações das barreiras  
317 físicas e arquitetônicas e de preparo destas famílias para o encaminhamento destas famílias e destas  
318 crianças para o encaminhamento as salas adequadas ou especializadas ou instituições que prestam  
319 esse atendimento, então nós também deixamos aqui um calendário das videoconferências e o  
320 calendário da formação dos Comitês Intersetoriais. Nós também estaremos realizando de 08 a 10 de  
321 maio de 2013, e esse Conselho será convidado e terá participação, uma Oficina sobre Experiências  
322 Internacionais de Compatibilização Temporária de Benefícios Não Contributivos com Remuneração  
323 Advinda do Trabalho. Vocês todos acompanharam a alteração na legislação para que as pessoas  
324 beneficiárias do BPC possam voltar a trabalhar se assim for o seu interesse terem este trabalho, esta  
325 qualificação e não perder o direito ao benefício na medida em que não se adaptam ao trabalho,  
326 retornam a esta concessão. Alguns países fazem isso em diversos formatos e também, então, nós  
327 estamos chamando a França, a Espanha e o Canadá para que tragam as pessoas responsáveis por  
328 estes programas lá e possam pensar conosco possibilidades de funcionamento deste dispositivo com  
329 um conjunto de políticas públicas que dão a retaguarda para que essas pessoas possam ser  
330 reinseridas, sempre lembrando se assim elas desejarem e tiverem potencialidade. De forma alguma  
331 beneficiários do BPC terão que trabalhar nesse país, jamais, mas se eles quiserem e tiverem esta  
332 possibilidade nós temos mecanismos legais agora e queremos ter mecanismos técnicos para que isto  
333 seja viabilizado. O que mais? Aqui tem tanta coisa. Também já foi mencionado, o Conselho já esteve  
334 presente, queria agradecer a Conselheira Representante que falou, Solange, que esteve na abertura e  
335 na execução toda desses dois dias de Encontro com a Rede Nacional de Educação Permanente do  
336 SUAS e agradecer aqui, de público, no Conselho todo o Departamento de Gestão do SUAS e a  
337 Coordenação do José Crus e o trabalho na nossa Secretaria também do Ministério da Avaliação e  
338 Gestão da Informação da SAGI com toda a equipe do Paulo Jannuzzi, Patrícia, Ana, Maria, que fizeram  
339 a habilitação de 101 entidades de ensino superior para estarem vinculadas a formação dos  
340 trabalhadores do SUAS, tanto em cursos à distância, como em cursos presenciais, os cursos de  
341 aperfeiçoamento, cursos de qualificação e cursos de pós-graduação e este evento foi um evento para  
342 alinhar e homogeneizar os entendimentos da política pública e também tratar de conteúdos  
343 gerenciais deste programa e dos conteúdos teóricos que vão compor os respectivos módulos, então  
344 nós tivemos uma avaliação de participação muito positiva, sabemos que alguns estados estão com  
345 dificuldades com as suas licitações, constituímos um grupo de trabalho no MDS para preparar essas  
346 orientações e chamá-los novamente para conseguirmos executar esses conteúdos. Acho que era isso,  
347 não sei. Léa, Fábio, Zé, Simone, se lembram de mais alguma coisa? Acho que era isso em princípio.  
348 Obrigada”. **Item Informe da CIT.** O Conselheiro José Araujo relatou que na última reunião da CIT, a  
349 Secretária Denise havia falado sobre o reordenamento do PETI, na segunda fase do trabalho infantil,  
350 com um intenso debate entre municípios, estados e União, chegando à pactuação que estava sendo  
351 estudada no CNAS. Destacou ser um trabalho bem feito, relatando os ajustes feitos nesse documento.

352 **Item Informes do CONGEMAS.** A Conselheira Marisa falou sobre o Encontro Nacional do CONGEMAS,  
353 dias 22, 23 e 24 de abril em São Paulo. Indicou o grande número de inscritos e que cresceria ainda  
354 mais, com a abertura para mais inscrições, percorrendo sobre a importância desse evento no  
355 aprimoramento da gestão municipal. Informou sobre a realização de outro encontro específico, ainda  
356 nesse ano, para que os municípios relatassem suas experiências de gestão, como também a entrega  
357 das revistas, que já estavam prontas. Conforme sugestão do Conselheiro Wagner, falou sobre o  
358 sucesso dos Encontros Regionais, com grande participação dos gestores de todas as regiões, com  
359 grande empenho em melhorar sua gestão, agradecendo o apoio recebido do MDS, do Presidente  
360 Valdiosmar, da Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria de Assistência Social e aos  
361 demais parceiros. A Presidenta destacou a importância dos encontros CONGEMAS em todo o Brasil.  
362 Observou que a representação do FONSEAS não estava presentes, não tendo informe desse Fórum.  
363 **Item Informes dos Conselheiros.** O Conselheiro Anderson solicitou que no dia seguinte fosse feito um  
364 minuto de silêncio pelos 29 moradores de rua mortos em Goiânia, informando sobre a criação de uma  
365 força tarefa no Estado. Relatou que o Prefeito de São Paulo havia lançado um Comitê Municipal para  
366 a população em situação de rua, destinando 2.000 vagas no PRONATEC para esse segmento, em  
367 parceria com a Assistência Social e com os Direitos Humanos, mas havendo 5.000 pessoas em  
368 situação de rua nessa cidade escritas para o Programa. Informou que a ONU desde o dia 12 de abril  
369 estava realizando encontros nos estados para lançar na sua agenda a temática População em Situação  
370 de Rua, com o I Encontro na cidade de São Paulo, mas com realização em todo o país, falando sobre  
371 esses eventos. Informou que estava o Presidente Municipal do COMAS estava fazendo difamação e  
372 calúnias sobre sua pessoa, solicitando que a Comissão de Ética fosse instaurada no Conselho  
373 Municipal de São Paulo, solicitando o registro daquela reunião. A Presidenta esclareceu que esse  
374 assunto seria tratado posteriormente, mas que já estava registrado e seria degredado e enviado ao  
375 Presidente do COMAS. O Conselheiro José Araújo falou sobre a viagem ao Fórum Social na Tunísia  
376 representando o CNAS, com participação em dois Seminários, um, realizado na Casa do Brasil,  
377 promovido pelo MDS sobre o Brasil Sem Miséria, onde, juntamente com a Conselheira Dóris, havia  
378 falado sobre a Política Nacional de Assistência Social e outro, promovido pela CNTur com a presença  
379 de algumas Centrais Sindicais, relatando como havia sido inquirido sobre a Política Nacional de  
380 Assistência Social. Concluindo, o Conselheiro José Araujo agradeceu pela oportunidade em poder  
381 representar o CNAS nesses eventos, com a Presidenta informando que os Conselheiros receberiam o  
382 informe completo dessa viagem. Complementando, a Secretária Denise informou que com um grupo  
383 do Governo Federal, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Assistência, havia  
384 acompanhado as investigações das mortes das pessoas em situação de rua, ocorridas no município de  
385 Goiânia, assessorando a Secretaria Municipal para organização do atendimento a essa população.  
386 Indicou que no dia anterior havia participado do lançamento do Comitê no Distrito Federal e da  
387 notícia assumida pelo Governador de implantação de mais cinco unidades de acolhimento, dois  
388 Centros Pop e equipes ininterruptas de abordagem social no período das 8h às 22h, de segunda a  
389 segunda, trabalhando em conjunto no processo de construção dessas orientações técnicas. O  
390 Conselheiro Wagner falou sobre sua despedida do CNAS, relatando o trabalho realizado com as  
391 comunidades quilombolas, indígenas e do Movimento Sem Terra, indicando sua participação no

392 primeiro CRAS em uma comunidade indígena e sua vivência nessa comunidade. Ressaltou que  
393 continuaria trabalhando para que os usuários da Assistência Social fossem cidadãos dignos,  
394 agradecendo, também, pela oportunidade de trabalhar e representar a Fundação Orsa, atual  
395 Fundação Jari e que havia deixado esse espaço. Agradeceu a acolhida da gestão atual do CNAS e que  
396 continuaria trabalhando na política, agradecendo, especialmente à Conselheira Simone pela amizade  
397 e pelas ações que haviam efetivado juntos e desejando boa sorte à Conselheira Valéria. A Conselheira  
398 Leila destacou a satisfação em ter convivido com o Conselheiro Wagner e a importância da sua  
399 contribuição como Sociedade Civil para a consolidação do SUAS. Desejou sucesso nas suas novas  
400 atividades, colocando-se à disposição para o que necessitasse. Aparteando, a Conselheira Denise  
401 Colin informou ter que se retirar, mas que voltaria para a discussão do Plano do Crack. A Conselheira  
402 Simone, justificando a ausência da Conselheira Clara, participando em uma missão do governo,  
403 despediu-se do Conselheiro Wagner, destacando sua amizade e desejando sucesso nas novas  
404 atividades. A Conselheira Aldenora informou que o Ministério das Cidades havia aberto a habilitação  
405 para entidades nacionais e estaduais no Programa Minha Casa Minha Vida, indicando o número de  
406 pessoas cadastradas por entidades e o número de moradias a ser construídas até o final do ano.  
407 Ressaltou que haviam conseguido dentro da sua instituição que cada família selecionada estivesse  
408 dentro do CadÚnico e recebendo Bolsa. Relatou que no dia 12 de abril havia sido sua última  
409 participação como Conselheira Nacional das Cidades, passando a ter dedicação total à Assistência  
410 Social. O Conselheiro Carlos Rogério registrou a ausência da Conselheira Dóris, justificando os  
411 motivos. Indicou sua representação pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB,  
412 sendo o III Fórum Social Mundial em que inscreviam um tema, relatando os eventos nos quais haviam  
413 participado. Ressaltou a parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores das Profissões  
414 Universitárias, CNTur e a Federação Nacional dos Farmacêuticos, FENAFAR, tendo feito em conjunto a  
415 proposta do seminário para o Fórum Social Mundial *“A luta pela paz: O papel das políticas sociais  
416 inclusivas e da ciência e tecnologia na soberania dos povos.”*, discorrendo sobre os objetivos dessa  
417 parceria. Informou o convite feito à Presidenta para ser uma das expositoras no evento, o que não  
418 havia sido possível, mas com a participação dos Conselheiros José Araújo e Dóris Margareth,  
419 destacando o grande interesse pelo tema da Assistência Social. Complementando, relatou o convite  
420 feito para a Força Sindical e a UGT para comporem a mesa. A Presidenta, como encaminhamento  
421 desses informes, citou o GRAP, agradecendo o apoio aos Conselheiros e estabelecendo uma parceria,  
422 inclusive para a participação do CNAS em eventos internacionais. A Conselheira Marisa discorreu  
423 sobre como as oficinas do CONGEMAS seriam organizadas e, dirigindo-se ao Conselheiro Wagner,  
424 falou sobre seu comprometimento com a Assistência Social e com a gestão no âmbito dos municípios,  
425 convidando a todos os presentes para participar de sua festa de despedida. O Conselheiro José  
426 Geraldo manifestou a satisfação em ter convivido com o Conselheiro Wagner, assim como o  
427 Conselheiro José Araújo, que se referiu à saída da Conselheira Meive, destacando a certeza de que o  
428 Conselheiro continuaria realizando grandes ações e agradeceu as gestões realizadas para a  
429 disponibilização desse novo espaço. O Conselheiro Ademar ressaltou o trabalho realizado pela  
430 Conselheira Meive para o entendimento sobre o Fator Amazônico, assim como o trabalho realizado  
431 pelo Conselheiro Wagner e a disponibilização da Conselheira Aldenora para o trabalho com a

432 Assistência Social. Prosseguindo, observou que na reunião anterior, haviam marcado um período para  
433 tratar da LDO, informando como havia acontecido esse evento e os resultados alcançados. Entendia  
434 que como Comissão de Financiamento precisavam fazer uma avaliação dos resultados alcançados,  
435 preparando-se para contribuir com a LDO. Indicou que estavam acompanhando as discussões e  
436 negociações do marco regulatório, tendo acontecido uma reunião de dois dias no final de março, com  
437 alguns projetos de Lei sendo colocados no Congresso e com a articulação da Sociedade Civil com a  
438 Secretaria-Geral levando a um consenso sobre alguns projetos. Foi entoado parabéns para o  
439 Conselheiro Ademar, com colocações sobre as festividades a serem realizadas. A Presidente sugeriu  
440 alterações na pauta, inserindo o debate de 14h às 17h, o que foi acordado pelo Pleno. Falou sobre as  
441 alterações que a composição do CNAS sofreria, agradecendo a todos os Conselheiros pela dedicação.  
442 O Conselheiro Wagner agradeceu pelas manifestações, colocando-se à disposição para o que fosse  
443 necessário. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos  
444 para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta solicitou à Secretária-  
445 Executiva a conferência do quórum: Conselheiros na Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza  
446 Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro  
447 José Geraldo França Diniz; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva;  
448 Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de  
449 Santana; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomes González; Conselheira  
450 Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro Edivaldo da Silva  
451 Ramos. Conselheiros na Suplência: Conselheiro Fábio Bruni; Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheiro  
452 Charles Pranke; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Valéria da Silva Reis; Conselheira  
453 Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho  
454 Nunes. A Presidenta registrou as seguintes presenças: Representação do Conselho Municipal de  
455 Assistência Social de São Paulo, Sra. Alice Okada de Oliveira; Representação da Secretaria Municipal  
456 de Assistência Social e Desenvolvimento Social de São Paulo, Sra. Cristina Maria Viscome;  
457 Representação do Conselho de Assistência Social de São Paulo, CONSEAS-SP, Carlos Nambu;  
458 Representação do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, Sra. Maria da  
459 Conceição da Luz Ferreira; Representante da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, Sr. Paulo  
460 Duarte de Carvalho Amarante; Sra. Gleuda Simone Apolinário, Assessora Técnica da Secretaria de  
461 Desenvolvimento Social de São Paulo; Sra. Marlene Merisse, Representante do Fórum de Assistência  
462 Social de São Paulo; Professor Ileno Izídio da Costa, Professor da UNB, Pesquisador Sobre Políticas  
463 Públicas em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica;  
464 Secretária Nacional Denise Colin, Secretária de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento  
465 Social e Combate à Fome; Dr. Léon Garcia Representante do Ministério da Saúde; Dr. Cláudio  
466 Stacheira, Diretor do Departamento de Políticas Temáticas do Direito da Criança e do Adolescente;  
467 Representante da Secretaria de Direitos Humanos, Dra. Maria do Socorro Mendes Gomes; Dra. Nina,  
468 Subchefe Adjunta da Casa Civil; Sr. Marcelo Jacu da Costa, Conselheiro do Conselho Estadual de  
469 Assistência Social do Rio de Janeiro e Sra. Andréa Leite, SENAD. **Item A intersetorialidade e a Política  
470 de Assistência Social na agenda de enfrentamento ao crack – Debate. - Apresentação de  
471 representantes da Sociedade Civil no CNAS.** A Presidenta falou sobre o surgimento dessa demanda,

472 com essa discussão nascendo após apresentação para o CNAS do Programa Crack é Possível Vencer e  
473 com discussão nas Comissões Temáticas sobre o tema. Falou sobre o espaço do CNAS, onde haviam  
474 decidido discutir sobre a Internação Compulsória, entendendo melhor o papel da Assistência Social  
475 nessa questão. Esclareceu que na metodologia usada, iniciariam com o professor Paulo Amarante, da  
476 Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, falando sobre o tema, conforme indicação do  
477 Conselheiro Anderson; posteriormente, as falas dos Conselhos de São Paulo e Rio de Janeiro, Sras.  
478 Alice e Maria Conceição, respectivamente, a representante da Secretaria Municipal de Assistência  
479 Social de São Paulo, Sra. Cristina, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Social de São  
480 Paulo, Sra. Gleuda, e a Representação do Governo Federal, Dra. Nina, a fala do Professor Ileno,  
481 posteriormente, abrindo para os outros interlocutores, convidados e Conselheiros. O professor Paulo  
482 agradeceu o convite, falando sobre o aumento do uso de drogas, ou pelo menos dar maior  
483 visibilidade desse aumento dessa utilização de drogas no país e indicando as pesquisas feitas com  
484 relação ao crack, ademais de outras drogas. Falou sobre a ajuda que as políticas públicas poderiam  
485 dar nesse aspecto, ajudando a sociedade e dando maiores condições de apoio a esses usuários ou  
486 dependentes de drogas, não apenas na sua penalização. Falou sobre o termo internação compulsória,  
487 sendo um ato judicial onde a pessoa era internada contra sua vontade, existindo um delito ou sua  
488 possibilidade, com o juiz determinando uma medida de segurança, e com a qual estavam  
489 trabalhando, considerando que um ato jurídico que determinava o prazo mínimo de internação, mas  
490 não o limite da internação, discorrendo sobre a situação existente. Esclareceu que o correto seria  
491 internação involuntária, regulamentada pela Lei 10.216, discorrendo sobre essa internação deveria  
492 ser feita. O professor Paulo falou sobre a situação ocorrida no Rio de Janeiro contra o Prefeito e o  
493 Secretário de Ação Social por descumprimento do TAC assinado por ambos, relatando as situações  
494 das pessoas cujas internações haviam sido realizadas de diferentes modos. Falou sobre a Lei 10.216,  
495 chamada de reforma psiquiátrica, discorrendo sobre o que essa norma trazia sobre o atendimento  
496 dessas pessoas em serviços comunitários de saúde mental, ocorrendo a internação somente depois  
497 de esgotados todos os recursos e com decisão do próprio interessado. Relatou ter aumentado  
498 bastante a demanda de municípios com problema com a droga depois que o Ministério havia  
499 destinado recursos para a Política de Combate ao Crack, devendo ser fortalecida a rede como um  
500 todo de serviço de saúde mental, com o apoio das instituições existentes. Falou sobre a importância  
501 do plano de carreiras em saúde para levar à frente esses programas, caso contrário não conseguiriam  
502 resolver essas questões. Relatou sua trajetória profissional na área da saúde, e a situação em que esse  
503 setor se encontrava, tendo necessidade de uma resposta, mais global de estado em relação à política  
504 do SUS, atendendo aos aspectos sociais e políticos e que refletem no uso de drogas. Falou sobre os  
505 interesses existentes com relação à política do crack, discorrendo sobre os problemas relativos ao  
506 fechamento de leitos psiquiátricos pela reforma psiquiátrica e a tendência à sua reabertura com a  
507 justificativa da necessidade internação de dependentes químicos. O professor Paulo discorreu sobre  
508 as áreas que estavam sendo ocupadas pelo mercado imobiliário, com a expulsão de segmentos sociais  
509 de determinadas regiões da cidade, discorrendo sobre os resultados dessas ações na sociedade. Falou  
510 sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 7.663, do Deputado Osmar Terra, e seu Relator, Deputado  
511 Givaldo Carimbão, determinando a delação e cuja aprovação estavam conseguindo adiar, sendo

512 preciso que o estado brasileiro trabalhasse ativamente para a criação de uma rede aberta e efetiva de  
513 tratamento aos dependentes químicos e aos seus familiares. A Sra. Alice esclareceu que o Conselho  
514 não tinha posição nessa questão, mas destacando a necessidade de que os Conselheiros do município  
515 começassem a discutir esse tema, considerando a sua importância. Ponderou que em São Paulo eram  
516 os usuários que traziam os temas das políticas públicas para discussão e com os quais tinham que se  
517 preocupar. Informou ter anotado muitas das questões colocadas, observando que o Plano Municipal  
518 que tinham conhecimento estava sendo redirecionado e estando no caminho certo. Informou que a  
519 Sra. Cristina falaria mais sobre esse plano, considerando que era a Segurança Pública que estava  
520 dirigindo o Plano Municipal de Combate ao Crack, mas passando a ser coordenado pela Saúde e as  
521 demais Secretarias, inclusive Assistência e Educação. A Sra. Alice informou que estavam  
522 acompanhando essa discussão, pautando no Conselho Municipal para ter uma posição sobre o que  
523 estava acontecendo na cidade de São Paulo e agradecendo pela oportunidade de se apropriar desse  
524 assunto. O Conselheiro Carlos Nambu informou que o Conselho Estadual de Assistência de São Paulo  
525 havia solicitado a presença do órgão gestor para esclarecimento sobre esse programa piloto,  
526 objetivando construção de um Comitê Estadual para a construção de um Plano Estadual de Combate  
527 ao Crack. Ponderou que o CONSEAS ainda não tinha posicionamento em relação ao programa, mas  
528 tendo observado durante sua execução pela Secretaria da Justiça e da Saúde, que a demanda social  
529 era maior que a de saúde. Questionou qual seria a atribuição da Assistência Social nesse plano, com o  
530 mesmo envolvendo outras ações, indicando a questão da criança e do adolescente. O Conselheiro  
531 Carlos Nambu falou sobre os problemas existentes com relação ao acolhimento institucional voltado  
532 as drogas e à saúde mental, solicitando-se que isso fosse contemplado no Plano Estadual. Que o  
533 CONSEAS aguardava a apresentação pelo órgão gestor do plano e também desses dados e das  
534 demandas sociais apresentadas no dia 05 de março para o Conselho. A Sra. Maria Conceição  
535 agradeceu o convite e a oportunidade em apresentando reflexões sobre a questão não só do  
536 acolhimento de pessoas que usassem drogas, mas também da população em situação de rua, o que  
537 preocupava o Conselho e o fazia participar de todos os Fóruns e convites feitos, falando sobre os  
538 eventos que havia participado. Falou sobre algumas preocupações do Conselho, relatando sua  
539 participação na implantação do SUAS na cidade do Rio de Janeiro, esforçando-se na criação de  
540 mecanismos e acompanhamento dessas ações de uma forma mais efetiva, destacando o apoio do  
541 CNAS com diretrizes a serem discutidas com o gestor. Ressaltou a preocupação com a necessidade de  
542 reestruturação dos equipamentos de acolhimento, com espaços mais dignos para o recebimento das  
543 pessoas. Destacou as dificuldades com relação ao investimento e as condições de trabalho, não tendo  
544 um plano de cargos e salários, com os profissionais da área de Assistência sendo contratados de  
545 forma precária, discorrendo sobre a alta rotatividade, considerando a falta de comprometimento com  
546 a área da Assistência. Que era necessário que o CNAS investisse nessas questões para ajudar o  
547 Conselho nesse processo de convencimento do gestor, indicando que mão de obra era investimento,  
548 garantindo que se executassem políticas mais efetivas. Falou sobre os equipamentos insuficientes  
549 para as necessidades da Assistência no Rio de Janeiro, falando sobre aqueles existentes, mas que não  
550 atendiam à demanda. A Sra. Maria Conceição falou sobre a distância existente no Rio de Janeiro entre  
551 Saúde e Assistência quanto ao serviço de atendimento à população em situação de rua, aumentada

552 quando do surgimento do usuário de drogas, mas que estavam diminuindo, destacando a  
553 necessidade de que a Saúde estivesse presente para essa discussão. O Conselheiro Marcelo Jacu da  
554 Costa, do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro, relatou que o Conselho havia se  
555 manifestado contrário à internação compulsória, discorrendo sobre não haver sentido em recolher à  
556 força se não havia vagas suficientes para esse abrigo. Falou sobre o recolhimento compulsório  
557 de pessoas em situação de rua, feito por diversos órgãos do Rio de Janeiro, inclusive com o  
558 desaparecimento de muitas dessas pessoas e com essa investigação resultado em um TAC, definindo  
559 que não se faria mais o recolhimento compulsório, resultando na diminuição desses casos de  
560 violência. Falou sobre o surgimento de novos casos de violência e assassinato de moradores de rua  
561 por usuários de drogas, dentro do próprio abrigo, o que estava sendo investigado pelo Ministério  
562 Público, com a atual gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social tendo um discurso mais afinado  
563 com o movimento social, apesar de defender a existência desse abrigo. Indicou que o Conselho  
564 Estadual havia aprovado a organização de debates a partir de maio, para discutir a questão da  
565 população em situação de rua, solicitando que o CNAS recomendasse que o Governo Federal não  
566 repassasse recursos para a manutenção desses abrigos, com esses fundos podendo ser utilizados para  
567 a proteção social de pessoas vulneráveis, muitas das quais estavam sendo assassinada, relatando os  
568 procedimentos tomados pelo Ministério Público diante dessas denúncias. Discorreu sobre a falta de  
569 condições e espaços para atendimento da população de rua, com o recolhimento compulsório não  
570 resolvendo os problemas existentes. Destacou a urgência dessa situação, devendo se firmar um  
571 instrumento que garantisse que o recurso público não fosse gasto para se fazer violação de direitos  
572 com essas pessoas mais vulneráveis. A Sra. Cristina Maria destacou a responsabilidade em falar pelo  
573 município, estando na construção do Plano do Crack é Possível Vencer, o qual estava sendo  
574 apresentado por etapas ao grupo executivo municipal, esclarecendo como isso estava sendo feito.  
575 Relatou que a cidade de São Paulo tinha um serviço intersetorial, o Complexo Prates e que vinha  
576 dando resultados, apesar de também apresentar dificuldades, elaborado em conjunto pela  
577 Assistência e Saúde, esclarecendo como vinha sendo executado. Ponderou que a cidade de São Paulo  
578 vinha trabalhando para reduzir os danos, com a internação compulsória podendo ser uma ferramenta  
579 a ser utilizada em caso de necessidade, indicando as ações que poderiam ser realizadas e parceria  
580 entre a Assistência e a Saúde. A Sra. Gleuda destacou as diferenças existentes entre o Rio de Janeiro e  
581 São Paulo, com seu estado discutindo a questão das drogas, principalmente o crack e as áreas  
582 públicas onde é feito o uso dessas substâncias. Falou sobre os programas adotados, e sendo criado o  
583 Comitê Estadual do Programa Crack é Possível Vencer, vinculado à Secretaria da Justiça e com  
584 participação da Secretaria de Desenvolvimento Social. Relatou que o Comitê, após algumas  
585 alterações, estava elaborando seu Plano Estadual, informando sobre o tratamento dessa questão  
586 mais sob a ótica social do que de segurança pública ou só de saúde, falando sobre as ações  
587 implementadas. A Sra. Gleuda falou sobre a proposta piloto criada, com cada Secretaria tendo um  
588 papel a desempenhar, sabendo se estavam seguindo o caminho certo na sua estratégia de  
589 enfrentamento ao crack e com determinados casos sendo atendidos pela Secretaria da Justiça junto  
590 com a de Saúde e a ser feito em um equipamento público estadual na cidade de São Paulo, chamado  
591 Centro de Referência de Tabaco e Outras Drogas – CRATOD. Falou sobre como esses procedimentos



592 seriam realizados pelos diversos órgãos envolvidos nesse projeto e com a abordagem social feita pela  
593 Política de Assistência Social municipalizadas, esclarecendo como se dava esse atendimento e cuja  
594 procura havia sido maior do que o esperado. Destacou a necessidade de fazer adequações na  
595 proposta do projeto piloto, com seu balanço estando previsto para abril, para depois apresentar ao  
596 Comitê o Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, destacando a grande procura quando da  
597 abertura do CRATOD. A Sra. Gleuda destacou a integração de Secretarias do Estado em uma ação  
598 piloto para efetivação de uma proposta, com ajuda pelo Judiciário facilitando as ações e as  
599 interlocuções jurídicas necessárias, da Assistência Social quanto à abordagem e acolhimento social  
600 voluntário e na própria questão da Saúde, percebendo-se que esse programa havia funcionado mais  
601 como acesso a essas famílias para orientações sobre essa política de enfrentamento às drogas do que  
602 para internações, apesar de ter havido casos feitos por questões médicas. Indicou que a partir de  
603 maio, quando do lançamento desse programa no Comitê Estadual e sua expansão para o restante do  
604 estado, informando não ter havido nenhum caso de internação compulsória nesse programa, com os  
605 usuários querendo passar pelo tratamento. Concluindo, destacou a inclusão da Secretaria do  
606 Trabalho, qualificando e proporcionando acesso ao mercado de trabalho para essas famílias. A  
607 Presidenta comunicou a ausência do Sr Rodrigo Abel, da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro. A  
608 Dra. Nina agradeceu pela oportunidade, informando que a Casa Civil havia trabalhado na sua  
609 formulação final e agora no seu monitoramento e com o Ministério da Justiça fazendo a sua  
610 coordenação. Destacou os desafios existentes no Programa Crack é Possível Vencer, falando sobre os  
611 mesmos e colocando a sua importância, ressaltando o envolvimento do estado, município e da  
612 Sociedade Civil organizada, citando as comunidades terapêuticas que atendiam os usuários,  
613 discorrendo sobre a questão. Falou sobre a situação que existia anteriormente, com a falta de  
614 articulação pelo estado, garantindo que SUS, SUAS e todo o equipamento estivesse à disposição dessa  
615 questão, trabalhando-se para que essa situação fosse revertida após muitos anos. Ponderou que  
616 atualmente não existia uma rede de oferta de residências médicas em psiquiatria que atendesse a  
617 demanda que o país tinha por esses serviços, estando também em discussão a questão da  
618 dependência química. Ressaltou a carência da oferta de serviços públicos e a dificuldade em alavancar  
619 a agenda política pública e que teria que ser considerada, falando sobre o lugar que a comunidade  
620 terapêutica havia ocupado durante anos ao invés de o estado, falando sobre os movimentos sociais  
621 organizados e sua atuação. Falou sobre o lançamento do Plano Crack e sua ampliação, relatando as  
622 críticas recebidas e a sua disponibilização na rede de serviços de atendimento, nas estruturas de SUS  
623 e SUAS, de Direitos Humanos e de Educação, esclarecendo que para as localidades de menor porte  
624 populacional seguia um regimento específico. Questionou como expandiriam esse programa nos  
625 próximos anos, garantindo que um maior número de municípios pudesse ter adesão ao crack,  
626 indicando como seria tratado em cada município. Indicou como cada município estruturaria seu Plano  
627 de Ação para que pudessem servir de referência para acompanharem e monitorarem a implantação  
628 desses serviços, indicando aqueles que haviam apresentado propostas e que já estavam sendo  
629 analisadas pelos Ministérios para avaliar o quantitativo de equipamentos necessários para essas  
630 ações. Informou que estava prevista a participação da Sociedade Civil, como o movimento social  
631 contribuindo para que o Comitê fosse uma instância de discussão e de deliberação da política, tendo

632 efetividade na ponta, indicando os municípios que haviam entrado e que até o dia 26 de abril  
633 esperavam dar uma resposta indicando que os planos já estavam acontecendo e iniciando o processo  
634 de pactuação, relatando como isso seria executado. Falou sobre a implementação de oficinas de  
635 alinhamento em cada município após a pactuação e garantindo a intersetorialidade, mas não havendo  
636 condições para isso, mas com a possibilidade de que isso feito por meio dos Centros Regionais de  
637 Referência, que a SENAD organizava junto às universidades. Informou que a SENAD havia realizado  
638 um censo no ano anterior sobre as comunidades terapêuticas sobre drogas, relatando o número  
639 visitado e com a participação dos Conselhos Estaduais e Municipais, com o edital de financiamento de  
640 vaga nessas comunidades estabelecendo um conjunto de exigências e sendo monitorado pela SENAD,  
641 para o monitoramento dos serviços ofertados e aplicação dos recursos disponibilizados. Ponderou  
642 que a idéia era que à medida que os serviços de Assistência e de Saúde estivessem estruturados e  
643 organizados, esperavam que cada vez menos os usuários precisassem ser encaminhados para esse  
644 tipo de serviço, com a prevenção ocorrendo fortemente. A Dra. Nina lembrou que o programa nesse  
645 formato Crack é Possível Vencer havia sido lançado no final de 2012, tendo aproximadamente quatro  
646 bilhões de reais disponibilizados pelo Governo Federal para os estados e municípios desenvolverem  
647 essas ações, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Dr. León destacou a importância do  
648 Programa Crack para que o Governo Federal mostrasse sua política na questão das substâncias  
649 psicoativas em geral e em colocar diretrizes bem claras e fortes para o desenvolvimento dessas  
650 políticas, distinguindo entre usuário e traficante e as medidas a serem adotadas para cada um. Falou  
651 pelo Ministério da Saúde, as medidas tomadas, entre elas, aumento de repasse aos municípios, novos  
652 serviços e o atendimento prestado, tendo uma rede de serviços efetiva e não apenas experiências  
653 pilotos, que traziam baixo impacto na questão da saúde. Ressaltou as dificuldades em direcionar os  
654 recursos disponíveis, discorrendo sobre os esforços a serem realizados no campo da política de álcool  
655 e drogas, discorrendo sobre sua importância e os modelos existentes em outros países, com muitos  
656 programas dificultando o acesso do usuário aos serviços de atendimento, assim como outros projetos  
657 que favoreciam a criminalização do usuário de drogas e a delação, trazendo prejuízos para a educação  
658 no país, sendo preciso que o movimento social acompanhasse esses movimentos na Câmara e com o  
659 Governo Federal se articulando para impedir essa norma. O Dr. León ressaltou o debate que surgia  
660 em torno a essas questões, com a sociedade se manifestando sobre temas de grande repercussão,  
661 indicando a maioria penal, falando sobre esses assuntos e com políticas estruturantes evitando  
662 essas situações. Na sequência, o professor Ileno relatou suas atividades profissionais, dentre as quais  
663 coordenava na UNB um Centro Regional de Referência para o enfrentamento do crack no SENAD,  
664 trabalhando a saúde mental e ao mesmo tempo a questão do álcool e outras drogas. Falou sobre a  
665 intersetorialidade, necessária para tratar a drogadição, os cuidados para com as políticas imediatistas,  
666 ou conservadoras, quando existia, uma política nacional de saúde mental e de enfrentamento ao  
667 crack, a qual deveria ser efetivada. Que havia que tomar cuidado com situações emergenciais de  
668 usuários e de famílias, mas que era apenas uma parte do problema com as drogas, apesar de não  
669 poder deixar essas questões sem tratamento, discorrendo sobre a complexidade dessas questões.  
670 Manifestou-se contemplado com as colocações feitas anteriormente, observando que o papel da  
671 academia seria fazer o que vinha sendo feito, capacitar profissionais da Rede SUS e SUAS sobre a

672 questão de crack e outras drogas dentro do Centro de Referência, pesquisando melhor a eficácia e a  
673 eficiência das ações propostas. A Presidenta abriu para questionamentos, com o Conselheiro  
674 Anderson que agradeceu à Comissão de Políticas Públicas por trazer essa pauta, ressaltando a  
675 importância do tema. Destacou a relevância de essa discussão ser feita dentro dos Conselhos  
676 Municipais, discorrendo sobre as ações que haviam sido realizadas e colocando-se a favor da política  
677 do Crack é Possível Vencer. Informou que essas políticas estavam sendo discutidas em um Comitê  
678 Técnico de População de Rua do Ministério da Saúde, desqualificando as ações higienistas, relatando  
679 a morte de um menino devido a essas ações. Manifestou sua preocupação sobre a aplicação dos  
680 recursos, considerando que os Conselhos tinham que ser mais fiscalizadores da ação de estados e  
681 municípios, cobrando resultados e falando sobre a situação e os programas que estavam sendo  
682 implementados. Solicitou à representante do Governo do Estado que criasse um Comitê Estadual de  
683 População em Situação de Rua para discutir essas questões, conforme outros estados já estavam  
684 realizando, citando algumas situações que aconteciam. Agradeceu pela oportunidade de debater  
685 essas questões, com várias ações atendendo a população de rua, disponibilizadas pelas ações sociais.  
686 A Sra. Marlene Merisse falou sobre as ações realizadas pelo Fórum de Assistência Social de São Paulo,  
687 participando da construção da política de Assistência Social desse país e também sobre a alteração  
688 nos serviços prestados, discorrendo sobre o atendimento realizado pelos CRAS e a busca por mais  
689 instalações desses equipamentos. Colocou a necessidade de se pensar em um plano de ação  
690 intersetorial, participativo, com a participação social das entidades e organizações e defesa dos  
691 direitos humanos e defesa de políticas públicas e não das comunidades terapêuticas. A Dra. Cristina  
692 complementou que na cidade de São Paulo até 2012 havia 24 CREAS e dois Centros POPs, estando  
693 com plano de expansão para mais sete novos CREAS e cinco Centros POPs. A Conselheira Nilsia  
694 indagou qual o perfil social do usuário de drogas e o recorte racial desse povo, discorrendo sobre a  
695 situação existente no país destacando as colocações feitas. Ressaltou a necessidade de agir com  
696 relação às ações feitas com o coração e aquelas racionalmente e que tinham mais efetividade,  
697 relatando uma situação sobre a convivência com pacientes que usavam drogas. A Sra. Márcia Mansur  
698 informou que sua entidade, o Conselho Federal de Psicologia, havia trazido um material, entregue a  
699 todos os Conselheiros, discorrendo sobre esse tema, que era discutido em diversas organizações.  
700 Parabenizou o Conselheiro Anderson pela sua fala, sendo precisa inserir emoções nas ações  
701 realizadas, o que o CNAS precisando de emoção, luta, militância, lembrando que o Conselho, em  
702 2011, havia feito uma moção de repúdio contra a internação compulsória e o recolhimento, falando  
703 sobre esse momento. Ponderou que o CNAS já tinha uma posição, que ia ao encontro do que havia  
704 sido tratado, propondo alguns encaminhamentos: indicou o parecer do CFP contra a Lei 7.663,  
705 confecção de uma carta aos deputados federais, dirigida aos líderes das bancadas, que estava na  
706 pasta entregue e que expunha os motivos desse grupo de entidades contra essa Lei, com as Notas  
707 Técnicas feitas por outros organismos também devendo ser publicizadas e incorporar esse  
708 documento. Indicou que haviam conseguido frear essa norma, mas sendo preciso se mobilizar e com  
709 uma lista de assinaturas para ser passada entre os presentes, discorrendo sobre esse movimento. A  
710 Conselheira Margareth falou sobre a importância desse debate e o papel exercido pelo CNAS e  
711 Conselhos Estaduais e Municipais e pelos Fóruns, manifestando estranheza pelo fato de o Conselho

712 de São Paulo dizer não ter tratado da questão e não ter um posicionamento a respeito. Destacou a  
713 situação no Rio de Janeiro e que também era preocupante, observando que a fala do professor da  
714 Fiocruz quebrava o discurso do governo, e concordando com a posição do Conselheiro Anderson.  
715 Falou sobre a internação compulsória e como era considerada pelo governo, colocando, também, que  
716 os Fóruns e movimentos sociais do Rio de Janeiro não haviam se mobilizado, não conseguindo  
717 avançar na política e com a Sociedade Civil participando ativamente. Observou que gostaria de ouvir  
718 mais a fala do representante do Rio de Janeiro, não tendo ouvido qual era o papel dos Conselhos  
719 Estaduais e Municipais na fiscalização dessa atuação, o que era uma obrigação do Conselheiro. A  
720 Conselheira Aldenora dirigindo-se ao Sr. León, falou sobre o aumento de 15% no repasse para os  
721 municípios. Indagando se esse aumento se devia porque os municípios haviam apresentado mais  
722 casos de usuários; pela preocupação do MS na prevenção ou qual era o valor repassado realmente  
723 aos municípios? E como o percentual de 15% havia sido formulado. O Conselheiro Charles falou sobre  
724 a situação atual, ponderando problema, nunca conseguiriam reverter a situação, discorrendo sobre a  
725 adoção de alguns projetos. Destacou que na Assistência Social estavam conseguindo dar um olhar de  
726 profissionalização, embora isso não fosse observado em alguns municípios, com gestões paliativas  
727 não resolvendo os problemas existentes. Destacou a importância e as informações e opiniões que  
728 haviam sido colocadas, competindo ao CNAS tomar uma posição definida na efetivação da política e  
729 que ia até o cerne do problema. O Conselheiro Ademar destacou a presença da intersectorialidade em  
730 todas as falas feitas, mas destacando que o Conselho precisava se manifestar, considerando o que  
731 havia sido feito no ano passado. Falou sobre a falta de integração entre as políticas setoriais dos  
732 Conselhos, o que precisava ser corrigido, ressaltando sua satisfação em saber que o Fórum de São  
733 Paulo havia tratado a questão de forma mais integrada. Destacou o papel do CRAS, que não poderia  
734 estar desvinculado das necessidades dos territórios, devendo perceber o conjunto dessas políticas  
735 para não se trabalhar em separado. O Conselheiro José Geraldo indagou se seria possível uma política  
736 pública dessa envergadura dar resultados, quando os executores da mesma eram o estado e o  
737 município. O Conselheiro Anderson, indicando não ser técnico, relatou suas experiências vividas na  
738 rua, e falando com emoção por ter vivido as situações relatadas. Como encaminhamento, solicitou à  
739 Secretária Nacional de Drogas a retomada da proposta do Sistema Nacional de Informações sobre  
740 Drogas, que havia sido vetado pelo Presidente Lula e o que estava sendo solicitado na carta aos  
741 deputados. Destacou que como Conselheiros Nacionais não podiam aceitar o que estava acontecendo  
742 no país, tendo que existir uma política contra as drogas, como também encontrar as portas abertas  
743 para esses projetos, o que não estava acontecendo, sendo colocado que sua fala era sempre bem  
744 vinda no CNAS. A Conselheira Margareth indagou ao Sr. León com o montante colocado nas CAPS,  
745 indagando se existia possibilidade de o governo federal não fazer esse repasse quando houvesse  
746 violação de direitos, com colocações sobre a questão. O Sr. Paulo falou sobre a comunidade  
747 terapêutica e como havia conhecido por intermédio de Tim Lopes, tendo que ser repensadas,  
748 considerando as ações que eram realizadas contra as pessoas nesses espaços. Discordou da Sra.  
749 Marlene sobre as colocações sobre internação compulsória, sendo uma importante questão a ser  
750 tratada e sobre a legislação que tratava desse assunto e como a mídia tratava essa questão. Falou  
751 sobre a redução da internação, tendo que se pensar no que era mais eficiente, com as famílias tendo

752 que ser atendidas e discorrendo sobre a as ações que estavam sendo realizadas a esse respeito. O Sr.  
753 Paulo falou sobre o recrudescimento das ações contra os moradores de rua, concordando com a  
754 moção de repúdio e incluindo o Projeto de Lei 7.663. A Presidenta agradeceu pela sua participação,  
755 colocando o CNAS à sua disposição. O Conselheiro Carlos Nambu agradeceu pelas colocações sobre o  
756 fortalecimento e a ampliação do controle social, mas ponderando que como o CNAS era um colegiado  
757 não era fácil essas decisões. Ressaltou que todos os Conselhos teriam dificuldades, com a efetividade  
758 dependendo da intersetorialidade, conforme já havia sido colocado. A Conselheira Maria da  
759 Conceição falou sobre o período em que se encontrava no Conselho do Rio de Janeiro e as  
760 recomendações que o TCU havia feito, sendo que algumas não haviam sido cumpridas. Ressaltou que  
761 o Conselho Municipal vinha se esforçando para garantir que a política do SUAS fosse implantada na  
762 cidade, com as resoluções ajudando na efetividade e cobrança ao município sobre a continuidade dos  
763 programas e projetos. Falou que a proteção especial era financiada basicamente com o recurso de  
764 fonte 100, o que trazia alguns complicadores para a proposição de projetos, arrazoando sobre essa  
765 situação. Informou que não era aplicado recurso federal no abrigo existente, sendo da fonte  
766 municipal, o que havia feito com que o Conselho aprovasse o reordenamento do serviço de  
767 acolhimento, mas querendo unidade no atendimento prestado. Relatou que na Conferência sobre  
768 Financiamento a ser realizada esse ano, tratariam da questão, mas sendo preciso rever essa  
769 distribuição de renda para custear a política de Assistência, ressaltando que o Conselho tinha uma  
770 posição, mas não sendo novidade o descumprimento de um protocolo de intenção. A Sra. Gleuda  
771 destacou o grande desafio existente na política de Assistência Social através das gestões dos  
772 municípios, era assumir que a questão da dependência química também era social e dessa política,  
773 falando sobre a conceituação equivocada que existia nos municípios. Ponderou que não deveriam  
774 tratar na política de Assistência o termo internação, haja vista que não era feita por essa política, mas  
775 fazendo o processo de tratamento terapêutico da dependência química. Falou sobre as oficinas dos  
776 municípios para o tema do programa de enfrentamento ao crack e que o governo do Estado de São  
777 Paulo estava organizando, falando sobre os programas e projetos que estavam sendo executados.  
778 Sugeriu que as instâncias municipais promovessem cursos para a questão da dependência,  
779 principalmente na área da Assistência Social, ressaltando que a área da Saúde estava mais  
780 estruturada. Registrou que o governo de São Paulo, não estava realizando um “programinha  
781 midiático”, mas sim a estruturação de uma política pública efetiva, respeitando todas as políticas  
782 setoriais e com cada um considerando suas atribuições. Ressaltou que todas essas ações estariam  
783 pautadas no debate nacional, embasadas com as documentações do Governo Federal, através do  
784 Plano Nacional do *Crack*, é possível vencer, querendo construir o plano estadual de uma maneira  
785 eficaz. Ponderou que o governo deveria ouvir as colocações da Sociedade Civil e os movimentos  
786 sociais, tendo que respeitar seu posicionamento e trabalhando de forma conjunta. A Secretária  
787 Denise Colin discorreu sobre as ações realizadas, colocando-se à disposição para fazer o debate das  
788 atribuições das políticas de Assistência Social, Falou sobre a responsabilidade dos entes federados,  
789 com todas as instâncias devendo atuar em conjunto, indicando que em algumas localidades isso  
790 estava muito marcado, como se fosse um projeto de um determinado ente ocupando espaço do  
791 governo. Ponderou não ser possível não ser intersetorial, embora fosse muito difícil a sua

792 aplicabilidade, como também não sendo possível realizar de modo separado as ações de atribuições  
793 de Saúde e de Assistência Social com gestão no município. Lembrou do procedimento que a  
794 Secretaria Nacional adotava cumprindo as normativas do SUAS quando havia alguma denúncia,  
795 indicando que no cofinanciamento para acolhimento de pessoas em situação de rua no município do  
796 Rio de Janeiro, o recurso estava bloqueado, por irregularidade e por não ter sido feito um plano de  
797 ação para adequação no prazo estipulado, com a SNAS fazendo acompanhamento dessa situação,  
798 relatando as situações a serem tomadas. Concluindo a Secretária Nacional observou que se quisessem  
799 fazer uma discussão mais detalhada, a SNAS estaria à disposição. A Presidenta relatou a consulta que  
800 faziam periodicamente, mas sendo necessário que o gestor sentasse com o Conselho para fazer essa  
801 avaliação. A Secretária Nacional destacou a importância da suspensão, mas que não era suficiente,  
802 sendo preciso que o Conselho, ademais das ações do governo federal, chamasse o município e  
803 mostrasse a importância de executar, elaborar esse plano, aprovar no Conselho, encaminhar e o  
804 colocar em prática, caso contrário os usuários seriam penalizados na ponta. O Sr. Leon falou sobre o  
805 aumento do financiamento dos CAPS, com um reajuste para o custeio de todos os tipos de atenção  
806 psicossocial, após a realização de um estudo sobre o custo de todos os serviços. Com relação ao  
807 controle do repasse do recurso em função da qualidade do serviço prestado, esclareceu que isso era  
808 condicionado na própria portaria que falava dos valores, com diretrizes de normas de funcionamento,  
809 fiscalizadas tanto pelas vigilâncias sanitárias quanto pelas Secretarias Estaduais e pelo Ministério da  
810 Saúde, acompanhando os resultados de suas ações. Destacou que o Ministério repassava recurso para  
811 o serviço que funcionava dentro do formato CAPS, sendo que se o município tivesse outras políticas  
812 financiadas pelo próprio município e que eventualmente conflitassem com as diretrizes do Ministério,  
813 não tinha como impedir o repasse de recurso de uma política que estava correta por causa de outra  
814 política que não tinha coerência com a política nacional. O professor Heleno colocou-se à disposição  
815 para outras discussões, informando fazer os trabalhos de militante e professor. Ponderou que não  
816 havia como trabalhar sem emoção, mas com a má colocação dessa emoção levando a políticas  
817 equivocadas. Com relação à internação compulsória, ponderou que tinha um caráter penal, com a Lei  
818 10.216 sendo um procedimento dentro de casos extremos e com um procedimento médico jurídico  
819 não se prestando a uma política pública. Destacou ser um procedimento de acompanhamento e de  
820 atendimento de pessoas, com a expressão política de internação compulsória sendo manipulação do  
821 conceito real. Observou que a política pública de saúde mental e enfrentamento ao *crack* e outras  
822 drogas precisava ser implementada, com as demais sendo conceituais. O professor Heleno falou sobre  
823 a capacitação de professores quanto à questão das drogas, indicando as ações da UnB e outros  
824 parceiros nesse sentido, assim como o Centro de Referências, onde coordenava as capacitações.  
825 Observou que a política estava sendo implementada através da participação da Universidade e que  
826 havia sido chamada para responder sobre suas ações. Discorreu sobre a intersetorialidade, com essa  
827 interação com os demais setores devendo ser acompanhada por discussões e pactuações quanto às  
828 ações a serem efetivadas. A Dra. Nina falou sobre o trabalho que realizavam, com a Casa Civil  
829 cobrando a efetivação dos projetos e programas, mas sendo dependente da ação dos demais setores,  
830 com o governo federal não tendo capacidade constitucionalmente formal de implantar a política.  
831 Arrazou sobre o programa do crack, discorrendo sobre as ações a serem implementadas em 2013

832 ponderando que se não conseguissem efetivar as ações que estavam previstas, não conseguiriam  
833 avançar nessa questão. A Dra. Nina discorreu sobre a expansão dos municípios, tendo recebido  
834 demanda sobre a organização dos mesmos em consórcios, quando sentiam necessidade para garantir  
835 algum tipo de atendimento. Falou sobre a realização dos cursos, conforme indicado pelo professor  
836 Heleno, com os professores, além dos cursos presenciais, podendo fazer sua capacitação no próprio  
837 site da SENAD, do Ministério da Justiça. Esclareceu que as oficinas de alinhamento buscavam juntar as  
838 equipes que atuariam diretamente na organização do próprio trabalho, para discussão de estratégias  
839 conjuntas e para seu planejamento. Ressaltou que esse procedimento não poderia ser aplicado ao  
840 crack devido à sua complexidade, discorrendo sobre esse desafio. A Presidenta agradeceu pelas  
841 apresentações feitas, atendendo o convite do CNAS para aprofundar essa questão, considerando a  
842 sua responsabilidade quanto à tomada de decisão e encaminhamentos, solicitando uma salva de  
843 palmas. Indicou o item de pauta pendente, relato da Comissão Organizadora da Conferência,  
844 sugerindo iniciar essa apresentação no dia seguinte às 8h30, fazendo uma hora de almoço. O  
845 Conselheiro José Geraldo ponderou sobre o início da reunião no horário combinado. A Conselheira  
846 Simone observou que não seria preciso fazer todos os relatos no dia seguinte, indicando a Comissão  
847 de Normas, cujo debate estava sendo aprofundado. Destacou a importância do relato conjunto da  
848 Comissão de Política e Financiamento, com voto qualificado, como também a Comissão Organizadora  
849 da Conferência. Destacou a importância da participação no encontro da AGU e no qual teriam que  
850 participar, com a Presidenta informando que estaria nesse evento de 14h às 15h. A Presidenta  
851 observou que a memória a Comissão Organizadora precisaria estar com o maior número possível de  
852 Conselheiros, destacando a importância desse evento, com algumas Comissões podendo reduzir suas  
853 memórias e marcando para 09h, com quórum, com a Conselheira Simone lembrando ser voto  
854 qualificado. A Presidenta indicou que a Comissão de Financiamento tinha um relatório trimestral e a  
855 reunião conjunta com a Política, com colocações pela Conselheira Nilsia com relação ao cumprimento  
856 do horário. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião, convidando a todos para estarem  
857 presentes às 9h do dia seguinte, ressaltando a necessidade de quorum. **ABERTURA.** Aos dezoito dias  
858 do mês de abril de dois mil e treze, a Presidente deu início à 210ª Reunião Ordinária do Conselho  
859 Nacional de Assistência Social, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum:  
860 Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Sousa Tapajós; Conselheira Léa Lúcio  
861 Cecílio Braga; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira  
862 Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;  
863 Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomes González; Conselheira Margareth  
864 Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.  
865 Conselheiros na suplência: Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheiro Charles Pranke; Conselheira  
866 Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro; Conselheira Nilsia Lourdes dos  
867 Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Carlos José de Carvalho Nunes. Conselheiro na  
868 titularidade: Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci. A Conselheira Aldenora corrigiu o informe do  
869 dia anterior, esclarecendo que a CONAM havia habilitado 72 associações de moradores, em 14  
870 Estados do Brasil, construindo no total 43.000 moradias. A Presidenta indicou a pauta desse dia, com  
871 a Conselheira Márcia informando que de acordo com o Coordenador da Comissão de Políticas,

872 haviam optado por fazer o relato da Comissão de Benefício de março, fazendo o relato das reuniões  
873 conjuntas na próxima reunião. **Item Relato da Comissão de Financiamento**, pelo Conselheiro  
874 Ademar: “*Memória da reunião da Comissão de Orçamento da reunião da Assistência Social, abril de*  
875 *2013, 16.04.13, Esplanada dos Ministérios. Conselheiros presentes: Volmir Raimondi; Ademar de*  
876 *Andrade Bertucci; Dóris Margareth de Jesus; Fábio Moassab Bruni; José Geraldo França Diniz; José*  
877 *Marquesini Ferrari; Valéria da Silva Reis Ribeiro. Ausência justificada: Clara Carolina de Sá.*  
878 *Convidados: Dulcelena Alves Vaz Martins, Coordenadora Geral da Execução Orçamentária e*  
879 *Financeira do Fórum Nacional, FNAS; Laurimara Almeida, Chefe da Divisão FNAS. Secretária-Executiva*  
880 *no CNAS: Jamile Calado; Mirelle Dantas; Suzane Gonçalves. Primeiro ponto, análise de execução*  
881 *orçamentária e financeira do FNAS, exercício 2013, Aprova o Relatório de Execução Orçamentária e*  
882 *Financeira do FNAS - 1º trimestre de 2013 a Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e*  
883 *Financeira da diretoria do Fundo Nacional de Assistência Social, Dulcelena Alves Vaz Martins,*  
884 *apresentou relatório final de execução orçamentária e financeira apurado pelo regime de caixa*  
885 *referido ao primeiro trimestre de 2013, considerando que a lei orçamentária anual não foi sancionada*  
886 *no período da execução apresentada, foram disponibilizados a título de duodécimos, para cobertura*  
887 *das despesas para e caráter continuado o valor de R\$ 929.380,312,00, e o valor de R\$ 33.990.00,00*  
888 *equivalentes a reabertura de créditos extraordinários, para cobertura das despesas de caráter*  
889 *obrigatório, foram disponibilizados o total do recurso disponibilizado no exercício 2013, no valor de a*  
890 *R\$ 33.309,287.966,00, dessa forma o valor do total de crédito disponibilizados no período foi de R\$*  
891 *34.271.658,578,00, em conformidade do item um e sétimo do art. 50 da lei 12.708 de 17 de agosto de*  
892 *2012. Aqui vem um quadro, despesa de benefícios assistenciais, que dá quais os elementos de*  
893 *perceber a execução deste trimestre, reforçamos que o benefício continuada da Assistência Social BPC*  
894 *e da renda mensal vitalícia é alocado no MDS a quem compete a sua gestão, acompanhamento e*  
895 *avaliação, a operacionalização deste benefício compete ao INSS, a execução orçamentária e financeira*  
896 *aqui corresponde especificamente à descentralização de crédito orçamentário e repasse de recursos*  
897 *financeiros, realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao INSS, quanto a execução*  
898 *orçamentária e financeira das ações de complementos das sentenças judiciais, corresponde a*  
899 *descentralização do crédito orçamentário e repasse de recursos financeiros feitos automaticamente*  
900 *pela Secretaria de Orçamento Federal ao TRF. 1.2 despesas com serviços, programas e projeto, o*  
901 *quadro a seguir demonstra por ação o orçamento disponibilizado e execução orçamentária e*  
902 *financeira correspondente, as parcelas referentes as competências janeiro e fevereiro de 2013,*  
903 *transferida aos Estados, aos Municípios e ao DF e ainda o reconhecimento de dívida no montante de*  
904 *196.530,00. Que vem o quadro das ações, com a percentagem relativa nos dois primeiros meses.*  
905 *Destacamos que na ação 2.060 prestação social para crianças e adolescentes, identificada na situação*  
906 *de trabalho infantil, foi publicada portaria que autoriza pagamento de janeiro e fevereiro que foram*  
907 *pagos em abril. As ações de estruturação da rede e proteção básica, estruturação da proteção da rede*  
908 *social e especial serão realizados por meio de convênios e contratos que ainda estão em fase de*  
909 *pactuação. O índice de centralizado do SUAS e IGDSUAS foi instituído pela lei 2.435/2011, que alterou*  
910 *a lei 8.742/1993 e regulamentado pelo decreto 7.636/2011, pelas portarias 337/2011 e número*  
911 *07/2012. Desta forma a união passou a apoiar financeiramente o apoio da gestão reconhecendo,*



912 *incentivando os esforços dos gestores da implantação do SUAS de forma qualificada, é repassado*  
913 *mensalmente aos Fundos de Assistência Social do Municípios, do DF e dos Estados que cumprem os*  
914 *critérios para o recebimentos dos recursos. Ressalta-se que a execução orçamentárias do IGDSUAS foi*  
915 *de R\$ 18.325.546,00. No total do orçamento aprovado para o FNAS dói empenhado o valor de R\$*  
916 *289.534.422,00, que representa um percentual de 30%, sendo 261.758.759,00, relativos aos serviços*  
917 *socioassistenciais, e R\$ 27.266.043,00 as outras ações. A execução financeira do ANAS que foi de R\$*  
918 *218.834.679,00, isso é concernente aos serviços existenciais, e R\$ 23.308.303,00 aos outros*  
919 *programas, totalizando R\$ 242.143.282,00. O FNAS é o responsável pela execução orçamentária e*  
920 *financeira dos recursos da ação 8446, previsto ao apoio de gestão descentralizada ao programa Bolsa*  
921 *Família e IGD. O orçamento é descentralizado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, SENAC,*  
922 *em favor do FNAS, dos recursos descentralizados pela referida Secretaria no valor de R\$ 42.529.498,00*  
923 *foram executados na totalidade. Encaminhamento à Comissão de Financiamentos e Orçamento*  
924 *sugere a plenário aprovar o relatório da execução orçamentária e financeira do FNAS, exercício 2013,*  
925 *primeiro trimestre. Dois, revisão, atualização do manual orientador, para os Conselhos Municipais e*  
926 *estaduais de assistência social sobre matéria de orçamentária e financeira. A Coordenadora Geral de*  
927 *Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social,*  
928 *Dulcelena Alves Vaz Martins, apresentou revisão preliminar do referido manual para discussão,*  
929 *sugestão e contribuição de financiamento e orçamento se assistência social. Foi ressaltada a*  
930 *importância do exercício no controle social no que tange o acompanhamento do relatório de execução*  
931 *orçamentária e financeira por parte dos Conselhos de Assistência Social. A proposta de revisão*  
932 *apresentada contém informações mínimas que os Conselhos necessitam obter dos gestores de*  
933 *assistência social para execução das competências que lhes são conferidas. Encaminhamentos, a*  
934 *Comissão de Financiamento e Orçamento sugere a plenário, incluir um glossário no manual*  
935 *orientador, inserir antes de cada item o enunciado sobre o tema, incluir no manual guia de*  
936 *preenchimento com abordagem sobre o ciclo orçamentário, criar entrega de divulgação e capacitação*  
937 *do manual orientador para os Municípios, aguardar a revisão do manual para publicação no site do*  
938 *CNAS, após revisão retornar a Comissão para apreciação em junho. Três, orientação ao CAS sobre a*  
939 *proposta orçamentária e o plano de ação da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência*  
940 *Social. Em face do debate dos itens anteriores que exigiram um profundo debate sobre os temas, os*  
941 *assuntos acima serão pautados na reunião de maio. Quatro, definição da pauta de 2013, discussão*  
942 *dos parâmetros das propostas orçamentárias 2014, relatório da execução 8249 e funcionamento dos*  
943 *Conselhos do primeiro trimestre, orientação sobre a proposta orçamentária e plano de ação da*  
944 *Comissão de Financiamento da Assistência Social. Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de*  
945 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social". O Conselheiro Edivaldo referiu-se aos*  
946 *encaminhamentos, no último item, que dizia " após a Comissão revisar em junho", mas com o*  
947 *penúltimo trazendo "aguardar revisão e depois fazer revisão no site do SNAS". A Presidenta passou ao*  
948 *item um, com o Conselheiro José Araújo elogiando o trabalho realizado e informando que nos*  
949 *municípios o PPA e a LDO estavam em andamento lamentando que a discussão sobre a proposta*  
950 *orçamentária tivesse sido postergada. A seguir, o Conselheiro Ademar passou à leitura da "Resolução*  
951 *18 de abril de 2013. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião ordinária*

952 realizada nos dias 16 a 18 de abril de 2013, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e  
953 XIV do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)  
954 Resolve: Art. 1º - Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de  
955 Assistência Social (FNAS), 1º trimestre de 2013, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo  
956 Nacional de Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do  
957 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta  
958 Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós”. A Conselheira  
959 Nilsia indagou como a planilha seria analisada posteriormente e se a mesma trazia os valores  
960 enviados para o BPC, com recorte para crianças e adolescentes. O Conselheiro José Geraldo  
961 esclareceu que isso poderia ser verificado na lei, com a planilha se referindo ao primeiro trimestre  
962 pois no primeiro trimestre a lei não estava aprovada. A seguir, a Secretária-Executiva passou à  
963 aprovação da Resolução, justificando a ausência do Conselheiro Bruni e da Conselheira Dóris:  
964 Conselheiros da titularidade, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos: “Voto com o relator”; Conselheiro  
965 Carneiro de Santana: “Voto com o relator”; Conselheiro Léa Lucio Cecílio Braga: “Voto pela aprovação  
966 da resolução”; Conselheira Margarete Vera: “Voto pela aprovação”; Conselheiro Anderson Lopes  
967 Miranda: “Voto pela aprovação”; Conselheira Aldenora Gomes González: “Voto pela aprovação”;  
968 Conselheiro José Crus: “Voto pela aprovação”; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva: “Votamos pela  
969 aprovação”; Conselheiro José Geraldo França Diniz: “Voto com o relator pela aprovação”; Conselheira  
970 Jane Pereira Clemente: “Voto pela aprovação”; Conselheira Leila Pizzato: “Voto pela aprovação”;  
971 Conselheiro Ademar Bertucci: “Pela aprovação”; Conselheiro Volmir Raimondi: “Pela aprovação”;  
972 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós: “Voto pela aprovação”. A Presidenta considerou a  
973 Resolução aprovada por unanimidade. Passou para o item dois, revisão, atualização do manual  
974 anterior, com o Conselheiro Edivaldo tendo sua observação anterior acatada pelo Conselheiro Volmir  
975 e com o mesmo sendo aprovado. Quanto à pauta, o Conselheiro Volmir esclarecendo a redação sobre  
976 o ciclo orçamentário, facilitando seu entendimento. A Presidenta passou para o **Item Relato da**  
977 **Presidência Ampliada**: “Reunião 2013, data 16.04.2013, das 16h às 19, temos os integrantes da  
978 Presidência ampliada Luziele Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional, Leila Pizzato, Vice-Presidente  
979 do Conselho Nacional, Mariza Rodrigues, Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social,  
980 José Ferreira da Crus, Coordenador da Política e Assistência Social, Volmir Raimondi, Coordenador de  
981 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Margarete Alves, Coordenadora de Conselho de  
982 Assistência Social, Secretaria Executiva. Maria das Mercês de Carvalho, Secretária de CNAS, Silvani  
983 Sousa, apoio de Secretaria Executiva do CNAS. Item um reunião centralizada na região Sul, em  
984 resposta a consulta enviada à SNAS aos três estados da região Sul, o Secretário colocou a disposição  
985 para sediar a reunião descentralizada e ampliada do CNAS no dia 11, 12 e 13 de junho de 2013.  
986 Encaminhamento conforme deliberado na última reunião abordará sobre o conteúdo da nona  
987 Conferência Nacional de assistência social contemplando os seis eixos da nona Conferência Nacional,  
988 dia 11 de junho de 2013, primeiro dia, solenidade de abertura, mesa de abertura, sugestão que trata  
989 da gestão e efetivação do SUAS, debate, mesa redonda, sugestão que trás do financiamento da  
990 efetivação do SUAS, debate, dia 12 de junho de 2013, segundo dia, oficina um, ao financiamento da  
991 assistência social oficina dois, gestão do SUAS, vigilância socioassistencial de planejamento,

992 *monitoramento e avaliação, oficina três, gestão do trabalho, oficina quatro, gestão de oficina e*  
993 *projetos, oficina cinco, gestão de benefícios do SUAS, oficina seis regionalização, dia 13 de junho,*  
994 *terceiro dia, reunião plenária do CNAS. Item dois, reunião trimestral do CNAS com os Conselhos*  
995 *Estaduais e CAS, local CNAS, data 19 de abril de 2013, horário de 9 as 17, participação representantes*  
996 *dos Conselhos estaduais e DF e Conselheiros Nacionais. Tema alinhamento de conteúdo de*  
997 *conferência nacional circuito os CEIAS-DF geral e os eixos estruturantes nacional, repassar as*  
998 *orientações da relatoria para realização das conferências da assistência social em 2013 e discutir*  
999 *estratégia para mobilização e realização das Conferências Municipais, e potencializar a participação*  
1000 *de todos os atores de assistente social destacando a participação e protagonismo dos usuários das*  
1001 *conferências, bem como a garantia da acessibilidade, de 9 as 10, abertura informes, reunião*  
1002 *regionalizada, ampliada descentralizada do CNAS em Porto Alegre, política nacional de capacitação*  
1003 *do SUAS e Rede Nacional de Capacitação. Debate de enftretamento ao craque, principais temas*  
1004 *discutidos nas reuniões conjuntas, 10 as 11, apresentação do tema geral e os eixos estruturantes da*  
1005 *Nona Conferência Nacional e Assistência Social-2013, logomarca da conferência, slogan, eixos*  
1006 *estruturantes, critérios para escolha de Delegados de âmbito Municipal, Estadual e Distrital da*  
1007 *Conferência Nacional. 11h as 12h, debate. 14h as 15h30 apresentação das orientações para*  
1008 *conferências nacionais, essa nova fase, nona conferência nacional de assistência social informe 3 de*  
1009 *2013, principais pontos de informe destacando as orientações metodológicas para realização das*  
1010 *conferências, reforçar as garantias das conferências Estaduais e Municipais, 15:30 as 16:30 debate,*  
1011 *16h30 às 17h informe sobre o fórum de seguridade social e fórum nacional dos trabalhadores do*  
1012 *SUAS, 17h avaliação e encerramento. Item três, reunião do GT das deliberações da oitava Conferência*  
1013 *Nacional de Assistência Social. Integrantes do grupo. Anderson Lopes de Miranda, Margarida*  
1014 *Munguba Cardoso, Ademar Andrade Bertucci, Clara Carolina de Sá, Aldenora, Charles Roberto Pranke,*  
1015 *Cambraia Soares. Encaminhamento: em virtude da publicação CNAS número 3 de 2013, inclui o grupo*  
1016 *de trabalho com o objetivo de desenvolver o monitoramento das deliberações da oitava conferência. A*  
1017 *Presidência Ampliada sugere que os integrantes do GT, agende em sua primeira reunião com suporte*  
1018 *da coordenação de política, propôs que a reunião ocorra dia 10 de maio de 2013, sugeriu ainda que*  
1019 *uma das ações desta reunião seja de criar metodologia das deliberações, metodologia de*  
1020 *monitoramento. Podem corrigir, por favor, das deliberações das conferências. Item quatro avaliação*  
1021 *da presidência da primeira reunião regionalizada da CNAS Sul, Sudeste, acompanhamento aos*  
1022 *Conselhos, Conselheira Elizabete relatou que este item foi pauta da referida Comissão e informando*  
1023 *que foram avaliados os itens, infraestrutura, credenciamento. Você está fazendo as correções não é*  
1024 *Severino, tira material, programação, horário, tempos abordados, tempos de debate, painéis, oficinas*  
1025 *e carga horária, dentre os itens citados, a média de avaliação realizada pelos participantes da reunião*  
1026 *regionalizada foi positiva, a iniciativa verificou a importância de verificar a importância do SUAS por*  
1027 *meio do fortalecimento do trabalho conjunto, o objetivo da reunião regionalizada foi atingido o que*  
1028 *confere aos debates junto aos Conselhos Estaduais e DF entre esses sobre o controle afeta do controle*  
1029 *nacional do SUAS. O evento contou com a presença de 65 Conselheiros do CEAS da região Sul e*  
1030 *Sudeste, sete Estados, e respectivos secretários do executivo, com a presença do Secretario Estadual*  
1031 *de Assistência Social e desenvolvimento social Rodrigo Garcia na abertura do evento, na verdade a*

1032 *Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, não tem assistência social, está bem. Item V:*  
1033 *Conferência Nacional da Seguridade Social, mobilização para Conferência Nacional da Seguridade*  
1034 *Social e forma de participação do CNAS, encaminhamento, fazer gestão junto ao Ministério da Saúde,*  
1035 *manifestando interesse em integrar a equipe organizadora e participar da organização e participar*  
1036 *ativamente na conferência. Item seis, audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República*  
1037 *para pautar o tema controle social, encaminhamento será agendado com o Doutor Pedro de Carvalho*  
1038 *Pontual do departamento da Secretaria Geral da Presidência da República, para que um grupo do*  
1039 *CNAS representado pela Vice-Presidência e Conselheiro da Sociedade Civil participem desta reunião, a*  
1040 *Vice-Presidenta Leila Pizzato, elaborará ementa da pauta, datas sete, datas das Conferências*  
1041 *Municipais, Estaduais de Assistente Social e do DF, encaminhamento, solicitar os Conselhos Municipais*  
1042 *de Assistência Social das capitais, os envios, a previsão de realização de suas conferências, com o*  
1043 *objetivo de mapear as datas dos eventos e indicar os representantes do CNAS. Oito convites, a*  
1044 *Federação Catarinense dos Municípios a convida a Presidência do CNAS para participar do quarto do*  
1045 *Seminário Estadual dos Gestores e trabalhadores de Política de Assistência Social a ser realizado no*  
1046 *período de 15 a 17 de maio de 2013. 8.2, Associação dos Municípios da reunião da foz do Rio Itajaí,*  
1047 *convida a Presidência do CNAS para promover uma participação dos municípios de Balneário, Piçarra,*  
1048 *Bombinhas, Camboriú, Ilhotas, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, que fazer parte*  
1049 *do colegiado de Secretário Municipal da Associação da foz do rio Itajaí, situado em Itajaí, no Estado de*  
1050 *Santa Catarina. Esta demanda regional vem sendo solicitada pelos centros Municipais e centros da*  
1051 *Região e dos Secretários Municipais, a data será definida dependendo da agenda de compromissos da*  
1052 *Presidenta deste Conselho. Item nove, informes. 9.1 a Empresa Brasileira de Comunicação, EBC, por*  
1053 *intermédio geral da Secretaria Geral da Presidência da República, solicitou agenda com CNAS para*  
1054 *traçar conferência relativos à nona Conferência Nacional de Assistência Social, relacionado aos planos*  
1055 *de comunicação das Conferências. 9.2, pesquisa de mercado de mestrado do programa da*  
1056 *Universidade Federal de Rondônia sobre participação popular dos Conselhos Gestores, aluna federal*  
1057 *de mestrado da Universidade Federal de Rondônia, Angelina Licolio, solicitou o CNAS informações*  
1058 *sobre a participação e o controle social nos Conselhos de Assistência Social nos Estados e Municípios, e*  
1059 *ainda o quantitativo desta constituição. A coordenação de acompanhamento do Conselho Nacional*  
1060 *enviou as informações solicitadas de acordo com as legislações vigentes e comunicou sobre o canal de*  
1061 *consultas, o senso SUAS, além de indicar o endereço da Coordenação Geral de Vigilância*  
1062 *Socioassistencial de gestores CNAS. 9.3, o Conselheiro José Crus e a Vice-Presidente Leila Pizzato,*  
1063 *ministrarão palestras sobre a NOBSUAS 2012, em seminário a ser desenvolvido pelo fórum Municipal*  
1064 *de São Paulo no dia 16 de maio de 2013 as 9 h, na Câmara Municipal de São Paulo, salão nobre,*  
1065 *oitavo andar, viaduto Jacareí, 100, Bela Vista, São Paulo.9.4, o movimento nacional de população de*  
1066 *rua solicitou que sejam boletins mensais do Fala Rua, sejam divulgados pelo CNAS, a presença*  
1067 *ampliada ressaltou que os boletins informativos em geral recebidos do CNAS serão divulgados*  
1068 *somente para os Conselheiros do CNAS e nas dependências deste Conselho. Essa é a memória da*  
1069 *reunião da Presidência Ampliada, vamos então ponto a ponto. Desculpe, tem a pauta anexo A, pauta*  
1070 *da reunião do 111, que será sete, oito e nove de maio. Dia sete de maio, Comissões Temáticas, 9h às*  
1071 *13h, reunião das Comissões de Acompanhamento do Conselho, Comissão da Financeira e Orçamento,*

1072 reunião da Comissão de Normas, reunião da Comissão de Política, 14h Às 18h, reunião da Presidência  
1073 Ampliada. No dia 8 de maio, plenária, de 9h Às 9h15, aprovação 210 reunião do CNAS e pauta da 211  
1074 reunião ordinária, 9:15 às 10:15, informes da Presidência da Secretaria Executiva/MDS/CIT, FONSEAS,  
1075 CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 às 12h, relato da Comissão da nona Conferência Nacional de  
1076 Assistência Social, 12h às 12h30 a apresentação da Sociedade Civil, seguimento dos trabalhados,  
1077 entidades e usuário, 14h às 18h, discussão sobre os eixos da Conferência Nacional da Assistência  
1078 Social, eixo um, o qual o financiamento é obrigatório, eixo dois, gestão do SUAS, vigilância  
1079 socioassistencial, processos de planejamento e monitoramento e avaliação. Dia 9 de maio 9h às  
1080 10h30, relato da Presidência Ampliada, 10h30 às 12h00, relato da Comissão de Normas, 14h às  
1081 15h30, relato da Comissão de Política, 15h30 às 17h, relato da Comissão de Acompanhamento aos  
1082 Conselhos, 17h às 18h, relato da Comissão de Financiamento. Dia 10 de maio, reunião do GT de  
1083 monitoramento das reuniões da oitava Conferência Nacional de Assistência Social”. No Item um, a  
1084 Conselheira Jane solicitou que no primeiro dia de reunião assegurassem a participação do Fórum  
1085 Nacional de Assistência Social e do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS na solenidade de  
1086 abertura e no segundo as oficinas fossem feitas pela manhã e à tarde fosse apresentada uma síntese  
1087 dos debates desses grupos e a mesa de encerramento. A Conselheira Léa indagou o conteúdo  
1088 pensado para a oficina seis, do tema regionalização. A Conselheira Solange indagou se o Programa  
1089 Bolsa Família estava na oficina cinco, com a Presidenta esclarecendo que no informe enviado  
1090 constava a ementa de cada eixo, mas com essa dúvida podendo ser esclarecida quando fosse feito o  
1091 relato. Com relação ao convite aos Fóruns, o Conselheiro José da Crus questionou que o cerimonial se  
1092 encarregaria dessa composição, mas se os Fóruns estivessem no evento, certamente integrariam a  
1093 mesa, com a Presidenta ponderando que esses procedimentos poderiam ser adotados como padrão.  
1094 A Presidenta indagou à Conselheira Jane sobre a composição das mesas, observando que não tinham  
1095 nenhum debate sobre os temas da Conferência, sugerindo isso fosse feito no próximo plenário. A  
1096 Conselheira Jane esclarecendo sua sugestão sobre a apresentação da síntese da discussão. A  
1097 Presidenta registrou que a questão do usuário estava presente em todas as ementas, procedendo à  
1098 leitura dos objetivos específicos na Conferência Nacional e a Ementa do informe três, com a  
1099 Conselheira Léa Lúcia observando que a ementa estava completa. Informou que nos encontros  
1100 regionais apenas a Região Sudeste havia discutido a regionalização, colocando a importância desse  
1101 tema e a necessidade de sua qualificação. Após mais algumas observações sobre a questão, a  
1102 Conselheira Solange sugeriu que o nome da oficina ao invés de ser Gestão dos Benefícios no Sul, fosse  
1103 Gestão dos Programas e Benefícios do Sul, esclarecendo sua proposta. O Conselheiro José da Crus  
1104 sugeriu que as propostas para o relato da Comissão Organizadora, fosse tratado na mesma, com a  
1105 concordância da Conselheira Aldenora, sugerindo que na ementa sobre população rural, urbana, rural  
1106 e comunidades tradicionais fosse acrescentado “periurbana”, característica da região Norte e  
1107 Nordeste. A Presidenta ponderou que algumas questões fariam parte da ementa comentada, vindo  
1108 no relato da Comissão Organizadora, com a mesma sendo montada a partir das observações do  
1109 Pleno, esclarecendo à Conselheira Solange que esses informes já estavam nos Conselhos Municipais e  
1110 solicitando que deixasse sua solicitação por escrito. Relatou a alteração feita com a sugestão da  
1111 Conselheira Jane sobre a realização da oficina e debate em turnos diferentes. No item dois, sobre a

1112 reunião trimestral do CNAS com o CEAS, a Conselheira Jane observou que onde estava Fórum de  
1113 Seguridade Social era Fórum Nacional de Assistência Social e o Fórum Nacional dos Trabalhadores do  
1114 SUAS. A Presidente considerou o item aprovado, falando sobre o que seria feito na reunião do dia  
1115 seguinte para que os Conselhos Estaduais conhecessem esse espaço. No item três, a sugestão era  
1116 realizar uma reunião do GT de monitoramento das deliberações no dia 10 de maio de 2013. O  
1117 Conselheiro Anderson falou sobre a homenagem a ser feita no começo dos trabalhos, sendo que após  
1118 algumas colocações, a Presidenta informou que essa homenagem seria realizada em data que  
1119 pudesse contar com a sua participação. No item quatro, avaliação da primeira reunião regionalizada  
1120 CNAS/CEAS região Sul e Sudeste, a Presidenta falou sobre o evento, registrando o reconhecimento do  
1121 Conselho Nacional às suas Coordenações e ao CONSEAS-SP. O Conselheiro Anderson solicitou a  
1122 documentação do evento para conhecer o que havia sido discutido, para melhor acompanhamento,  
1123 com a Presidenta indicando que essa solicitação seria atendida. Indicou o encaminhamento no item  
1124 cinco, primeira Conferência Nacional de Seguridade Social, de gestionar junto ao Ministério da Saúde,  
1125 para integrar a Comissão Organizadora e participar efetivamente da Conferência. No item seis,  
1126 Audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República para pautar o tema controle social, o  
1127 Conselheiro Edivaldo solicitou maiores esclarecimentos. A Presidenta esclareceu sobre a participação  
1128 do CNAS na agenda da Presidência da República e em como o controle social era exercido no país, ao  
1129 que o Conselheiro Edivaldo indagou da possibilidade de inserir um diálogo nessa pauta, percorrendo  
1130 sobre os valores já definidos de diárias e hotéis. A Conselheira Leila esclareceu que essa pauta com a  
1131 Presidência tinha o foco específico do controle social, com a questão dos gastos sendo colocada em  
1132 outra pauta e com outro encaminhamento, mas com essa demanda já tendo sido registrada, com a  
1133 Presidenta informando os percentuais praticados nessas despesas. O Conselheiro José da Cruz  
1134 ponderou que a Sociedade Civil teria que pensar em uma melhor estratégia, com o Conselheiro  
1135 Volmir indicando que a Presidência da República era quem tomava essa decisão e percorrendo sobre  
1136 as dificuldades existentes. O Conselheiro José Araújo falou sobre as dificuldades existentes nessa  
1137 questão e com a Conselheira Margareth concordando com a importância desse debate, o que não  
1138 deveria constar na audiência com o Doutor Pedro de Carvalho, mas sendo submetido para a  
1139 Presidência Ampliada. A Presidenta indicou os itens sete, oito e o nove, sendo aprovados pelo Pleno.  
1140 Com relação à pauta da 111ª Reunião do CNAS, a Conselheira Márcia sugeriu fosse incluído o relato  
1141 da reunião conjunta da Comissão de Políticas e Acompanhamento de Benefícios, com dois relatos  
1142 ademais da reunião da Comissão de Política. O Conselheiro Anderson, no item 9.4, Movimento  
1143 Nacional da População de Rua, solicitou a divulgação dos convites e informativos encaminhados,  
1144 considerando a relevância dos temas. O Conselheiro Wagner concordou com a pauta, sugerindo a  
1145 inclusão dos relatos que não haviam sido feitos nessa oportunidade, para evitar acúmulo. A  
1146 Presidenta indicou que no dia 08 de maio, das 14h às 18h, a discussão da Conferência seria sobre  
1147 todos os eixos, ao que o Conselheiro José da Cruz esclareceu que na reunião haviam falado sobre os  
1148 dois eixos, Gestão e Financiamento na efetivação do Sistema. A Presidenta concordou com essa  
1149 colocação, relatando que a memória da Presidência Ampliada havia sido aprovada pelo Pleno. **Item**  
1150 **Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda**, pela Conselheira Márcia:  
1151 *“Aconteceu em março, dia 14/03, que foi após o pleno, Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*

1152 *Transferências de Renda. Memória de reunião ordinária; reunião 002/2013; data 14/03/2013; horário*  
1153 *de 14h às 18h; Conselheiros presentes: Márcia de Carvalho Rocha, Coordenadora; Anderson Lopes*  
1154 *Miranda, Dóris Margareth de Jesus; Léa Lúcia Cecílio Braga. Ausências justificadas: Solange Teixeira e*  
1155 *Marisa Rodrigues da Silva. Ouvintes: Carlos Nambu; Paulo César; Giovanetti Martins, Secretária-*  
1156 *Executiva do CNAS; Maria Auxiliadora Pereira; e Maria Antônia Pereira Valente. I) Realização do plano*  
1157 *de ação a partir da definição das ações convergentes entre Comissão de Políticas e Comissão de*  
1158 *Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda, a partir da apresentação da SENARC e da*  
1159 *SNAS sobre os avanços. É importante colocar que na parte da manhã nós tivemos uma conversa*  
1160 *conjunta com a Comissão de Políticas que vamos falar na nossa próxima reunião e nessa reunião nós*  
1161 *tivemos a apresentação da SENARC e SNAS que é justamente o que nós precisávamos para rever todo*  
1162 *o plano de ação 2013, então realizadas em uma reunião conjunta com a SNAS e a SENARC visando*  
1163 *atuar na garantia da transferência de renda e dos benefícios socio assistenciais como direito de*  
1164 *cidadania, a Comissão discutiu e revisou o plano de ação, priorizando ações até dezembro,*  
1165 *considerando que um dos eixos da nona Conferência Nacional de Assistência Social será sobre*  
1166 *benefícios e transferência de renda. Encaminhamentos de março a junho de 2013, elaboração de*  
1167 *orientações para os Conselhos de Assistência Social sobre o controle social do PBF do BPC e dos*  
1168 *benefícios eventuais. As Conselheiras Dores Teixeira e Dores Margareth de Jesus ficaram responsáveis*  
1169 *pela elaboração das orientações aos CAS sobre o controle social do PBF, as Conselheiras Márcia Rocha*  
1170 *e Léa Braga ficaram responsáveis pelas orientações sobre o BPC e a Conselheira Mariza Silva e o*  
1171 *Conselheiro Anderson Miranda responsáveis pelas orientações sobre benefícios eventuais que serão*  
1172 *realizados e apresentados até a reunião em junho. Abril de 2013, visando buscar o debate qualificado*  
1173 *no âmbito da Comissão foi feitos os seguintes encaminhamentos solicitar à Assessoria Parlamentar a*  
1174 *apresentação dos PLS para tramitação na Câmara Federal e Senado respectivamente ao Programa*  
1175 *Bolsa Família, BPC e eventuais, solicitar ao MDS informações sobre nomeações de profissionais pelo*  
1176 *INSS para operação do BPC, questão pertinente à Moção 28 da 8ª Comissão de Assistência Social,*  
1177 *solicita dados do Censo SUAS sobre a normatização dos benefícios eventuais nos Estados e Municípios,*  
1178 *solicitar aos CAS/DF e demais das capitais as informações sobre a existência de resolução que*  
1179 *normatiza os benefícios eventuais após as orientações previstas na resolução SNAS número 39/2010*  
1180 *conforme cópia normativa de regulamentação. Vemos aí que a Comissão de Acompanhamento de*  
1181 *Benefício só ocorre de três em três meses por isso a pauta para junho realmente não levamos em*  
1182 *consideração a descentralizada". A Presidenta relatou que após a reunião conjunta, a Comissão de*  
1183 *Acompanhamento havia se colocado à disposição para participar de eventos sobre essa questão,*  
1184 *tendo recebido convite para uma discussão sobre transferência de renda nós dias 08, 09 e 10.*  
1185 *Manifestou que gostaria de participar da reunião da Comissão para estar nesse evento. Indagou se*  
1186 *havia alguma observação no item um da memória da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*  
1187 *Transferência de Renda, a Conselheira Marisa solicitou no item dois incluir os benefícios eventuais e*  
1188 *no item três e quatro, PBC, PBF e benefícios eventuais. Informou que a SENARC havia publicado em*  
1189 *janeiro a consolidação da legislação do Bolsa Família a ser entregue no Encontro Regional dos*  
1190 *Prefeitos realizado em Brasília, ademais de outras distribuições. O Conselheiro José da Cruz*  
1191 *parabenizou pelo trabalho, registrando a importância da Comissão, com o CNAS trazendo essa*

1192 importante discussão sobre esses benefícios e do programa de Transferência de renda no âmbito do  
1193 SUAS, como também a discussão do IGDSUAS e do IGD/Bolsa. A Conselheira Márcia agradeceu as  
1194 palavras do Conselheiro José Crus, com a Presidente concordando com a importância do debate  
1195 qualificado sobre a questão dos benefícios e dos programas de transferência de renda. A Presidenta  
1196 indagou sobre a aprovação da pauta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
1197 Transferências de Renda, com a concordância do Pleno. Item Relato da memória da Comissão de  
1198 **Políticas**, pelo Conselheiro José da Crus: *Memória da reunião 003/2013 realizada no dia 16/04/2013*  
1199 *neste espaço. Conselheiros presentes: José Crus; Anderson Lopes Miranda; Edivaldo da Silva Ramos;*  
1200 *Jane Pereira Clemente; Léa Lucio Cecílio Braga; Márcia de Carvalho Rocha; Margarida Cardoso; Nilsia*  
1201 *Lurdes dos Santos. Ausências justificadas: das Conselheiras, Maria Cristina Lobo; Maria Fernandes*  
1202 *Socorro Barbosa; Meive Ausônia Piacesi. Convidados presentes: André Pontes Gerente de Prospecção e*  
1203 *Avaliação, da Diretoria de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial,*  
1204 *SENARC do Rio de Janeiro; Jaime Rabelo Adriano Coordenador Geral de Apoio do Controle Social e a*  
1205 *Gestão Descentralizada do SUAS, do Departamento de Gestão do SUAS Nacional de Assistência Social;*  
1206 *Léa Lucio Cecílio Braga, Diretora da Proteção Social Básica, da Secretaria Nacional de Assistência*  
1207 *Social; Luiz Eberto Müller, Diretor de Inclusão Produtiva Urbana da Secretaria Extraordinária da*  
1208 *Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Nilva*  
1209 *Schroeder, Coordenadora Geral de Desenvolvimento e Monitoramento do programa de Educação*  
1210 *Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Rosângela Costa, Especialista e*  
1211 *Desenvolvimento Industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do SENAI. Ouvintes da*  
1212 *nossa reunião: Alessandra Nogueira, da FENAPAES; Marlene Merisse do Conselho Federal de Serviço*  
1213 *Social; Maria Nancy Vieira, da Instituição da ONG Caminhando NE Ação Social; Ana Lúcia Soares do*  
1214 *Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS e representante no Fórum da Associação Brasileira de*  
1215 *Terapeutas Ocupacionais; Isabel Soares da Secretaria Nacional de Assistência Social; Carlos Nambu do*  
1216 *Conselho Estadual de São Paulo; Lídia Cristina Silva Barbosa do Departamento de Proteção Social*  
1217 *Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social; Sandra Maria Drago Silva da Secretaria Nacional*  
1218 *de Assistência Social; Maria Alice Pedotti do Ministério do Desenvolvimento Social; Apoio da*  
1219 *Secretaria Executiva, contamos com Maria Auxiliadora Pereira, Ana Teresa Gomes, Rosiele Bonfim.*  
1220 *Primeiro ponto de pauta como eu já disse, já anunciei no início, foi o balanço das ações da gestão do*  
1221 *SUAS. O Coordenador-Geral de Apoio ao Controle Social e a Gestão Descentralizada do SUAS, Jaime*  
1222 *Rabelo Adriano apresentou o balanço da implantação do Sistema Único da Assistência Social no Brasil*  
1223 *no período de 2003 a 2013, dez anos de trajetória com a participação efetiva dos gestores,*  
1224 *Conselheiros, usuários e trabalhadores do SUAS nas três esferas de governo. apresentamos abaixo a*  
1225 *linha do tempo com o registro das principais conquistas nesse processo de implantação e consolidação*  
1226 *da política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do estado. O ano de 2003, então*  
1227 *agora eu vou trazer a linha do tempo antes da gente concluir o relato deste primeiro item. Então, em*  
1228 *2003 registra a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social como tema Assistência*  
1229 *Social como Política de Inclusão, uma nova agenda para a cidadania, LOAS dez anos, e que teve como*  
1230 *principal deliberação, pela criação do Sistema Único da Assistência Social. O ano de 2004 registramos*  
1231 *a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, a extinção da exigência de certidão negativa de*



1232 *débitos para repasse de recursos federais da Assistência Social para estados, Distrito Federal e*  
1233 *municípios. A edição do decreto que define as ações continuadas da Assistência Social, a edição de*  
1234 *decreto que dá autonomia a Sociedade Civil no processo de escolha de seus representantes no*  
1235 *Conselho Nacional de Assistência Social. A criação do Programa Bolsa Família por meio da Lei 10.836*  
1236 *de 2004. Registro em 2005 da implantação do SUAS com aprovação pelo Conselho Nacional de*  
1237 *Assistência Social da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social a partir de 15*  
1238 *de julho deste ano, daquele ano. A realização da V Conferência Nacional de Assistência Social que*  
1239 *aprova o Plano Decenal de 2005 a 2015, que teve como tema: SUAS Plano Dez Estratégias e Metas*  
1240 *para Implementação da Política Nacional de Assistência Social. Registro e implantação da Rede SUAS*  
1241 *neste ano. Implantação do repasse fundo a fundo, regular e automático. Registro e vinculação do*  
1242 *Fundo Nacional de Assistência Social como Diretoria Executiva vinculada a estrutura da Secretaria*  
1243 *Nacional de Assistência Social. No ano de 2006 a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos*  
1244 *Humanos por este Conselho Nacional. A integração do PETI, do Programa Bolsa Família e o início do*  
1245 *processo de acompanhamento e apoio a gestão descentralizada do Sistema Único da Assistência*  
1246 *Social. No ano de 2007 a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito*  
1247 *Federal no contexto do Sistema Único da Assistência Social. A regulamentação do Artigo 3º da Lei*  
1248 *Orgânica da Assistência Social por este Conselho. A realização da VI Conferência Nacional de*  
1249 *Assistência Social, que nesta conferência aprimora o Plano Decenal do Sistema Único da Assistência*  
1250 *Social e como tema dessa conferência que tratou do compromisso, dos compromissos e*  
1251 *responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único da Assistência Social. Registra no*  
1252 *ano de 2007 ainda o lançamento do BPC na escola e neste ano iniciamos o monitoramento dos CRAS*  
1253 *com o Censo/CRAS no ano de 2007. No ano de 2008 iniciamos o cofinanciamento do Serviço de*  
1254 *Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a realização de uma*  
1255 *grande capacitação descentralizada de gerentes sociais e de operadores do Programa Bolsa Família,*  
1256 *do PETI, do PAIF. O aprimoramento do monitoramento do Sistema Único da Assistência Social, aqui já*  
1257 *avançando do VI CRAS para a criação do IDCRAS e do Censo/SUAS, e o repasse de recurso do incentivo*  
1258 *financeiro e o aprimoramento da gestão dos estados e do Distrito Federal, o IGDE. Em 2009 a sanção*  
1259 *da lei, só tem que corrigir, a IGDE. Em 2009 a sanção da Lei 12.101 que dispõe sobre a certificação das*  
1260 *entidades beneficentes de Assistência Social. A instituição da Política Nacional para a inclusão das*  
1261 *pessoas em situação de rua em seu Comitê Intersetorial. A finalização da transição do serviço de*  
1262 *educação infantil para a área de educação. O protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios*  
1263 *que é pactuado entre os entes federados neste ano. A aprovação por este Conselho da tipificação*  
1264 *nacional dos serviços socioassistenciais. A criação da carreira de Analista de Políticas Social para o*  
1265 *Ministério do Desenvolvimento Social. A reestruturação do Ministério do Desenvolvimento, MDS. A*  
1266 *realização da VII Conferência Nacional de Assistência Social que teve como tema a participação e*  
1267 *controle social no SUAS. Registra no ano de 2010 a consulta pública sobre a revisão da Norma*  
1268 *Operacional Básica do SUAS, iniciamos em 2010, vejam, como consulta pública a revisão da*  
1269 *NOB/SUAS. A implantação do CREAS/POP neste ano, iniciamos a implantação de novos equipamentos*  
1270 *aí para o atendimento da população em situação de rua. A capacitação aos Conselheiros Municipais,*  
1271 *uma realização de uma grande capacitação que alcançou mais de 20 mil Conselheiros Municipais*

1272 *nessa capacitação, organizada e executada com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, a*  
1273 *SAGI. As várias normativas em andamento, e aqui nós fizemos um destaque da proposta de normativa*  
1274 *do IGD/SUAS e do PL/SUAS que estava em tramitação no Congresso Nacional. Em 2011 a pactuação*  
1275 *do censo da gestão estadual como instrumento de monitoramento do pacto e a sanção pela*  
1276 *Presidenta Dilma da lei da LOAS, do SUAS, aí por meio da Lei 12.435 que altera a Lei 8.742 de 1993, a*  
1277 *nossa LOAS. E a instituição do IGD/SUAS em 2011. Em 2012 registra a instituição do Programa*  
1278 *Nacional de Capacitação do SUAS, o Capacita/SUAS. A capacitação e disponibilização de ferramentas*  
1279 *informativas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, com cursos presenciais e à*  
1280 *distância. Com a pactuação e deliberação da NOB/SUAS por este Conselho, um grande marco que*  
1281 *aponta para uma nova gestão do Sistema Único da Assistência Social. A criação do Programa Nacional*  
1282 *de Promoção da Integração Mundo do Trabalho, ACESSUAS/Trabalho, e a sanção aí do Decreto 7788*  
1283 *em 2012 que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social com o destaque para a previsão de*  
1284 *transferência regular e automática diretamente do Fundo Nacional, os Fundos Municipais, estaduais e*  
1285 *do Distrito Federal. No ano de 2013 já registramos o reordenamento dos serviços de convivência e*  
1286 *fortalecimento de vínculos, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, e o prontuário do*  
1287 *SUAS que já está em todos os equipamentos da Assistência Social sendo utilizado. Destaca-se no*  
1288 *debate realizado na Comissão a evolução dos recursos da Assistência Social aplicados pela União que*  
1289 *teve um crescimento de R\$ 6.500.000.000,00 registrado em 2002 para R\$ 61.500.000,00 em 2013. Em*  
1290 *relação a execução orçamentária das funções da seguridade social no período de 2002 a 2013, os*  
1291 *estudos do IPEA evidenciam que embora as três áreas, saúde, previdência e Assistência Social, tenham*  
1292 *apresentado um crescimento nesse período, a Assistência Social foi a que mais apresentou, foi a que*  
1293 *apresentou a maior taxa de crescimento, particularmente após 2004 com a instituição do Sistema*  
1294 *Único da Assistência Social. A Assistência Social teve um crescimento significativo no percentual do*  
1295 *financiamento da seguridade social no período de 2002-2003, saltando de 4% para 11% do orçamento*  
1296 *da seguridade social. Quanto à participação dos entes federados no financiamento do SUAS, percebe-*  
1297 *se que no período de 2004 a 2011, a União teve uma maior representação no financiamento da*  
1298 *Assistência Social alcançando em 2011 79%, seguido dos municípios com 3,7% e estados e o Distrito*  
1299 *Federal 7,2%. Em oito anos de implantação do Sistema Único da Assistência Social, registra nesse*  
1300 *Conselho Nacional após análise e debate no âmbito da Comissão de Política, 7.446 CRAS em 5.460*  
1301 *municípios implantados; 2.216 CREAS em 2.303 municípios implantados; 153 Centros POPs em 117*  
1302 *municípios implantados; 19.525 vagas de serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua*  
1303 *em 99 municípios cofinanciados; 16 Centros-Dia em 19 municípios em fase de implantação; 40*  
1304 *residências inclusivas em 24 municípios em fase de implantação; 1.205 equipes volantes em 1.038*  
1305 *municípios; 108 lanchas para 108 municípios integrantes da região Norte, Nordeste, Pantanal em*  
1306 *construção com a parceria com o Ministério da Marinha; 13.360.000 de famílias beneficiadas do*  
1307 *Programa Bolsa Família; 3.790.000 beneficiários do BPC, sendo 1.760.000 de idosos; 2.030.000 de*  
1308 *pessoas com deficiência; e a instituição do programa Capacita/SUAS e a instituição do programa*  
1309 *ACESSUAS/Trabalho. Ressalta-se ainda o registro mensal de atendimento dos CRAS e CREAS em*  
1310 *relação às famílias em acompanhamento pelo PAIF. Aos atendimentos individualizados realizados no*  
1311 *CRAS. Aos atendimentos coletivos realizados no CRAS com o total de 13.809.149 atendimentos*

1312 individualizados realizados no ano de 2012. Então, este é o relato do Item I do primeiro ponto com um  
1313 balanço que contamos aí com a presença do nosso Coordenador e Diretor Substituto Jaime Rabelo. O  
1314 Item II, o segundo ponto de pauta da Comissão foi o programa ACESSUAS/Trabalho e o PRONATEC,  
1315 tratando da responsabilidade da Assistência Social e do Ministério da Educação. Então, a partir da  
1316 discussão e aprovação das metas e os critérios de partilha para o cofinanciamento federal do  
1317 Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, o ACESSUAS/Trabalho para o  
1318 exercício de 2013, e considerando a necessidade de se conhecer mais detalhadamente o programa, a  
1319 função da Assistência Social e da educação, em especial MDS, MEC e Sistema “S”, foi pautado para a  
1320 reunião da Comissão de Políticas de abril o debate sobre o ACESSUAS/Trabalho e PRONATEC, tratando  
1321 das responsabilidades da Assistência Social e do Ministério da Educação. O Diretor de Inclusão  
1322 Produtiva Urbana da Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza do MDS, Luiz  
1323 Herberto Müller, iniciou o debate afirmando que o PRONATEC é coordenado pelo MEC, e que  
1324 participam deste 18 Ministérios desenvolvendo programas de qualificação profissional, organizados e  
1325 potencializados em um sistema de qualificação profissional no país. Segundo o diretor, o PRONATEC  
1326 Sem Miséria é uma ação de formação profissional voltada para os inscritos no Cadastro Único com o  
1327 objetivo de ampliar para as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho por meio da  
1328 oferta de cursos de formação inicial e continuada, o FIC, com carga horária de no mínimo 160 horas.  
1329 Os cursos são custeados pelo Governo Federal por meio de repasse direto às unidades ofertantes,  
1330 sendo gratuitos para os beneficiários, e sem contrapartidas financeiras das prefeituras. A idade para  
1331 participar então dos cursos é a partir de 16 anos de idade, são as unidades ofertantes dos cursos,  
1332 institutos federais de educação, ciência e tecnologias, e as suas escolas que são vinculadas aos  
1333 institutos. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem  
1334 Comercial – SENAC. A rede estadual de educação profissional, de acordo com a Resolução 23 de junho  
1335 de 2012. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, o Serviço Nacional de Aprendizagem do  
1336 Transporte – SNAT. E o Centro Federal de Educação Tecnológica – o CFET, e Colégio Pedro II. O  
1337 PRONATEC Brasil Sem Miséria envolve diversas instâncias, os estados, o Distrito Federal, os  
1338 municípios, as entidades ofertantes e os beneficiários que requer ainda, e que requer ainda as  
1339 seguintes etapas: habilitação das prefeituras; negociação dos cursos; mobilização dos beneficiários;  
1340 pré-matrícula; aula inaugural; acompanhamento dos beneficiários; e articulação com políticas  
1341 públicas de trabalho e emprego. A Coordenadora-Geral de Desenvolvimento e Monitoramento de  
1342 Programa de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, do MEC, a Sra. Nilva  
1343 Schroeder, reafirmou o objetivo do PRONATEC de expandir, de interiorizar e democratizar a oferta de  
1344 cursos de educação profissional técnica de nível médio, presencial e à distância, de curso de formação  
1345 inicial e continuada, ou qualificação profissional. Focou na sua apresentação na Bolsa Formação  
1346 Trabalhador, que são os cursos de formação inicial e o continuado do FIC para estudantes do ensino  
1347 médio, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, que estão  
1348 inseridos no guia PRONATEC de cursos, que é o FIC. Nós temos 605 cursos hoje inscritos, inseridos no  
1349 guia com carga horária aí no mínimo de 160 horas. Dentro dos Ministérios e Secretarias, o Ministério  
1350 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o principal parceiro demandante do PRONATEC. Em  
1351 2012 foram 230 mil vagas, estimativas de vagas. E tivemos 266.825 matrículas realizadas. Para 2013

1352 foram pactuados 864.288 vagas. A Diretora do Departamento de Proteção Social Básica do SUAS, Léa  
1353 Lúcia Cecílio Braga, apresentou o programa ACESSUAS/Trabalho apontando e reafirmando as  
1354 competências das políticas de Assistência Social, que é de promover as ações de articulação,  
1355 mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social para a  
1356 garantia do direito de cidadania, a inclusão ao mundo do trabalho por meio do acesso a cursos de  
1357 qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão  
1358 de obra. A mobilização dos usuários para a participação nos cursos deve incluir além da articulação, a  
1359 sensibilização e orientação às famílias sobre as oportunidades de participação em cursos de  
1360 qualificação profissional e ações de inclusão produtiva. Para isso devem ser utilizados instrumentos de  
1361 divulgação, panfletos, rádios, os informativos dentre outros, e orientação. Palestras, oficinas, reuniões  
1362 com a comunidade dentre outros. Reafirma a diretora que o programa tem como público prioritário  
1363 de suas ações populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes  
1364 nos municípios integrantes do programa, com idade entre 16 e 59 anos, com prioridades para os  
1365 usuários dos serviços e programas de transferência de renda e benefício socioassistencial. Em especial,  
1366 para as famílias e indivíduos com perfil do Plano Brasil Sem Miséria, pessoas com deficiência,  
1367 beneficiárias do benefício de proteção continuada. Jovens egressos dos serviços de convivência para  
1368 jovens, pessoas inscritas no Cadastro Único, egressos do sistema socioeducativo. Famílias com  
1369 presença de situação de trabalho infantil. População em situação de rua, famílias com criança em  
1370 situação de acolhimento provisório, adolescentes e jovens egressos do serviço de acolhimento.  
1371 Indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência do tráfico de drogas. Indivíduos  
1372 egressos do sistema penal. Beneficiários do Programa Bolsa Família, pessoas retiradas do trabalho  
1373 escravo. Mulheres vítimas de violência entre outros para atender as especificidades territoriais. A  
1374 especialista em desenvolvimento industrial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do SENAI,  
1375 Sra. Rosângela Costa, apresentou os resultados da parceria do SENAI com MDS. Em 2012 o SENAI foi  
1376 responsável por 47% do total das matrículas realizadas pelo PRONATEC. Foram realizadas 304.207  
1377 matrículas, sendo 248.139 matrículas nos cursos FIC, ou seja, 82% e 56.068 matrículas nos cursos  
1378 técnicos, 18%. Aqui, me parece que está faltando um dado aqui, que significa que 82% do montante  
1379 das vagas disponíveis para o SENAI, 82% foram preenchidas com o público prioritário da Assistência  
1380 Social. A realização de cursos envolveu os 26 estados, o Distrito Federal, abrangendo 533 municípios.  
1381 Os cursos em 2013, o SENAI pactuou 724.069 vagas, representando 47%, ou seja, 341.410 das vagas  
1382 para o público da Assistência Social. Os cursos mais demandados em 2012 foram: auxiliar  
1383 administrativo, operador de computador, eletricista, instalador predial de baixa tensão, pedreiro de  
1384 alvenaria, costureiro industrial do vestuário, costureiro, padeiro e confeitoiro, soldador no processo  
1385 eletrodo revestido, aço, carbono e aço baixa liga. Eletricista industrial, auxiliar de operações em  
1386 logística e pintor de obras. Ressaltou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
1387 foi um dos primeiros parceiros demandantes a encaminhar para o SENAI candidatos para o  
1388 PRONATEC, e também o melhor Ministério articulado com as Secretarias Municipais, tendo em vista  
1389 que os CRAS na maioria das cidades conhecem bem o público e fazem ações em conjunto com as  
1390 unidades do SENAI para mobilização e encaminhamento de candidatos, e acompanhamento dos  
1391 alunos do PRONATEC. Conclui a especialista que o SENAI contratou Assistentes Sociais para as suas

1392 unidades visando mediar a oferta dos cursos e acompanhar aí os beneficiários durante a realização  
1393 dos mesmos, entendendo que esse acompanhamento é interno ao SENAI, não é o acompanhamento  
1394 realizado pelas equipes dos CRAS. O Gerente de Prospecção e Avaliação da Diretoria de Educação  
1395 Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, do SENAC/Rio de Janeiro, o Sr. André  
1396 Pontes, apresentou as metas do PRONATEC Brasil Sem Miséria para 2012, sendo aproximadamente  
1397 300 mil ofertas e 200 mil matrículas representando mais de 50% das matrículas do público da  
1398 Assistência Social. A meta para 2013 é de aproximadamente 520 vagas pactuadas, 520 mil vagas  
1399 pactuadas. Até o mês de março foram efetivadas aproximadamente 40 mil matrículas. Estão  
1400 presentes em todos os 26 estados e no Distrito Federal, e em mais de mil municípios. Dos principais  
1401 cursos pactuados, dez são vinculados diretamente ao empreendedorismo, como manicure, cuidador  
1402 de idosos, depilador, costureiro, maquiador, cabeleireiro e salgadeiro. Encaminhamentos: convidar o  
1403 Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Nacional de Assistência Social para o 2º semestre  
1404 para discutir os resultados da Câmara Técnica que acompanha e avalia a implementação do  
1405 ACESSUAS/Trabalho e as estratégias de empregabilidade. O segundo encaminhamento, solicitar a  
1406 Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social,  
1407 o resultado da pesquisa sobre os recursos de auxílio estudantil do PRONATEC realizado em alguns  
1408 municípios. Item III do nosso debate, Sra. Presidente e concluindo, a definição de pauta para o mês de  
1409 maio. A apresentação pela Secretaria Nacional de Assistência Social do cronograma dos encontros  
1410 regionais pactuados com os estados para a discussão do processo de reconhecimento dos  
1411 trabalhadores do SUAS de nível fundamental e médio. Apresentação pela Secretaria Nacional de  
1412 Assistência Social do status em relação às providências tomadas em consonância as Resoluções 33 e  
1413 34 de 2011. A apresentação pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, SAGI, da pesquisa  
1414 de informações básicas estaduais, ESTADIC. E também uma hora para tratarmos com a Comissão de  
1415 Acompanhamento e Benefício de Transferência de Renda, a análise das pendências de informações  
1416 sobre os benefícios e transferências de renda no âmbito da Comissão de Acompanhamento de  
1417 Benefícios e Transferências de Renda”. A Coordenadora Leila parabenizou pelo trabalho apresentado,  
1418 corroborado pela Conselheira Nilsia. O Conselheiro Carlos Rogério solicitou acesso aos dados do IPEA  
1419 sobre a execução orçamentária das funções da seguridade social no período de 2002-2013, ao que a  
1420 Presidenta sugeriu que essa informação constasse no relatório. A Conselheira Léa Lúcia Braga  
1421 informou a presença do Sr. Josibel, técnico do programa ACESSUAS e solicitou, no item I, em 2012, a  
1422 substituição da palavra “da integração” para “do acesso”, no nome do Programa Nacional de  
1423 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho– ACESSUAS/Trabalho. Indicou, no bloco em que avaliava  
1424 os oito anos de implantação do SUAS e falava de lanchas para municípios da região Amazônia Legal e  
1425 Pantanal, que nem todos os os municípios do Nordeste integravam a Amazônia Legal. O Conselheiro  
1426 Ademar sugeriu que os resultados fossem transformados em material pedagógico., manifestando-se  
1427 contemplado com o convite ao MTE para vir ao CNAS falar sobre o assunto. A Conselheira Leila  
1428 sugeriu que em 2011, apontassem na linha tempo, a caracterização do assessoramento de defesa e  
1429 garantia de direitos, assim como o conteúdo das Resoluções 33 e 34 e colocar em 2012 a NOB/SUAS.  
1430 O Conselheiro Anderson informou que a Ministra Maria do Rosário havia pedido ao Supremo a  
1431 federalização do massacre de Goiânia. Prosseguindo, sugeriu que esse material fosse encaminhado

1432 para as universidades, para disseminar o conhecimento sobre o SUAS. A Conselheira Margareth  
1433 esclareceu que os sindicatos existiam para organizar os trabalhadores e defender os seus direitos,  
1434 com os CEFESS e as entidades de autarquia, existindo para o processo de fiscalização do exercício  
1435 profissional, destacando, também, a riqueza do material apresentado e não podendo se omitir a  
1436 Resolução 17, de 2007, instituindo a mesa de negociação do SUAS. A Presidenta concordou com as  
1437 sugestões, transformando esse material em uma publicação ou instrumento para distribuição nas  
1438 conferências municipais e estaduais. A Conselheira Léa Lúcia indicou que o título ficaria “Gestão e  
1439 Controle Social do SUAS”. O Conselheiro José da Crus esclareceu que a apresentação feita pelo  
1440 Coordenador e Diretor Substituto, Sr. Jaime Adriano, havia sido mais completa, esclarecendo como as  
1441 informações haviam sido inseridas, sugerindo que a Sra. Dorinha fizesse essa documentação., com a  
1442 Presidenta sugerindo encaminhar como havia sido apresentado, haja vista que havia pensado em se  
1443 fazer um portfólio. O Conselheiro José Araújo sugeriu que no balanço das ações da gestão, também  
1444 fosse incluído o CNAS, ao que a Presidenta ressaltou que as resoluções do Conselho Nacional estavam  
1445 inseridas e com o título contemplando essa questão. Após mais algumas colocações, o Conselheiro  
1446 Ademar destacou a satisfação pela presença do MTE para tratar das questões do trabalho, indicando  
1447 também, a origem dos recursos utilizados para o PRONATEC e ACESSUAS. Observou que sentia falta  
1448 de organizações, inclusive as universidades que tratavam da rede sobre a economia solidária, e das  
1449 ações do campo, falando sobre a questão. Sugeriu que nessa discussão com o MTE, além do GTFAT,  
1450 comparecesse o Conselho da Economia Solidária. O Conselheiro José Araújo solicitou informações  
1451 sobre o curso de cuidador de idoso. A Conselheira Léa Lúcia falou sobre essa apresentação na  
1452 Comissão, deixando claro o papel da Assistência Social dentro do programa ACESSUAS/Trabalho e a  
1453 relevância do monitoramento dos usuários durante a inclusão produtiva, sugerindo no parágrafo  
1454 primeiro, onde estava finaliza com a mão de obra e monitoramento da trajetória desses usuários,  
1455 nesses percursos de inclusão produtiva. Dirigindo-se ao Conselheiro Ademar observou que o  
1456 resultado da Câmara Técnica, realizada no mês de março, havia aberto um indicativo para discutir as  
1457 alternativas de economia solidária. Sugeriu colocar “com ênfase nas idades de 16 a 59 anos”. O  
1458 Conselheiro Edivaldo indicou a ação respeito a essa faixa etária de 16 a 59 anos, devendo retirar esse  
1459 limite, com a Conselheira Léa Lúcia esclarecendo essa colocação para priorizar esse segmento. O  
1460 Conselheiro Carlos Rogério destacou a importância dos programas ACESSUAS/Trabalho e PRONATEC,  
1461 com contribuição valiosa da Assistência Social no debate sobre o trabalho. Indicou a letra “c” do  
1462 artigo 2º da LOAS que trazia “*A promoção da integração ao mercado de trabalho.*”, com essa parceria  
1463 vindo destacar a importância desse trabalho conjunto. O Conselheiro José da Crus agradeceu aos  
1464 Conselheiros por aprimorar o relato, informando ao Conselheiro Araújo que eram cursos que seriam  
1465 disponibilizados, sendo ofertado por todas as instituições ofertantes dos cursos e não apenas pelo  
1466 SENAC. O Conselheiro Charles falou sobre os critérios de pactuações existentes, relatando o que havia  
1467 acontecido no ano passado, com os municípios habilitados para o PRONATEC realizando estudos para  
1468 definir os tipos de cursos, indicando como essa questão era fechada com os demais parceiros. O  
1469 Conselheiro José da Crus sugeriu que isso fosse feito em Curitiba, mas com cada lugar tendo suas  
1470 próprias demandas, discorrendo como era tratado pelos demais parceiros, com a presença do MTE  
1471 trazendo maiores esclarecimentos. Falou sobre os recursos a serem repassados aos alunos, cabendo

1472 uma discussão sobre o pequeno valor destinado. A Conselheira Nilsia destacou o trabalho realizado  
1473 pelo SESI nos pequenos municípios, com o Conselheiro José da Crus complementando que todo o  
1474 Sistema “S” tinha as unidades remotas para alcançar esses pequenos municípios, onde o Sistema não  
1475 tinha uma estrutura física implantada. A Presidenta indicou o Item 3º, indicando o item que tratava  
1476 da apresentação pela SAGI sobre a pesquisa de informações básicas estaduais, ESTADIC, solicitando  
1477 que também fosse feita no CNAS. ENCERRAMENTO. A presidenta encerrou a reunião para o almoço,  
1478 convidando a todos a retornarem às 14h. ABERTURA. Reiniciando a reunião, a Presidenta em exercício  
1479 solicitou à Secretaria-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira  
1480 Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro José Geraldo França  
1481 Diniz; Conselheiro José Ferreira da Crus; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Volmir Raimondi;  
1482 Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles; Conselheira Margareth  
1483 Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro;  
1484 Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Conselho Superior: Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheiro  
1485 Charles Pranke; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos;  
1486 Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, justificando a  
1487 ausência do Conselheiro Wagner nessa tarde por motivo de saúde. **Item Relato da Comissão de**  
1488 **Acompanhamento de Conselhos**, pela Conselheira Margareth: *“Comissão de Acompanhamento de*  
1489 *Conselhos de Assistência Social, abril de 2013. Reunião 03/2013; data: 16/04/2013; no horário de 9h*  
1490 *às 16h. Local: Bloco F, Esplanada dos Ministérios, sala 255. Memória da Reunião: Conselheiros e*  
1491 *Conselheiras presentes: Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora; Aldenora Gomes Gonzáles,*  
1492 *Coordenadora Adjunta; Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Charles Roberto Pranke; Fátima Aparecida*  
1493 *Rampin; José Araújo da Silva; Solange Teixeira. Conselheira com ausência justificada: Luziele Maria de*  
1494 *Souza Tapajós. Secretaria-Executiva: Liliane Neves, Coordenadora; Lilian Guedes; Josué Santos. I)*  
1495 *Avaliação da Reunião Regionalizada do CNAS com os Conselhos Nacionais de Assistência Social das*  
1496 *regiões Sul e Sudeste, a Comissão avaliou a Reunião considerando os objetivos propostos e as*  
1497 *questões que necessitam ser aprimoradas para as próximas. Todos os Conselhos Nacionais da região*  
1498 *Sul e Sudeste estiveram presentes. A representação foi satisfatória, contando com no mínimo 3*  
1499 *participantes por Conselho. Foram um total de 50 representantes do CEAS e 9 do CNAS. A Reunião foi*  
1500 *avaliada como iniciativa importante do CNAS cedendo espaço necessário para nivelamento de*  
1501 *informações e definições de estratégias comuns para o fortalecimento do controle social do SUAS. E a*  
1502 *Comissão ressalta que o CNAS é uma referência para os demais Conselhos do que tende o*  
1503 *funcionamento e atuação. No CEAS apontaram a necessidade dessa aproximação com o CNAS e foi*  
1504 *ressaltado da regionalizada Sul e Sudeste que o Conselho Nacional tem interesse de se aproximar dos*  
1505 *Conselhos Estaduais e CAS/DF, propiciando espaços de escuta e debates, tendo em vista o tempo de*  
1506 *funcionamento das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos do CEAS as ações apresentadas*  
1507 *foram importantes para a discussão proposta. E ainda, a metodologia utilizada de apresentação a*  
1508 *partir de roteiro padrão foi avaliada como pertinente, porem a Comissão avalia a necessidade de*  
1509 *remanejar a programação da Reunião para oportunizar Discussões entre os CEAS tendo em vista a*  
1510 *troca de experiências para além do debate já realizado no primeiro dia de evento. Ressaltamos ainda*  
1511 *que todos os CEAS presentes aceitar a sugestão de instrumental para o planejamento das ações das*

1512 *Comissões de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social. Dos encaminhamentos*  
1513 *da Reunião destacamos que o CEAS remeteram ao CNAS as propostas apresentadas no encontro para*  
1514 *socializar com os demais. O planejamento final será enviado a todos os dos CEAS e CAS/DF.*  
1515 *Encaminhamentos 1.1) Enviar aos demais Conselheiros a sistematização das apresentações e debates*  
1516 *do CEAS sobre a avaliação destes a cerca do acompanhamento dos Conselhos; 1.2) Rever a*  
1517 *programação da Reunião, proposta anexa; 1.3) Rever o instrumental de avaliação e a participação dos*  
1518 *Conselheiros nas mesas de debate. II) Discursando as orientações sobre o processo de escolha dos*  
1519 *representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social e para as orientações aos CRAS*  
1520 *para desenvolver ações de mobilização para participação no controle social no SUAS. O item faz parte*  
1521 *do plano de ação da Comissão, Ação 1.3. E para esta estratégia está definida a discussão de itens que*  
1522 *devem constar no documento com orientações a cerca do processo de escolha dos representantes da*  
1523 *Sociedade Civil nos CRAS. Foi deliberado o plenário do mês de março que seria elaborado proposta*  
1524 *com os itens que devem constar no documento com orientações e a Comissão ela aponta os seguintes,*  
1525 *a saber. Descrições de quem são e quem pode representar cada segmento da Sociedade Civil no CRAS,*  
1526 *trabalhadores, usuários, entidades de assistência social. Processo de eleição, legações e*  
1527 *procedimentos. Mobilização para participação, processos para os grandes municípios, sugestões.*  
1528 *Procedimentos administrativos e sugestões de instrumentais. Papel da assessoria da Secretaria*  
1529 *Executiva do CRAS nesse processo, atualização dos dados do CADSUAS da nova gestão. Posse dos*  
1530 *novos Conselheiros, nomeação. Eleição da presidência e vice-presidência, normativas e orientações*  
1531 *para alternância. Mandatos, periodicidade e condução. Encaminhamentos, a Secretaria Executiva*  
1532 *prepara lá material descritivo com as normativas existentes e orientações já definidas pelo CNAS em*  
1533 *cada item; 2.2) A Comissão elaborou proposta de resolução e encaminhará a Comissão de Normas*  
1534 *para apreciação e subsídios para o debate na Reunião Conjunta a ser realizada. III) Definição de*  
1535 *estratégias para mobilização dos Conselhos de Assistência Social para participação e promoção de*  
1536 *debate ao trabalho infantil, tema da Terceira Conferência Global a ser realizada no Brasil em 2013.*  
1537 *Tendo em vista os debates realizados na Plenária do mês de março a Comissão avaliou a necessidade*  
1538 *de deferir algumas ações estratégicas para debates dos Conselhos a cerca do tema.*  
1539 *Encaminhamentos, que o CNAS elabore orientações aos CRAS para divulgação das formas de*  
1540 *contribuir com o debate a cerca do tema da Conferência Global, divulgar todos os materiais*  
1541 *elaborados pela Comissão elaboradora da Conferência Global. IV) Pauta da Comissão de maio. 4.1)*  
1542 *Avaliação do encontro regionalizado da região Norte; 4.2) Monitoramento do plano de ação da*  
1543 *Comissão e revisão da agenda de execução; 4.3) Reunião conjunta com a Comissão de Normas para*  
1544 *discutir sobre as questões que devem constar nas orientações gerais para o processo de escolha dos*  
1545 *representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social. Margareth Alves Dallaruvera,*  
1546 *Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.” “Anexo I)*  
1547 *Reuniões regionalizadas do CNAS com o CEAS e CAS/DF, juntos fortalecendo o controle social do SUAS,*  
1548 *aprovada pela plenária de fevereiro de 2013. O objetivo das Reuniões regionalizadas é discutir junto*  
1549 *aos Conselhos Estaduais e CAS/DF. Questões afetas ao controle social do SUAS, atendendo as*  
1550 *especificidades das cinco regiões do país, visando discutir o planejamento das ações do CEAS e CAS/DF*  
1551 *tendo por base os resultados do senso SUAS e deliberações de Conferências. Programação, primeiro*



1552 dia, 9 horas, abertura. Gestão e Gestores estaduais de Assistência Social da sede, Presidenta do  
1553 CEAS/sede, Presidenta do CNAS, Vice-Presidenta do CNAS. As 9h e 30, mesa, apresentação da  
1554 metodologia dos trabalhos. Coordenação, Conselheiro Charles Pranke. De 9h e 45 às 12h,  
1555 apresentação dos Conselhos sobre a avaliação recomendada. Coordenação, Conselheira Margareth  
1556 Alves Dallaruvera e Aldenora González, de 14h as 18h de debate. Segundo dia, de 9h as 9h e 30,  
1557 apresentação do CNAS das sistematizações dos trabalhos do primeiro dia. Coordenação, Conselheira  
1558 Aldenora Gonzáles. De 9h e 30 as 11h, plano para o planejamento das ações dos CEAS e CAS/DF para  
1559 o fortalecimento do controle social no SUAS. Debates sobre as estratégias, debate entre os  
1560 representantes de cada Conselho. De 11h as 12h e 30, rumos para o planejamento das ações do CEAS  
1561 e CAS/DF para o fortalecimento do controle social no SUAS, debates sobre as estratégias, esse debate  
1562 é entre os Conselhos em grupos. Das 14h as 15h e 30, apresentação dos rumos para o planejamento  
1563 das estratégias do CEAS e CAS/DF Coordenação, Conselheiros Charles Pranke e Margareth Alves  
1564 Dallaruvera. Das 15h e 30 as 16h e 30, debate. Das 16h e 30 às 17h, apresentação sobre o tema da  
1565 nona Conferência Nacional de Assistência Social, coordenação com as Conselheiras Luziele Tapajós e  
1566 Leila Pizzato. Das 17h às 18h, avaliação, coordenação com os Conselheiros Carlos Rogério e Luziele  
1567 Tapajós. As 18h encerramento dos trabalhos na coordenação com as Conselheiras Luziele Tapajós e  
1568 Leila Pizzato”. A Presidenta em exercício indicou o ponto I) Avaliação da Reunião regionalizada do  
1569 CNAS com o CEAS da região Sul e Sudeste, com o Conselheiro Charles falou sobre a importância da  
1570 apresentação das propostas de planejamento por parte de cada Conselho para análise, indagando  
1571 como isso seria feito. O Conselheiro José da Crus ressaltou a importância dessa agenda, indicando no  
1572 item I, parágrafo 4º, onde dizia que o Conselho tinha interesse em se aproximar, mas sendo essa sua  
1573 função, solicitando sua correção. O Conselheiro Fábio informou ter representado o CNAS no encontro  
1574 do CONGEMAS região Centro-Oeste, tendo feito a oficina de controle social, destacando a satisfação  
1575 dos Conselheiros Municipais e Estaduais nessa aproximação. Falou sobre a solicitação feita sobre o  
1576 cronograma das reuniões regionalizadas, sugerindo que fosse incluído em um informativo CNAS. A  
1577 Conselheira Simone parabenizou pela apresentação, relatando que essa Comissão havia sido  
1578 construída informalmente. Com relação ao item 3º, sugeriu que fosse pensada uma próxima reunião  
1579 do CNAS com os Conselhos Estaduais e DF para pautar o trabalho infantil, falando sobre as ações  
1580 feitas sobre esse tema. A Presidenta em exercício destacou a importância dessa discussão nos  
1581 Conselhos Estaduais observando se na reunião do dia seguinte não seria interessante informar sobre  
1582 a Conferência Global que estava sendo organizada. A Conselheira Simone ponderou que teria que ser  
1583 apenas uma informação, haja vista que teriam que se preparar para fazer uma boa apresentação e a  
1584 disponibilidade das equipes. Sugeriu que deveriam fazer o relato nesse encontro e no próximo, em  
1585 julho, fariam uma explanação com diagnóstico, com todo o reordenamento que estavam propondo. O  
1586 Conselheiro José Araújo sugeriu que entregassem essa programação no dia seguinte como um  
1587 informe, o mesmo acontecendo com relação à Terceira Conferência do Trabalho Infantil, com a  
1588 Conselheira Aldenora concordando com essa divulgação. O Conselheiro José da Crus ponderou que  
1589 como a agenda do dia seguinte era pesada, deveriam pautar esse tema como relevante para a  
1590 próxima reunião trimestral com os Conselhos Estaduais e o DF, com o Conselheiro Fábio concordando  
1591 com essa sugestão, por permitir maior qualidade do informe. A Presidenta em exercício indagou

1592 sobre essa sugestão, com a Conselheira Margareth concordando com o Conselheiro José da Crus  
1593 sobre ser obrigação do Conselheiro certas ações, relatando um fato acontecido sobre isso e a  
1594 importância da aproximação dos Conselhos Estaduais com o CNAS. Concordou com a sugestão de  
1595 incluir o calendário das regionais no informativo citado pelo Conselheiro Fábio. Informou a alteração  
1596 da data da reunião do Mato Grosso do Sul, mas sendo mantidas as demais. Indicou que o anexo I  
1597 trazia que o Conselheiro José Araújo coordenaria o debate no primeiro dia, das 14 às 18h, o que não  
1598 constava na memória, destacando o compromisso de discutir o trabalho infantil no próximo encontro.  
1599 A Conselheira Margareth ponderou que deviam assumir o compromisso de dar esses informes nas  
1600 reuniões regionalizadas, agradecendo o apoio recebido. No item 2º a Conselheira Margareth  
1601 observou que a sugestão da Conselheira Simone havia sido acatada. O Conselheiro Edivaldo observou  
1602 a importância da definição de quem poderia representar os segmentos dos Conselhos, relatando o  
1603 que já havia acontecido e com representantes da Sociedade Civil deixando de pertencer ao Conselho  
1604 Municipal, destacando a proximidade de eleição, podendo prejudicar essas entidades. O Conselheiro  
1605 José da Crus, ponderando sobre as novas gestões nos municípios, sugeriu a inclusão da importância  
1606 do Conselho observar o plano de ação, o demonstrativo, que era a prestação de contas e a  
1607 acessibilidade. A Conselheira Margareth, dirigindo-se ao Conselheiro Edivaldo, informou que a  
1608 Comissão estava tratando dos documentos existentes sobre a representação dos segmentos, com  
1609 esse resultado sendo encaminhado oportunamente. Com relação à sugestão do Conselheiro José da  
1610 Crus, indicou não ver problemas nessa inclusão, mas levando para o GT que elaboraria esse  
1611 documento e quem sugeriu que o informe sobre a 3ª Conferência fosse entregue por escrito. A  
1612 Presidenta em exercício lembrou que na pauta da Comissão de maio no item 4.3 havia proposta de  
1613 uma reunião conjunta, com a Conselheira Margareth indicando que a reunião conjunta entre a  
1614 Comissão de Acompanhamento e a Comissão de Normas ficaria para julho. Em não havendo mais  
1615 nenhuma observação, a Presidenta em exercício considerou aprovado o relatório da Comissão de  
1616 Acompanhamento. Item relato da Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e de Política da  
1617 **Assistência Social.** A Conselheira Simone sugeriu que a Diretora de Proteção Especial do MDS, Sra.  
1618 Telma Maranhão compusesse a mesa, com a concordância da Presidenta em exercício. O Conselheiro  
1619 José Crus destacou a importância desses debates conjunto sobre o Programa de Erradicação do  
1620 Trabalho Infantil e dos serviços da Proteção Especial para a população em situação de rua, relata do  
1621 pelo Conselheiro José Araújo: *“Então é com muita honra que relatamos a Reunião e o Conselheiro*  
1622 *Ademar esta memória é importante para o Sistema Único de Assistência Social no nosso país. Então*  
1623 *eis o relato, memória da Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e Política da Assistência*  
1624 *Social. Reunião 0032013, data: 16 de abril de 2013, realizada neste espaço. Conselheiros presentes*  
1625 *José Crus, Coordenador da Comissão de Política; Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de*  
1626 *Financiamento; Ademar Andrade de Bertucci; Anderson Lopes Miranda, Dores Margareth de Jesus,*  
1627 *Edivaldo da Silva Ramos, Fábio Moassab Bruni, Jane Pereira Clemente, José Geraldo França Diniz, Léa*  
1628 *Lúcio Cecílio Braga, Márcia de Carvalho Rocha, Margarida Munguba Cardoso, Valeria da Silva Reis*  
1629 *Ribeiro, Nilsia Lourdes dos Santos; Ausências justificadas: Clara Carolina de Sá, que acompanha*  
1630 *missão no Acre, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Maria Cristina Lobo, Maria do Socorro*  
1631 *Fernandez Tabosa, Marcilio Marquesini Ferrari, Meive Ausônia Piacesi; Convidados: Lana Shirley de*

1632 *Jesus Sousa, Coordenadora da Coordenação Geral de Serviços Especializados a Família e Indivíduos;*  
1633 *Carla Cristiane Cardoso Batista, Técnica da Coordenação Geral de Medida Socioeducativas; Francisco*  
1634 *Antônio de Sousa Brito, Técnico do Departamento de Proteção Social e Especial da CNAS; Kelvia de*  
1635 *Assunção Ferreira Barros, Técnica da Coordenação Geral de Serviços Especializados a Família e*  
1636 *Indivíduos; Caroline Olevindo, Coordenadora da Coordenação Geral de regulação do SUAS. Ouvintes*  
1637 *da nossa Reunião Conjunta: Antônia Cardoso Abreu, do Movimento Nacional da População em*  
1638 *Situação de Rua; Ana Lucia Soares, do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, representante da*  
1639 *Associação Brasileira de Terapias Ocupacionais; Maria Nanci Lima Vieira da Organização não*  
1640 *Governamental Caminhando, Núcleo de Educação e Ação Social; Marilena Ardoni da APAE de São*  
1641 *Paulo; Alessandra Nogueira da FENAPAES; Marlene Merisse do Conselho Federal de Serviço Social.*  
1642 *Apoio da Secretaria Executiva Jamile Calado, Maria Auxiliadora Pereira, Ana Tereza Gomes, Rosiere*  
1643 *Brito, Talita Eleto. I) O reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho infantil foi*  
1644 *apresentada pelo departamento de Proteção social e especial da Secretaria Nacional de Assistência*  
1645 *Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, por intermédio do Técnico*  
1646 *Francisco Brito. A proposta de reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho infantil, a*  
1647 *necessidade do reordenamento do Programa justifica-se pelo diagnostico da realidade atual do*  
1648 *trabalho infantil e a consolidação e avanço da implantação do SUAS além da intersectorialidade com*  
1649 *outras políticas públicas. As ações estratégicas propostas potencializam a ação do estado brasileiro*  
1650 *para o cumprimento dos compromissos internacionais de erradicação do trabalho infantil até 2020.*  
1651 *Encaminhamento, aprovar a resolução que dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de*  
1652 *Erradicação Do Trabalho infantil no âmbito do SUAS e os critérios de elegibilidade do cofinanciamento*  
1653 *federal para os exercícios de 2013 e 2014 destinados a estados municípios e Distrito Federal com a*  
1654 *maior incidência de Trabalho infantil conforme minuta em anexo, II) Expansão qualificada dos serviços*  
1655 *assistenciais de proteção social especial do SUAS. A Coordenadora da Coordenação Geral de Serviços*  
1656 *Especializados a Família e Indivíduos, Lana Shirley de Jesus Sousa apresentou a proposta de expansão*  
1657 *para o serviço para a população em situação de rua considerada fundamental para a reinserção social*  
1658 *dessa população e a construção de sua autonomia. Foram discutidos critérios de elegibilidade para*  
1659 *pessoal qualificado para os serviços especializados em abordagem social, serviço especializados para*  
1660 *peçoas em situação de rua, para o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e para o*  
1661 *serviço de acolhimento em República para peçoas em situação de rua. A expansão do serviço para*  
1662 *peçoas em situação de rua se iniciou em 2010 com a implantação do Centro POP, em 2012 iniciou*  
1663 *com o financiamento federal e implantação do serviço especializado em abordagem social e o*  
1664 *ordenamento do serviço de acolhimento institucional. No ano passado os critérios se referiam a*  
1665 *municípios com uma população superior a 200.000 habitantes, e na proposta apresentada os critérios*  
1666 *serão relativos a municípios com população superior a 100.000 habitantes e municípios de 50.000*  
1667 *habitantes localizados em região metropolitana. Encaminhamento, aprovar a expansão qualificada do*  
1668 *serviço Socioassistenciais de Proteção Social Especial para os serviços especializados em abordagem*  
1669 *social, serviço especializado para as peçoas em situação de rua para o ordenamento do serviço de*  
1670 *acolhimento institucional e para o serviço de acolhimento em República para peçoas em situação de*  
1671 *rua conforme minuta de resolução anexa. Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de*

1672 *Financiamento; José Crus, coordenador da Comissão de Política.” A seguir, o Conselheiro Ademar*  
1673 *procedeu à leitura da Resolução: “Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do*  
1674 *Trabalho Infantil, PETI, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, e o critério de*  
1675 *elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013, 2014 destinado a estados,*  
1676 *município e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e dá outras providências. O*  
1677 *Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 16, 17, 18 e*  
1678 *19 de abril de 2013 no uso da competência conferida pelo Artigo 18 da Lei 8.742, de 07 de dezembro*  
1679 *de 1993, e considerando que o inciso XXIII do Artigo 7º e Artigo 227 da Constituição Federal,*  
1680 *respectivamente que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer*  
1681 *trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos e elege a criança ou*  
1682 *adolescente, e ao jovem como prioridade absoluta; Considerando os artigos 60 e 62 da Lei 8.069, de*  
1683 *1990, que respectivamente ratifica a proibição do trabalho infantil e estabelece que a condição de*  
1684 *aprendiz diz respeito à formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da*  
1685 *legislação em vigor; Considerando que a Lei 8.742/1993, alterada pela Lei 12.435/2011 que instituiu o*  
1686 *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Considerando isso Decreto 64.861, de 12 de junho de*  
1687 *2008, que define a lista das piores formas de trabalho infantil no Brasil; Considerando a Resolução*  
1688 *número 01, de 07 de fevereiro de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite, CIT, que dispõe sobre o*  
1689 *reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no âmbito do Sistema Único de*  
1690 *Assistência Social, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento*  
1691 *do público prioritário, entre os quais se inclui crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;*  
1692 *Considerando a Carta de Constituição de estratégias em defesa da proteção dos direitos da criança e*  
1693 *do adolescente, entre as quais objetiva desenvolver ações conjuntas de erradicação do trabalho*  
1694 *infantil; Considerando o papel protagonista do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil,*  
1695 *vinculada à Proteção Social Especial definido pelo gestor da Política de Assistência Social nas três*  
1696 *esferas de governo. Resolve: Artigo 1º - Aprovar as ações estratégicas do Programa de Erradicação do*  
1697 *Trabalho Infantil, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social para União, estados, Distrito*  
1698 *Federal e municípios, com vistas à erradicação do trabalho infantil, conforme as convenções número*  
1699 *138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho. § 1º - Os estados, municípios e Distrito Federal*  
1700 *com alta incidência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil serão cofinanciados*  
1701 *progressivamente com pactuação bienal dos critérios de partilha. § 2º - Os estados, municípios e*  
1702 *Distrito Federal a que se refere o parágrafo anterior realizarão ações estratégicas com foco no*  
1703 *cumprimento de metas a serem pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite, conforme proposição*  
1704 *a ser apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Artigo 2º - As ações*  
1705 *estratégicas do PETI no âmbito do SUAS estruturam-se a partir de cinco eixos: I) Informação e*  
1706 *mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de*  
1707 *ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil; II) Identificação de crianças e adolescentes em*  
1708 *situação de trabalho infantil; III) Proteção Social para crianças e adolescentes em situação de trabalho*  
1709 *infantil, e suas famílias; IV) Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e V)*  
1710 *Monitoramento das ações do PETI. § 1º - As ações estratégicas do PETI compreendem as*  
1711 *desenvolvidas no âmbito do SUAS na Rede Socioassistencial e em caráter intersetorial com as demais*

1712 políticas; § 2º Entende-se por Rede Socioassistencial o conjunto dos serviços, programas, projetos e  
1713 benefícios ofertados pelos entes públicos e pelas entidades e organizações de Assistência Social; § 3º -  
1714 As ações que compõem o PETI no âmbito do SUAS serão observadas por todos os estados, municípios  
1715 e Distrito Federal que identificarem o trabalho infantil nos seus territórios. Artigo 3º - Os municípios e  
1716 Distrito Federal abrangidos pelo § 1º do Artigo 1º terão o prazo de três anos para o atendimento das  
1717 metas pactuadas a partir da adesão ao cofinanciamento federal. Parágrafo Único: os municípios e  
1718 Distrito Federal que atingirem as metas pactuadas permanecerão sendo cofinanciados e  
1719 acompanhados pelo governo federal, pelo período adicional de um ano, com vistas ao fortalecimento  
1720 das ações de vigilância e prevenção do trabalho infantil nos territórios. Artigo 4º - A adesão dos  
1721 estados às ações estratégicas do PETI permanecerá enquanto houver município de seu território  
1722 considerado com maior incidência de trabalho infantil. Capítulo I – Das ações estratégicas do PETI.  
1723 Artigo 5º - O eixo de informação e mobilização nos territórios propiciará o desenvolvimento de ações  
1724 de: I) Sensibilização dos diversos atores e seguimentos sociais constituído só que são afetos a  
1725 desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil. II) Mobilização social dos agentes públicos,  
1726 movimentos sociais, centrais sindicais, Federações, associações e cooperativas de trabalhadores e  
1727 empregadores para as ações de trabalho infantil. III) Realização de campanhas voltadas  
1728 principalmente para difundir os agravos e relacionais e de saúde no desenvolvimento de criança e  
1729 adolescente, sujeitas ao trabalho infantil, considerando as principais ocupações identificada. IV) Apoio  
1730 e acompanhamento da realização de audiências públicas promovidas pelo Ministério Público para  
1731 firmar compromissos com a finalidade de erradicar o trabalho infantil nos territórios. Artigo 6º - O eixo  
1732 de identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil desenvolverá ações de: I)  
1733 Busca Ativa, identificação realizadas pelas equipes técnicas do SUAS e de forma articulada com as  
1734 demais políticas públicas; II) Registro obrigatório no Cadastro Único dos programas sociais do governo  
1735 federal, Cadastro Único de Crianças e Adolescentes e suas famílias, identificadas em situação de  
1736 trabalho infantil. Artigo 7º - O eixo de Proteção Social para crianças e adolescentes em situação de  
1737 trabalho infantil e suas famílias compreende ações de: I) Transferência de renda; II) Inserção das  
1738 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias registradas no Cadastro Único  
1739 em serviços socioassistenciais; III) Encaminhamento das crianças e adolescentes em situação de  
1740 trabalho infantil e suas famílias registradas no Cadastro Único para o serviço de saúde, educação,  
1741 cultura, esporte e lazer. IV) Encaminhamento das famílias de crianças e adolescentes em situação de  
1742 trabalho infantil para as ações de inclusão produtiva. Parágrafo Único: O inciso III do caput  
1743 compreenderá ações intersetoriais para garantia integral da Proteção Social. Artigo 8º - O eixo de  
1744 defesa e responsabilização desenvolverá ações de: I) Articulação com a Superintendência, Gerências e  
1745 agências regionais do trabalho e emprego para fomento das ações de fiscalização. II)  
1746 Acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas; III) Aplicação com o Poder  
1747 Judiciário e Ministério Público para garantir a devida aplicação de medida de proteção para crianças e  
1748 adolescentes em situação de trabalho infantil; e IV) Articulação com os Conselhos Tutelares para  
1749 garantir a aplicação de medidas de proteção para criança e adolescente em situação de trabalho  
1750 infantil. Artigo 9º - O eixo de monitoramento desenvolverá as seguintes ações: I) Registro das crianças  
1751 e adolescentes inseridos em serviços de Assistência Social, saúde, educação dentre outros, em

1752 sistemas de informação pertinente ao PETI; II) Monitoramento: a) Do processo de identificação e  
1753 cadastramento das crianças, adolescentes em trabalho infantil e suas famílias; b) Do atendimento das  
1754 crianças e adolescentes e suas famílias no serviço de Assistência Social; c) Das pactuadas com estados,  
1755 municípios e Distrito Federal. Artigo 10 - As ações estratégicas dos eixos serão executadas de forma  
1756 descentralizada, respeitadas as atribuições de cada ente por meio da conjugação de esforços entre  
1757 União, estados, Distrito Federal e municípios com a participação da sociedade civil. Capítulo II – Das  
1758 atribuições dos entes. Artigo 11 - Cabe aos entes federados garantir as estratégias de erradicação do  
1759 trabalho infantil, priorizando os territórios identificados conforme definidos no Artigo 15. Artigo 12 -  
1760 Cabe à União: I) Coordenação Nacional do PETI; II) Cofinanciamento do PETI para estados, municípios  
1761 e Distrito Federal; III) Realização de ações de divulgação para a sensibilização e mobilização; IV)  
1762 Realização de ações de vigilância socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos  
1763 sobre o trabalho infantil com o repasse periódico de informações; V) Capacitação e orientação técnica  
1764 para estados e municípios e Distrito Federal; VI) Monitoramento das ações do PETI nos estados,  
1765 municípios e Distrito Federal; VII) Estabelecimento de corresponsabilidade com órgãos federais que  
1766 desenvolvem ações de erradicação do trabalho infantil; VIII) Apoio à realização de audiências públicas  
1767 em conjunto com o Ministério Público para pactuação de metas de erradicação do trabalho infantil,  
1768 com os municípios e Distrito Federal; IX) Apoio técnico aos municípios e Distrito Federal para utilização  
1769 do Cadastro Único e de sistemas pertinentes ao programa. X) Realização de campanhas sobre o  
1770 trabalho infantil; XI) Desenvolvimento de ações intersetoriais para a inserção da criança e adolescente  
1771 e suas famílias nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. XII) Traçar diretrizes para  
1772 orientar e aperfeiçoar o registro do Cadastro Único; e XIII) Disponibilizar sistemas de informação  
1773 pertinentes ao PETI. Artigo 13 - Cabe aos estados: I) Adesão ao PETI, com pactuação de metas  
1774 quantitativas nos moldes da NOBSUAS; II) Coordenação do PETI em seu âmbito; III) Realização de  
1775 ações de vigilância social voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil  
1776 para apoiar os municípios com o repasse periódico de informações; IV) Realização de ações de  
1777 divulgação para sensibilização e mobilização; V) Realização de capacitação e apoio técnico e  
1778 monitoramento aos municípios; VI) Definição de técnicos de referência para a Proteção Social Especial,  
1779 PSE, para monitoramento e acompanhamento do PETI nos municípios; VII) Estabelecimento de  
1780 corresponsabilidade com órgãos de estado que desenvolvam ações de erradicação do trabalho  
1781 infantil; VIII) Apoio ao Ministério Público para mobilização, promoção e realização das audiências  
1782 públicas com os municípios; IX) Acompanhamento do registro do trabalho infantil no Cadastro Único e  
1783 preenchimento de sistemas pertinentes ao PETI pelos municípios; X) Acompanhamento das metas de  
1784 erradicação do trabalho infantil nos municípios; XI) Articulação com as regiões metropolitanas e  
1785 aglomerados urbanos na erradicação do trabalho infantil; XII) Veiculação das campanhas nacionais e  
1786 realização de campanhas estaduais; XIII) Desenvolvimento de ações intersetoriais para inserção da  
1787 criança e adolescente, e suas famílias nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. Artigo  
1788 14 – Cabe aos municípios e Distrito Federal: I) Adesão ao PETI, com pactuação de metas quantitativas  
1789 nos moldes da NOBSUAS; II) Coordenação do PETI em seu âmbito; III) Participação na mobilização e  
1790 nas audiências públicas propostas pelo Ministério Público; IV) Realização de ações de divulgação para  
1791 a sensibilização e mobilização conforme eixo de mobilização e informação; V) Realização de ações de

1792 *vigilância social voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil; VI)*  
1793 *Realização de Busca Ativa e identificação das diferentes formas de trabalho infantil; VII)*  
1794 *Desenvolvimento de ações intersetoriais para a inserção da criança e adolescente, e suas famílias nos*  
1795 *serviços socioassistenciais e demais políticas públicas; VIII) Definição de técnicos de referência do PETI*  
1796 *na gestão da Proteção Social Especial, PSE. IX) Estabelecimento de corresponsabilidade com órgãos*  
1797 *municipais que desenvolvam ações de erradicação do trabalho infantil; X) Inserção no Cadastro Único*  
1798 *dos casos identificados de trabalho infantil e preenchimento de sistemas pertinentes ao PETI; XI)*  
1799 *Acompanhamento das metas de erradicação do trabalho infantil no município; e XII) Veiculação das*  
1800 *campanhas nacionais e estaduais. Capítulo III – Do cofinanciamento federal. Seção I – Municípios e*  
1801 *Distrito Federal. Artigo 15 – Os municípios e Distrito Federal serão considerados como alta incidência*  
1802 *de trabalho infantil quando apresentarem: I) No exercício de 2013 a mais de 1000 casos de trabalho*  
1803 *infantil identificados no Censo democrático de 2010, IBGE; ou b) Crescimento de 200 casos de trabalho*  
1804 *infantil entre o Censo Democrático do IBGE e de 2010, exceto os abrangidos no inciso II desse Artigo.*  
1805 *III) No exercício de 2014, mais de 500 casos de trabalho infantil identificados no Censo democrático de*  
1806 *2010, IBGE. Parágrafo Único: os municípios e Distrito Federal que se enquadrem nos critérios acima e*  
1807 *não possuam cofinanciamento federal para oferta dos serviços de convivência e de fortalecimento de*  
1808 *vínculos será garantido o cofinanciamento federal para a oferta desses, observada a existência de*  
1809 *Centro de Referência de Assistência Social, CRAS. Artigo 16 – O valor mensal do cofinanciamento*  
1810 *federal para apoio à manutenção das ações estratégicas veiculadas ao PETI, considerará a relação*  
1811 *entre o número de registros de trabalho infantil no Cadastro Único e a quantidade de crianças e*  
1812 *adolescentes em situação de trabalho identificada pelo Censo Democrático de 2010, IBGE, e o porte do*  
1813 *município e do Distrito Federal conforme a seguir: I) Municípios de pequeno porte: a) Abaixo de 20%*  
1814 *de cadastros cofinanciamento federal de 3.200; b) Entre 20% e 50% de cadastros cofinanciamento*  
1815 *federal de 4.300; entre 50% e 70% de cadastros cofinanciamento federal de 5.400; e de acima de 70%*  
1816 *de cadastros cofinanciamento federal de 6.700. II) Municípios de pequeno porte II: abaixo de 20% de*  
1817 *cadastros cofinanciamento federal de 4.200; entre 30% e 50% de cadastro cofinanciamento federal de*  
1818 *5.700; entre 50% e 70% de cadastros cofinanciamento federal de 7.100; acima de 70% de cadastros*  
1819 *cofinanciamento federal de 8.900. Municípios de médio porte: a) Abaixo de 20% de cadastros*  
1820 *cofinanciamento federal de 5.300; entre 20% e 50% de cadastros cofinanciamento federal de 7.100;*  
1821 *entre 50% e 70% de cadastros cofinanciamento federal de 8.900; acima de 70% de cadastros*  
1822 *cofinanciamento federal de 11.100. IV) Municípios de grande porte: abaixo de 20% de cadastro*  
1823 *cofinanciamento federal de 7.000 reais; entre 20% e 50% de cadastro cofinanciamento federal de*  
1824 *9.500; entre 50% e 70% de cadastro cofinanciamento federal de 11.800; acima de 70% de cadastros*  
1825 *cofinanciamento federal de 4.800. V) Metrôpoles: abaixo de 20% de cadastros cofinanciamento*  
1826 *federal de 2.600 reais; entre 20% e 50% de cadastro cofinanciamento federal de 17.000; entre 50% e*  
1827 *70% de cadastros cofinanciamento federal de 21.300; e de acima de 70% de cadastros*  
1828 *cofinanciamento federal de 26.600. § 1º - Para aferição do valor a ser repassado serão considerados*  
1829 *cadastros todos os registros efetuados nos poucos específicos para identificação do trabalho infantil*  
1830 *no Cadastro Único, considerando os cadastros atualizados. § 2º - O MDS atualizará semestralmente o*  
1831 *valor do repasse considerando a última base disponível do Cadastro Único; § 3º Poderão ser*

1832 *pactuadas metodologias que apontem a diminuição e/ou aumento do trabalho infantil nos territórios,*  
1833 *para fins de atualização da base de referência do Censo Democrático 2010, IBGE. Seção II – Estados:*  
1834 *os estados serão cofinanciados a partir do número de seus municípios considerados com alta*  
1835 *incidência de trabalho infantil; Artigo 18 – O valor mensal do cofinanciamento federal para ações*  
1836 *estratégicas vinculadas ao PETI será destinado a todos os estados, sendo fixado o valor base de no*  
1837 *mínimo R\$ 12 mil e no máximo R\$ 50 mil conforme o número de municípios de alta incidência de*  
1838 *trabalho infantil no território estadual de acordo com as seguintes faixas: I) De um até 20 municípios,*  
1839 *cofinanciamento federal de R\$ 1.000,00 por município; II) A partir de 21 municípios ou mais*  
1840 *cofinanciamento federal de R\$ 500,00 por município; § 1º Aferição do número de municípios de cada*  
1841 *estado considerará o aceite municipal para adesão às ações estratégicas do PETI, de acordo com os*  
1842 *critérios de elegibilidade estabelecidas no Artigo 15. § 2º - Alteração no número dos municípios que*  
1843 *recebem cofinanciamento federal para as ações estratégicas do PETI, repercutirá no repasse*  
1844 *subsequente aos estados. Artigo 19 – Exclusivamente no primeiro ano de vigência do cofinanciamento*  
1845 *será acrescido um adicional de 20% sobre o valor base a título de equalização aos estados que*  
1846 *apresentem taxa de trabalho infantil superior à média nacional. Considerando os municípios*  
1847 *abrangidos pelos incisos I e II do Artigo 15. Artigo 20 – No exercício de 2014 o adicional a que se refere*  
1848 *ao Artigo 19 será substituído por componente de indução que mensurará o resultado do apoio técnico*  
1849 *aos municípios no atingimento de suas metas. § 1º - O componente de indução será mensurado pela*  
1850 *relação entre o número de registros, de trabalho infantil no Cadastro Único e a quantidade de crianças*  
1851 *e adolescentes em situação de trabalho identificada pelo censo demográfico 2010 IBGE nos municípios*  
1852 *que estejam recebendo cofinanciamento para o desenvolvimento das ações estratégicas conforme*  
1853 *faixas e percentuais a seguir: a) Abaixo de 20% de cadastros o estado não fará jus ao componente de*  
1854 *indução; entre 20% e 50% de cadastros, 20% do valor base; entre 50% e 70% de cadastro, 50% do*  
1855 *valor base; e de acima de 70% do cadastro, 70% do valor base. § 2º - O número de registro de trabalho*  
1856 *infantil de que se trata o parágrafo anterior observará os cadastros atualizados. Artigo 21 – Ao*  
1857 *realizar o aceite para o cofinanciamento das ações estratégicas do PETI, além das atribuições*  
1858 *dispostas no Artigo 13 os estados assumirão o compromisso com o aporte de recursos financeiros*  
1859 *equivalentes a no mínimo 30% do seu cofinanciamento federal. Capítulo VI – Das disposições finais.*  
1860 *Artigo 22 – A adesão ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI consistirá em aceite formal*  
1861 *pelo gestor do estado, Distrito Federal e municípios por meio de preenchimento eletrônico dos termos*  
1862 *de aceite disponibilizados pelo MDS; Parágrafo Único: Os respectivos Conselhos de Assistência Social*  
1863 *deverão deliberar acerca da realização do aceite formal pelo gestor dos estados, Distrito Federal e*  
1864 *municípios no prazo estabelecido sob pena de aprovação tácita. Artigo 23 – O repasse do*  
1865 *cofinanciamento de ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil para os estados, municípios*  
1866 *e Distrito Federal abrangidos no critério disposto nos artigos 15 e 17 se dará trimestralmente*  
1867 *condicionando à previsão de recursos orçamentários do Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS,*  
1868 *disponíveis para sua execução. Por fim, Artigo 24 - Essa Resolução entra em vigor na data de sua*  
1869 *publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidente do CNAS.” A Presidenta relatou sua*  
1870 *participação em uma reunião na Escola da Advocacia-Geral da União, AGU, falando sobre o controle*  
1871 *social no SUAS. Indagou se havia alguma observação sobre a Resolução, ao que a Conselheira Leila*



1872 cumprimentou pelo trabalho realizado e sugeriu que a Sra. Telma falasse sobre o ganho que essa  
1873 Resolução trazia para os municípios e para o enfrentamento do trabalho infantil. Destacou a  
1874 importância do Parágrafo Único do Artigo 22, que o aceite passasse pelos Conselhos para que se  
1875 sentissem comprometidos com a erradicação do trabalho infantil do município. A Dra. Telma  
1876 destacou ser um dia histórico para todos, discorrendo sobre a importância do Programa de  
1877 Erradicação do Trabalho Infantil, estruturado na Política de Assistência Social em 1996, e que vinha se  
1878 modificando na última década. Falou sobre a proteção social básica, a expansão dos CRAS com o PAIF  
1879 e mais recentemente o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos,  
1880 garantindo os direitos das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Discorrendo sobre  
1881 os avanços realizados nesse campo, a Dra. Telma observou que isso dava condição de reordenar e  
1882 construir o PETI como um programa protagonista dentro do SUAS e, em uma relação intersetorial,  
1883 trazer a agenda do trabalho infantil, ademais da importância no investimento nas políticas públicas e  
1884 sociais. Relatou que o trabalho infantil vinha se modificando, com o Censo de 2010 trazendo muitos  
1885 desafios, arrazoando sobre os dados apresentados. Ressaltou que a Resolução aclarava todo o  
1886 trabalho realizado, a Busca Ativa e o PETI, tendo um protagonismo muito importante nessas  
1887 questões, inclusive com respostas para as outras políticas. Falou sobre o Fórum Nacional de  
1888 Erradicação do Trabalho Infantil, com o tema do serviço doméstico sendo difícil de detectar, haja vista  
1889 a questão cultural, citando, também, o plano do Crack, ademais da realização de discussão estratégica  
1890 específica. A Dra. Telma ressaltou que a situação do trabalho infantil trazia nesse cenário um novo  
1891 PETI e seu reordenamento com serviços para encaminhar. Falou que o material sobre o  
1892 financiamento pelo escalonamento seria distribuído, relatando como se daria esse procedimento de  
1893 repasse e também como se daria a erradicação do trabalho infantil. Falou sobre a 3ª Conferência  
1894 Global que seria realizada no país, de 08 a 10 de outubro, trazendo o PETI como um programa  
1895 estratégico e protagonista dessa agenda, discorrendo sobre sua importância. A Presidenta agradeceu  
1896 pela explanação, com o Conselheiro José da Cruz discorrendo sobre o debate realizado sobre a  
1897 trajetória do SUAS e o contexto em que chegavam para essa proposta de reordenamento do PETI no  
1898 Brasil. Abrindo para o Pleno, foram feitas colocações sobre a sequência dos itens para destaque,  
1899 ficando consensuado que o relato seria tratado a seguir e com o Conselheiro José Geraldo indicando o  
1900 encaminhamento colocado, de aprovação da Resolução. A Conselheira Nilsia parabenizou as  
1901 Comissões pela apresentação, discorrendo sobre os prejuízos principalmente para as crianças e as  
1902 famílias negras em situação de risco no país, ressaltando que a aprovação dessa Resolução  
1903 representava uma conquista na identificação desse segmento, com a Busca Ativa identificando essas  
1904 crianças. A Conselheira Marisa destacou o Parágrafo Único, assim como a Conselheira Simone.  
1905 Parabenizou as Comissões pelo trabalho apresentado, discorrendo sobre essa discussão que também  
1906 era feita na CIT e que havia resultado nessa importante Resolução; Falou sobre a preocupação dos  
1907 gestores com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sendo que a partir dessa data o Brasil  
1908 teria grande ganho no âmbito dos municípios com a implementação desse programa. Observou que  
1909 havia lacuna nesse Programa, conforme colocado pela Dra. Telma, parabenizando a inclusão do inciso  
1910 IV do Artigo 7º, sobre o encaminhamento das famílias de crianças e adolescentes em situação de  
1911 trabalho infantil para as ações de inclusão produtiva. Destacou o Artigo 12, sobre o apoio técnico aos

1912 municípios e Distrito Federal para atualização do Cadastro Único de sistemas pertinentes ao  
1913 Programa, discorrendo sobre a identificação do trabalho infantil que não tinha visibilidade. A  
1914 Conselheira Marisa destacou, também, o Artigo 21, sobre a corresponsabilidade do estado como  
1915 estava no Pacto Federativo, assegurando no mínimo 30% do seu cofinanciamento federal. O  
1916 Conselheiro José Geraldo falou sobre o trabalho das comissões, mas que não podiam esquecer o  
1917 trabalho da equipe da SNAS, na pessoa da Dra. Telma para elaborar para fazer os diagnósticos e  
1918 apresentar essas propostas de Resolução. Prosseguindo, a Presidenta indicou o Artigo 3º: “Os  
1919 municípios e Distrito Federal abrangidos pelo § 1º do Artigo 1º, tem um prazo de três anos para  
1920 atingir a meta pactuada.” e no § 1º dizia que os estados, municípios e Distrito Federal com alta  
1921 incidência de criança e adolescente em situação de trabalho infantil seriam cofinanciados  
1922 progressivamente com pactuação bienal dos critérios de partilha, questionando essa controvérsia. A  
1923 Conselheira Aldenora destacou a importância dessa Resolução para a Amazônia, discorrendo sobre a  
1924 situação da região, destacando a falta de atendimento às famílias ribeirinhas. Manifestou  
1925 preocupação com a indicação no Artigo 16 de “municípios de pequeno porte I”, destacando o  
1926 pequeno número que atendia os requisitos colocados e o pouco recurso que chegava para os demais,  
1927 assim como o Artigo 18 sobre os municípios contemplados. Com ao Artigo 6º, no primeiro item, sobre  
1928 Busca Ativa e identificação realizada pelas equipes técnicas do SUAS, de forma articulada com as  
1929 demais políticas públicas, indagou como isso seria feito. O Conselheiro Charles discorreu sobre a  
1930 Resolução, que envolvia a família, o que era muito importante. Observou que no Artigo 12, Inciso XI  
1931 falava “cabe a União” e depois no Artigo 3º, Inciso XIII, que era a mesma redação que também ia para  
1932 os municípios, não esclarecendo que a União e o estado também eram executores, conforme dito:  
1933 *“Cabe à União desenvolvimento de ações intersetoriais para a inserção de crianças, adolescentes e*  
1934 *suas famílias no serviço socioassistenciais e demais políticas públicas.”*, esclarecendo sua observação.  
1935 A Conselheira Simone Albuquerque falou sobre o aceite do cofinanciamento federal de forma *online*,  
1936 com compromisso do gestor municipal de realização de todas as questões colocadas naquele aceite.  
1937 Observou que na prática muitos Secretários Municipais, faziam o aceite e uma parcela não recebia o  
1938 cofinanciamento porque os Conselhos não o haviam feito, com esse fato sendo considerado  
1939 negligência e discutido em diversas instâncias, discorrendo sobre a situação. Falou sobre a  
1940 importância dos serviços da Assistência Social e que não podiam ser interrompidos, tendo que se  
1941 discutir essa situação. Sugeriu que esse item fosse retirado, levando, juntamente com a Conselheira  
1942 Marisa para a CIT para tratar dessa questão. Falou sobre o cofinanciamento do governo federal aos  
1943 estados, com o CONGEMAS tendo colocado o percentual de 30%, esclarecendo que esse recurso não  
1944 seria um cofinanciamento, mas sim uma obrigação de gasto com apoio técnico. A Conselheira Simone  
1945 observou que o SUAS fazia Busca Ativa de várias formas, indicando como a identificação e procura  
1946 dessas famílias era feita. Dirigindo-se ao Conselheiro Charles, observou que com relação à  
1947 intersetorialidade, cada um tinha essa responsabilidade no seu âmbito, falando sobre os protocolos  
1948 que seriam feitos. A Conselheira Leila cumprimentou a Conselheira Simone pela sugestão de retirada  
1949 do texto. O Conselheiro José Geraldo ponderou que haviam discutido essa questão, indagando qual a  
1950 punição para os municípios negligentes, pois se não fosse mantida a aprovação tácita o usuário seria  
1951 punido. O, Conselheiro José da Cruz ratificou a importância desse debate, solicitando ao Conselheiro

1952 Fábio e à Dra. Telma que atendessem os destaque e indagando ao Conselheiro Volmir se estava de  
1953 acordo com esse encaminhamento. O Conselheiro Volmir ratificou a fala da Conselheira Simone e da  
1954 Conselheira Leila quanto ao Artigo, esclarecendo sua posição e concordando com a necessidade de  
1955 contar com essa norma. O Conselheiro José da Crus indicou o destaque do Conselheiro Edivaldo no  
1956 Artigo 1º, correlacionando com o Artigo 3º sobre a pactuação bienal e dos três anos para atingimento  
1957 das metas. A Dra. Telma esclareceu que na pactuação bienal, haveria um conjunto de municípios que  
1958 após a adesão teriam o período de três anos para atingir a faixa de 70% de cadastro e  
1959 encaminhamento de crianças, adolescentes e suas famílias, retirando do trabalho infantil. Esclareceu  
1960 que a segunda pactuação bienal iniciaria esses três anos para esses municípios, indicando como se  
1961 daria a contagem desse tempo, o que havia sido bastante discutido. O Conselheiro Edivaldo  
1962 manifestou sua preocupação de que fosse feita outra pactuação sem que as metas tivessem sido  
1963 atingidas, observando que se fosse individual não traria problemas ou se seria município por  
1964 município. A Dra. Telma esclareceu que não era individual, mas sim listagem dos critérios. A  
1965 Conselheira Simone ponderou que estavam falando de suas pactuações diferentes, com o programa  
1966 podendo mudar, esclarecendo sua colocação. O Conselheiro José da Crus indicou o Artigo 6º, com a  
1967 Conselheira Aldenora indagando como se dava a Busca Ativa, a identificação realizadas pelas equipes  
1968 técnicas do SUAS. A Dra. Telma informou que estavam em um processo de expansão de serviços para  
1969 todos os municípios, com os problemas existentes sendo tratados pelas instâncias competentes,  
1970 indicando que estavam tratando da situação do Amapá. Ponderou que mesmo com a questão cultural  
1971 e os problemas existentes, teriam que ter uma ação, com a expansão de serviço e implantação do  
1972 serviço sendo feitas, independente dos problemas existentes. O Conselheiro José da Crus destacou a  
1973 evolução no balanço de implantação do SUAS, com várias estratégias para materializar a Busca Ativa.  
1974 Prosseguindo, indicou o destaque do Conselheiro Charles no Artigo 12, Inciso XI com a seguinte  
1975 proposta: *“Desenvolvimento de ações intersetoriais para garantir a inserção da criança, adolescente e*  
1976 *suas famílias nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas.”*, com esclarecimentos sobre  
1977 essa proposta. O Conselheiro José da Crus citou o destaque da Conselheira Aldenora quanto ao  
1978 cofinanciamento, com os critérios usados no Artigo 16 correlacionado com o Artigo 18 tratando dos  
1979 estados, indicando o estado do Amapá. O Conselheiro Fábio observou não saber quantos dos 16  
1980 municípios do Amapá seriam de alta incidência e monitorados pelo governo estadual, falando sobre o  
1981 valor base a ser recebido e com a contrapartida, sendo que à medida que fosse promovendo o  
1982 cadastramento e o atendimento dessas crianças, poderia receber até mais 70% do valor, indicando os  
1983 valores a serem repassados. Com relação aos municípios indicou o montante de ações a serem feitas  
1984 e os valores de cofinanciamento para os outros serviços, esclarecendo os recursos a serem recebidos.  
1985 O Conselheiro José Crus indicou a sugestão no Parágrafo Único do Artigo 22, de retirar na última  
1986 frase: *“Sob pena de aprovação tácita.”* Colocado pela Conselheira Simone, apoiada pela Vice-  
1987 Presidente e pela Sociedade Civil. A Conselheira Simone falou sobre a necessidade de correção desse  
1988 erro, ao que o Conselheiro José Geraldo esclareceu que ainda não estavam examinando a outra  
1989 Resolução, mas que a redação de ambas deveria ser coerente, com o Conselheiro José da Crus  
1990 falando sobre essa colocação e sugerindo que a mesma redação fosse colocada em ambas normas. A  
1991 Conselheira Marisa observou que todos os aceites passavam pelo Conselho, discorrendo sobre essa

1992 obrigatoriedade e concordando com o Conselheiro José da Cruz de transportar o Artigo 16 dessa  
1993 Resolução a ser aprovada: *“Os Gestores encaminharão o aceite formal aos respectivos Conselhos de*  
1994 *Assistência Social que deverão deliberar no prazo estabelecido.”* , com essa sugestão sendo acatada  
1995 pelo Pleno, com o Conselheiro Anderson alertando para que essa norma fosse revisada  
1996 profundamente. A Presidenta passou à votação qualificada dessa Resolução, com a Secretária-  
1997 Executiva procedendo à chamada: Conselheiros na Titularidade. Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos:  
1998 “Eu voto pela aprovação e quero aproveitar aqui, bancar o oportunista, que estou com o uso da  
1999 palavra, para fazer aqui um manifesto, me curvar diante do poder de persuasão da Conselheira  
2000 Simone, porque ontem eu levantei esse debate, infelizmente não foi compreendido”; Conselheira  
2001 Simone Aparecida Albuquerque: “ Bem, eu voto pela aprovação da Resolução com a convicção de que  
2002 aqui há 10 anos nós vamos erradicar o trabalho infantil no Brasil”; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga:  
2003 “Eu voto pela aprovação da Resolução que dispõe sobre as ações estratégicas do PETI tendo a certeza  
2004 que também estamos construindo novos rumos para a erradicação do trabalho infantil no Brasil e  
2005 cumprimentar a equipe da SNAS, o Departamento pela ação”; Conselheira Fátima Rampin: “Eu voto  
2006 pela aprovação com os meus cumprimentos as duas Comissões, a Diretora e sua equipe por esse  
2007 trabalho e com a certeza de que realmente nós estamos no caminho certo, então é pela aprovação”;  
2008 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera: “Eu voto pela aprovação e aproveitando para  
2009 cumprimentar o trabalho e as duas Comissões e técnica, Secretaria, dar os nossos cumprimentos pelo  
2010 belíssimo trabalho”; Conselheiro Anderson Lopes Miranda: “Com muita emoção eu voto pela  
2011 aprovação e parabeno as duas Comissões, a qual uma eu faço parte, do trabalho e do debate  
2012 excelentíssimo”; Conselheira Aldenora Gomes González: “Acompanhar aqui o Anderson. Sou brava,  
2013 sou forte, sou filha do norte, guerreiros, ouvi, pela aprovação da Resolução”; Conselheira Marisa  
2014 Rodrigues da Silva: “Sra. Presidente, votamos pela aprovação na certeza que nós estamos  
2015 contribuindo para diminuir essa injustiça da erradicação do trabalho infantil no nosso país”;  
2016 Conselheiro José Geraldo França Diniz: “Eu voto pela aprovação da Resolução”; Conselheira Jane  
2017 Clemente: “Eu voto pela aprovação da Resolução”; Conselheira Leila Pizzato, Vice-Presidenta: “Voto  
2018 pela aprovação da Resolução com a certeza de que estamos construindo mais um momento  
2019 importante da Política de Assistência Social”; Conselheiro Ademar Bertucci: “Pela aprovação”;  
2020 Conselheiro Volmir Raimondi: “Volmir Raimondi. Pela aprovação. Obrigado”; Conselheiro José Cruz:  
2021 “Voto com muito orgulhoso pela aprovação desta importante Resolução, aproveitando a  
2022 oportunidade, Sra. Presidente, para cumprimentar toda a equipe da Secretaria Nacional de  
2023 Assistência Social em nome da nossa querida Diretora Telma, que coordenou esse processo  
2024 importante para o Sistema Único de Assistência Social no Brasil e cumprimentar os meus nobres  
2025 colegas Conselheiros que participaram do debate, da Comissão de Financiamento, da Comissão de  
2026 Política e também conhecer, viu Marisa, a equipe do CONGEMAS, do FONSEAS aqui, que o importante  
2027 debate feito na Comissão Intergestora Tripartite e com o que se chega nesse momento neste  
2028 Conselho uma Resolução tão bem organizada, elaborada, bem construída, que expressa aqui sem  
2029 dúvida nenhuma um processo democrático e participativo dos Gestores e do diálogo franco e fraterno  
2030 que tivemos na nossa reunião da Comissão. Voto pela aprovação, Sra. Presidente, bastante  
2031 emocionado, de que eu acho que nós, de fato, estamos dando mais uma contribuição importante

2032 para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social e para o atendimento com a qualidade,  
2033 enfim, que requer todos os nossos públicos, principalmente nossas crianças e adolescentes que está  
2034 aqui por trás desta importante Resolução. Obrigado”; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro: “Com  
2035 a emoção, primeira oportunidade que eu tenho de me expressar com relação ao que eu estou tendo  
2036 oportunidade de conhecer, não me familiarizo ainda com as siglas, com as Secretarias, mas eu  
2037 gostaria também de destacar que o trabalho foi muito produtivo, acredito que essa Portaria, ela vem  
2038 contribuir verdadeiramente com as ações para erradicar o trabalho infantil e por este momento  
2039 também voto pela aprovação da Resolução”; Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta  
2040 do CNAS: “Srs. Conselheiros, é também com muita emoção e com muita certeza do rumo que nós  
2041 estamos tomando que essa Presidência vota pela aprovação da Resolução e tem a certeza de que  
2042 tudo o que já foi é o começo do que vai vir. Viva o SUAS no Brasil”. A Presidenta considerou a  
2043 Resolução aprovada pelo Pleno por unanimidade. Na sequência, O Conselheiro José da Crus procedeu  
2044 à leitura da segunda Resolução: *“Dispõe sobre os critérios de elegibilidade, partilha dos recursos do*  
2045 *cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos serviços socioassistenciais*  
2046 *de proteção social especial para o serviço especializado em abordagem social, serviço especializado*  
2047 *para pessoas em situação de rua, para o reordenamento do serviço de acolhimento institucional e*  
2048 *para o serviço de acolhimento em república para pessoas em situação de rua. O Conselho Nacional de*  
2049 *Assistência Social em Reunião Ordinária realizada nos dias 16, 17 e 19 de abril de 2013, no uso da*  
2050 *competência conferida pelo Artigo 18 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e suas alterações*  
2051 *dadas pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do*  
2052 *Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, disposta na Resolução CNAS 33, 12/12/2012,*  
2053 *CONSIDERANDO a Resolução 45, de 15/10/2004, do CNAS que aprova a Política Nacional de*  
2054 *Assistência Social, CONSIDERANDO a Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS que aprova*  
2055 *a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, CONSIDERANDO o Decreto 7.053, de 23 de*  
2056 *dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê*  
2057 *Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências, CONSIDERANDO o*  
2058 *Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e*  
2059 *Outras Drogas, que tem como fundamento a integração e articulação entre as políticas e ações de*  
2060 *saúde, Assistência Social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos,*  
2061 *juventude, entre outras, em consonância com os pressupostos diretriz e objetivos da Política Nacional*  
2062 *Sobre Drogas, CONSIDERANDO o Decreto 7.492, de 02 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil*  
2063 *Sem Miséria cujo fundamento é superar a situação de extrema pobreza da população em todo*  
2064 *território nacional por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações,*  
2065 *CONSIDERANDO que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS, independente*  
2066 *de sua fonte de financiamento deve ofertar o serviço de proteção e atendimento especializado à*  
2067 *família e indivíduos, o PAEFI, e que seu espaço físico deve ser compatível com essa oferta;*  
2068 *CONSIDERANDO que o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centro*  
2069 *Pop, independente de sua fonte de cofinanciamento deve ofertar o serviço especializado para pessoas*  
2070 *em situação de rua e que seu espaço físico deve ser compatível com essa oferta, CONSIDERANDO que*  
2071 *o serviço de acolhimento para as pessoas em situação de rua devem ser ofertados em unidades com*

2072 *espaço físico compatível com essa oferta; CONSIDERANDO que o serviço de acolhimento em república*  
2073 *pode ser adotado como uma estratégia de reordenamento do serviço de acolhimento institucional*  
2074 *destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em*  
2075 *processo de restabelecimento de vínculos sociais e construção de autonomia, CONSIDERANDO a*  
2076 *Resolução CIT nº. 05, de 08 de junho de 2011, que padroniza os prazos para demonstração da*  
2077 *implantação dos equipamentos públicos e da prestação dos serviços socioassistenciais e dá outras*  
2078 *providências resolve: CAPÍTULO I - Disposições Gerais. Art.1º. Aprovar critérios de elegibilidade e*  
2079 *partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada no ano de 2013 dos*  
2080 *seguintes serviços socioassistenciais de proteção social especial: I) serviço especializado em*  
2081 *abordagem social; II) serviço especializado para pessoas em situação de rua; III) serviço de*  
2082 *acolhimento em república para adultos em processo de saída das ruas; IV) reordenamento dos*  
2083 *serviços de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua. Art. 2º. Os recursos*  
2084 *orçamentários disponíveis para a expansão qualificada e para o reordenamento dos serviços*  
2085 *socioassistenciais de proteção social especial serão destinados: I) aos municípios de médio porte*  
2086 *localizados em região metropolitana; e II) aos municípios de grande porte, metrópoles e Distrito*  
2087 *Federal. Art. 3º. O cofinanciamento da expansão qualificada da proteção social especial dar-se-á: I)*  
2088 *piso fixo de média complexidade, apoio a oferta do serviço especializado em abordagem social e do*  
2089 *serviço especializado para pessoas em situação de rua; II) piso de alta complexidade; II) apoio a oferta*  
2090 *de serviços de acolhimento institucional e do serviço de acolhimento em república para pessoas em*  
2091 *situação de rua. CAPÍTULO II – serviços de proteção social especial de média complexidade. Sessão I –*  
2092 *do serviço especializado em abordagem social. Art. 4º. O serviço especializado em abordagem social*  
2093 *ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de*  
2094 *abordagem e Busca Ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração*  
2095 *sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outros. Art. 5º. Para efeito dessa expansão*  
2096 *a destinação do repasse dos recursos do cofinanciamento federal para apoio a oferta do serviço*  
2097 *especializado em abordagem social pelos CREAS Municipais e do Distrito Federal, ou unidade*  
2098 *referenciada a este e pelos Centros Pop observar-se-á os seguintes critérios complementares àqueles*  
2099 *estabelecidos no Art. 2º: I) municípios de médio porte que apresente na composição de equipe técnica*  
2100 *no mínimo um Assistente Social e um Psicólogo; ou II) Distrito Federal, municípios de grande porte,*  
2101 *metrópoles que apresente na composição da equipe técnica no mínimo dois Assistentes Sociais e dois*  
2102 *Psicólogos. Parágrafo Primeiro. Para efeitos da aferição do quantitativo de profissionais do Inciso I e II*  
2103 *deste Artigo observar-se-á a somatória do número de Assistentes Sociais e Psicólogos que compõe as*  
2104 *equipes técnicas de referência considerando as unidades informadas no Censo SUAS CREAS 2012,*  
2105 *Censo SUAS Centro Pop 2012. Parágrafo segundo. Deve ser assegurada equipe técnica de referência*  
2106 *para a execução do serviço especializado em abordagem social composta por no mínimo três*  
2107 *profissionais e que pelo menos um desses seja de nível superior em cada unidade de oferta do serviço*  
2108 *para a execução das atribuições do serviço conforme demanda e planejamento local. Parágrafo*  
2109 *terceiro. Ainda que atendam os critérios dispostos no Inciso do caput somente poderão receber*  
2110 *recurso do cofinanciamento federal para a oferta do serviço especializado em abordagem social os*  
2111 *municípios que tenham: I) Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS, e Centro de*

2112 *Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Centro Pop, implantados e identificados*  
2113 *por meio do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social e cofinanciados pelo MDS ou*  
2114 *realização de aceite por meio da expansão dos serviços socioassistenciais de 2012 e esteja em*  
2115 *processo de implantação. SESSÃO II – Do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Art.*  
2116 *6º. O serviço especializado para pessoas em situação de rua ofertado para pessoas que utilizam as*  
2117 *ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência possui a finalidade de assegurar atendimento a essa*  
2118 *população com o objetivo de estimular o desenvolvimento de sociabilidade, fortalecendo os vínculos*  
2119 *interpessoais e/ou familiares, que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Art. 7º. Para*  
2120 *efeitos dessa expansão a destinação do repasse dos recursos do cofinanciamento federal para apoio a*  
2121 *oferta do serviço especializado para pessoas em situação de rua pelo Centro Pop observar-se-á os*  
2122 *seguintes critérios complementares àqueles estabelecidos no Art. 2º: I) municípios de médio porte e*  
2123 *grande porte ainda sem cofinanciamento para serviços para pessoas em situação de rua ou*  
2124 *metrópoles, Distrito Federal e municípios de grande porte que já recebem cofinanciamento federal*  
2125 *para oferta do serviço especializado para pessoas em situação de rua e que estejam com todas as*  
2126 *unidades implantadas, identificadas por meio do CAD/SUAS. Art. 8º. Ainda que atendam os critérios*  
2127 *dispostos nessa Resolução somente poderão receber recursos do cofinanciamento federal para oferta*  
2128 *pelo Centro Pop do serviço especializado para pessoas em situação de rua o Distrito Federal e os*  
2129 *municípios que tenham: I) CREAS implantado, identificados por meio do CAD/SUAS independente da*  
2130 *fonte de financiamento; ou II) CREAS em processo de implantação a partir do aceite dos recursos do*  
2131 *cofinanciamento federal para a oferta do PAEFI realizada na expansão de 2012. Art. 9º. O*  
2132 *cofinanciamento federal para apoio a oferta dos serviços especializados para pessoas em situação de*  
2133 *rua pelo Centro Pop ao Distrito Federal e municípios conforme o Art. 2º, Inciso I, dar-se-á na forma*  
2134 *disposta abaixo: I) município com quantitativo inferior ou igual a 150 pessoas em situação de rua,*  
2135 *cofinanciamento federal mensal para oferta do serviço em cada unidade de Centro Pop com*  
2136 *capacidade de atendimento a 100 casos mês; II) município e Distrito Federal com mais de 150 pessoas*  
2137 *em situação de rua, cofinanciamento federal mensal da oferta do serviço em unidade ou unidades*  
2138 *com capacidade de atendimento a 200 casos mês, observada a proporção de um Centro Pop para*  
2139 *cada 500 pessoas em situação de rua limitada a duas novas unidades. Parágrafo primeiro. Para efeito*  
2140 *da definição do quantitativo de pessoas em situação de rua serão utilizados os dados da Pesquisa*  
2141 *Nacional sobre População em Situação de Rua realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e*  
2142 *Combate à Fome 2007-2008 e dados do Censo SUAS 2012. Parágrafo segundo. Aos casos de*  
2143 *municípios sem informação do quantitativo de pessoas em situação de rua nas bases de dados*  
2144 *mencionadas no parágrafo segundo aplicar-se-á o disposto no Inciso I deste Artigo. Art. 10º. A*  
2145 *expansão qualificada de que trata essa Resolução visa à qualificação da oferta do serviço de*  
2146 *acolhimento para pessoas em situação de rua a ampliação de sua cobertura e de atendimento em*  
2147 *conformidade as normativas do Sistema Único de Assistência Social e legislações vigentes. Parágrafo*  
2148 *primeiro. O reordenamento do serviço de acolhimento deve ser tratado com o processo gradativo e*  
2149 *qualificado que envolve a gestão, as unidades de oferta do serviço e a participação dos usuários*  
2150 *devendo assegurar a não interrupção do atendimento. Parágrafo segundo. A aferição do estágio do*  
2151 *reordenamento considerará as dimensões da estrutura física das unidades ofertadas, recursos*

2152 *humanos e metodologias de atendimento e ainda a integração de serviços de proteção a população*  
2153 *em situação de rua. Art. 11. Para efeito do cofinanciamento federal para a oferta do serviço de*  
2154 *acolhimento para a população em situação de rua considerar-se-á a capacidade de atendimento em*  
2155 *respectivas unidades de oferta: I) serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em*  
2156 *situação de rua, capacidade de atendimento de até 50 pessoas; II) serviço de acolhimento em*  
2157 *república para jovens e adultos em processo de saída das ruas, capacidade de atendimento de até 10*  
2158 *pessoas. Art. 12. Para efeitos desta expansão a destinação do repasse dos recursos do*  
2159 *cofinanciamento federal para apoio a oferta dos serviços de acolhimento para pessoas em situação de*  
2160 *rua observar-se-á os seguintes critérios complementares àqueles estabelecidos no Art. 2º: I)*  
2161 *municípios de médio porte e grande porte ainda sem cofinanciamento para serviços para pessoas em*  
2162 *situação de rua; ou II) metrópoles, Distrito Federal e municípios de grande porte que já recebam*  
2163 *cofinanciamento federal para a oferta dos serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua e*  
2164 *que tenham iniciado o processo de reordenamento dos serviços estabelecidos na expansão 2012. Art.*  
2165 *13. Para efeito dessa expansão a capacidade de atendimento a ser cofinanciada observará o*  
2166 *percentual de 50% do quantitativo de pessoas em situação de rua identificados no município ou*  
2167 *Distrito Federal conforme dados disponíveis do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à*  
2168 *Fome. Parágrafo primeiro. Para efeitos da definição do quantitativo de pessoas em situação de rua*  
2169 *serão utilizados dados da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua realizada pelo MDS*  
2170 *2007-2008 e os dados do Censo SUAS 2012. Parágrafo segundo. Nos casos de municípios sem*  
2171 *informação do quantitativo de pessoas em situação de rua nas bases de dados. mencionadas no*  
2172 *parágrafo primeiro será disponibilizado aceite referente a capacidade de atendimento de até 25*  
2173 *pessoas. Art. 14. Os recursos repassados para o serviço de acolhimento para pessoas em situação de*  
2174 *rua serão destinados a oferta de serviço de acolhimento institucional ou a oferta de serviço de*  
2175 *acolhimento em repúblicas observadas as capacidades de atendimento dispostas no Art. 11.*  
2176 *Parágrafo primeiro. Visada a qualificação da oferta do serviço de acolhimento às pessoas em situação*  
2177 *de rua os recursos do PAC II, do Piso de Alta Complexidade II, deverão ser aplicados para apoiar a*  
2178 *oferta dos serviços em novas unidades ou em unidades já existentes. Parágrafo segundo. Caso o*  
2179 *recurso cofinanciamento federal seja destinado à oferta de serviços em unidades já implantadas que*  
2180 *tenham capacidade de atendimento superior ao disposto no Art. 11 o Gestor deverá prever no Plano de*  
2181 *Acolhimento cronograma gradativo com estratégias para adequação e finalização até dezembro de*  
2182 *2014. Parágrafo terceiro. As novas unidades implantadas com ofertas de serviço de acolhimento para*  
2183 *pessoas em situação de rua apoiada com recurso cofinanciamento federal deverão necessariamente*  
2184 *observar as referências de capacidade de atendimento dispostas no Art. 11. CAPÍTULO IV – DOS*  
2185 *PRAZOS E PROCEDIMENTOS. Art. 15. Constitui requisito para o início do repasse de recursos da*  
2186 *expansão do cofinanciamento federal de que trata essa Resolução a realização do aceite por parte do*  
2187 *Gestor Municipal ou do Distrito Federal e habilitação nos níveis de gestão básica ou plena do Sistema*  
2188 *Único de Assistência Social. Parágrafo primeiro. Os municípios habilitados em gestão inicial que*  
2189 *atenderem os critérios de elegibilidade estabelecido nessa Resolução deverão observar o prazo para a*  
2190 *mudança do nível de habilitação da gestão inicial do Sistema Único de Assistência Social para os*  
2191 *municípios que recebem recursos do cofinanciamento federal. Parágrafo segundo. O início do repasse*



2192 do cofinanciamento federal dar-se-á no mês subsequente ao fechamento do aceite. Art. 16. Os  
2193 Gestores encaminharão o aceite formal aos respectivos Conselhos de Assistência Social que deverão  
2194 deliberar no prazo estabelecido. Art. 17. Somente haverá continuidade do repasse dos recursos  
2195 federais para a oferta dos serviços de que trata essa Resolução nos municípios e Distrito Federal que  
2196 cumprirem a demonstração da implantação da unidade, oferta de serviços e quando se aplicar o início  
2197 do processo de reordenamento. Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
2198 Luziele Maria de Souza Tapajós - Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social.” A Dra. Telma,  
2199 informando ter que se retirar, manifestou sua satisfação pelo avanço na construção dessa linha de  
2200 proteção do SUAS para a população de rua e serviços que deviam ser construídos de forma integrada,  
2201 chamados de serviços essenciais do SUAS População de Rua, destacando, também, o programa  
2202 ACESSUAS/Trabalho. Falou sobre o início e posterior expansão do Serviço Especializado para  
2203 População de Rua nos municípios acima de duzentos mil habitantes e depois para os de cem mil e  
2204 para aqueles da região metropolitana acima de 50 mi, destacando os serviços realizados. Discorreu  
2205 sobre o Serviço de Atendimento à População de Rua e o desafio que representava, falando sobre os  
2206 requisitos necessários para sua efetivação, citando, também, o Serviço de República e seu avanço.  
2207 Concluindo, a Sra. Telma ressaltou sua satisfação pelos serviços construídos dentro do SUAS,  
2208 fortalecendo a política nacional de defesa à população de rua e a erradicação do trabalho infantil. A  
2209 Presidenta observou não ter recebido nenhum destaque, solicitando a alteração na redação,  
2210 conforme havia sido proposto. O Conselheiro Anderson solicitou à Sra. Nizarete que para ajudar nos  
2211 destaques, informando que teria que se retirar. Arrazoou sobre a importância dessa norma, vindo  
2212 impactar na gestão municipal e em outras questões sociais e intersetoriais, manifestando sua emoção  
2213 em participar desse processo. Destacou o trabalho realizado na ponta, indicando que o IBGE faria  
2214 duas pesquisas censitárias em duas cidades , para que em 2020 essa população que não tinha  
2215 visibilidade, passasse a ser conhecida, graças à articulação do CNAS e do MDS. Falou sobre a situação  
2216 das crianças de rua e que deveriam ser atendidas, com a aprovação do PETI vindo corrigir essa  
2217 situação. Manifestou sua satisfação em ser Conselheiro Nacional e estar aprovando uma resolução  
2218 que impactaria no país e traria visibilidade a esse segmento, parabenizando os presentes por essa  
2219 aprovação. A Presidenta agradeceu pelas palavras do Conselheiro Anderson e pela presença da Dra.  
2220 Telma, solicitando que transmitisse à Secretária nacional os esclarecimentos necessários. O  
2221 Conselheiro José Geraldo propôs, no artigo 11, incisos um e dois, substituir os dois pontos pela  
2222 expressão “com”, sendo acatada essa sugestão. A seguir, a Secretária-Executiva procedeu à chamada  
2223 para a votação qualificada: Conselheiros da titularidade: Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos: “Eu  
2224 voto pela aprovação da Resolução”; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque: “Eu não estou  
2225 pensando não rapaz, eu hein. Pela aprovação da Resolução com também muita emoção para que os  
2226 moradores de rua se sintam cada dia mais pertencentes e tenham muito orgulho do SUAS que nós  
2227 estamos construindo para nós. É Anderson”; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga: “Eu voto pela  
2228 aprovação da Resolução”; Conselheira Fátima Rampin: “Na verdade a fala do Conselheiro Anderson e  
2229 a leitura dessas duas Resoluções me reportou aos 34 anos que em dezembro eu completo de  
2230 formação no Serviço Social. Nesses 34 anos eu vi e vivi todas as injustiças possíveis, que a população  
2231 de rua, que as pessoas menos favorecidas sofreram nesse país, assim como eu também acompanhei

2232 todo o processo de avanço, todo o processo de crescimento e é com muita emoção mesmo que eu  
2233 aprovo essa Resolução, porque a gente vê que nós estamos caminhando para um país justo,  
2234 igualitário com justiça social. O social não é mais o caldatário do econômico, então é com muito  
2235 orgulho mesmo que eu aprovo essa Resolução. E com um carinho muito especial por você viu  
2236 Anderson”; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera: “Eu voto pela aprovação em nome da cidadania  
2237 desse país eu estou aqui acreditando em nome do Anderson se estendem a todos que estão na rua  
2238 que possam verdadeiramente não ter esses alojamentos essa é a realidade que nós temos e que  
2239 temos a certeza de que teremos abrigos, os albergues vamos dizer assim, albergues com qualidade e  
2240 que a população de rua possa resgatar a sua cidadania e seremos cidadãos brasileiros todos iguais  
2241 nesse país”; Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro: “Me sinto até lisonjeada por estar participando  
2242 de um momento tão importante até, porque é uma situação que me incomoda muito, eu acho que a  
2243 todos que é a vida das pessoas numa situação que só nos remete a nos avaliar diariamente. Que  
2244 realmente chegar a uma situação de rua é o extremo. Então agradeço essa oportunidade de nesse  
2245 momento também aprovar, votar pela aprovação da Resolução”; Conselheira Aldenora Gomes  
2246 González: “Deixar para o Anderson, não é? Anderson de todo o coração pela aprovação”; Conselheira  
2247 Marisa Rodrigues da Silva: “Pela aprovação”; Conselheiro José Geraldo França Diniz: “É com satisfação  
2248 e com a constatação de que esse país está mudando e que nós podemos cada um de nós contribuir  
2249 muito para essas mudanças e temos contribuído. Então eu voto pela aprovação”: Conselheira Jane  
2250 Pereira Clemente: “Voto pela aprovação da Resolução”; Conselheira Leila Pizzato – Vice-Presidenta do  
2251 CNAS: “Pela aprovação da Resolução remetendo ao Conselheiro Anderson as palavras finais”:  
2252 Conselheiro Ademair de Andrade Bertucci: “E não poderia deixar de dizer algo que liga também a  
2253 emoção e a história, pela prevista apresentação de algumas organizações e outras em nome da casa  
2254 olhando os dados, olhando um pouco a história da casa eu tinha separado na minha apresentação  
2255 dois destaques de iniciativas que há tempos atrás era muito mal feito pela minha entidade e uma  
2256 delas era a questão ligada a criança e ao adolescente que com o processo histórico, a minha entidade  
2257 mesmo antes dela instalar estava muito firme na luta pelos direitos que levou ao Estatuto da Criança  
2258 e do outro lado eu já fui testemunha da primeira mobilização da população de rua aqui em Brasília a  
2259 12 ou 14 anos atrás e nesse momento essas duas coisas se juntam para firmar mesmo este dado que  
2260 a história vai nos levando a um processo de autonomia e de construção de sujeitos como nunca nesse  
2261 país se fez. Pela aprovação”: Conselheiro Volmir Raimondi: “No âmbito da aprovação desejando que  
2262 efetivamente tudo que nós escrevemos nesse papel da Resolução, consiga ir para a rua para tirar as  
2263 pessoas da rua e que os nossos gestores tenham a sabedoria de aderir a este plano e também os  
2264 Conselhos de todo o Brasil façam o seu papel. Pela aprovação”; Conselheiro José Crus: “Eu também  
2265 bastante emocionado, voto pela aprovação da Resolução e parabenizando a equipe da Secretaria  
2266 Nacional da Assistência Social na pessoa aí da Diretora Telma, m trabalho bastante articulado,  
2267 integrado com o nosso departamento de Gestão do SUAS. Então eu quero muito parabenizar e  
2268 agradecer também os novos colegas Conselheiros das Comissões, da Comissão de Política, da  
2269 Comissão de Financiamento, pela discussão, o Anderson nos emocionou ontem e hoje. Então  
2270 Anderson em seu nome pela aprovação para que a população de rua tenha cada vez mais a dignidade  
2271 que requer no atendimento e um atendimento com qualidade que merece no sistema único da

2272 Assistência Social. Então eu voto pela aprovação Sra. Presidenta”; Conselheira Luziele Maria de Souza  
2273 Tapajós, Presidenta do CNAS: “Voto pela aprovação, cumprimentando o trabalho de excelência da  
2274 Secretaria Nacional de Assistência Social, Diretora Telma, sua equipe, Secretária Denise Colin, Ministra  
2275 Teresa Campello. Voto pela aprovação considerando que desde algum tempo, essa luta não começa  
2276 agora, nós estamos lutando há muito tempo para mudar esses dois processos da erradicação do  
2277 trabalho infantil e da situação da população em situação de rua. Voto muito emocionada, jamais  
2278 imaginei a ser eu assinar essas duas resoluções, quer dizer compartilho isso com a direção do CNAS  
2279 Leila Pizzato e quero dizer aos Srs., que voto pela aprovação lendo um dos trechos mais lindos que  
2280 uma poetisa que morou na rua fez e que me veio à mente, procurei e achei, ela diz o seguinte:  
2281 *Senhores e Senhoras da jornada geramos no mundo nossa ninhada e com ela nosso projeto nossa*  
2282 *luta. Porque pertence ao homem a habilidade de ser sujeito transformador de realizar todo dia,*  
2283 *porque somos os construtores da terra onde andamos...* Pela aprovação. Mais uma vez viva o SUAS do  
2284 Brasil Senhores”; Conselheiro Anderson Lopes de Miranda: “Pelo índio Galdino que nessa cidade,  
2285 nesse Distrito Federal foi queimado, porque dormiu num banco, porque esqueceu, porque o povo  
2286 esqueceu ele, o ônibus foi embora e ele ficou aqui. Pelos 35 companheiros e companheiras de  
2287 Maceió, Alagoas que foram mortos no ano passado. Pelos 29 companheiros e companheiras que  
2288 foram mortos, que tombaram, não foram mortos não, que tombaram na luta da rua aqui e em Goiás  
2289 em Goiânia e por todos os companheiros e companheiras desse país, negros, negras, indígenas,  
2290 brancos, crianças, adolescentes e hoje também por todos os companheiros e companheiras  
2291 imigrantes que estão vindo em procura ao nosso país, porque é um país rico, mas é um país que  
2292 precisa romper, romper de fato com a exclusão social. É nesse sentido que a gente vai provar, porque  
2293 não podem vir imigrantes ao Brasil e ficar a mercê da invisibilidade, então eu quero dizer que aos  
2294 haitianos, bolivianos, colombianos, africanos, americanos, italianos, portugueses, espanhóis. A crise  
2295 está lá na Europa e eles estão vindo para cá, então a gente tem que dizer muito bem claro país rico,  
2296 país de todos. Eu queria antes de aprovar dizer: Quem vive na rua não é rei. Quem vive na rua não é  
2297 réu. Não podemos tratar o povo da rua como se ele fosse rei, não podemos tratar o povo da rua como  
2298 se ele fosse um criminoso. O povo da rua é justiça social. E essa aprovação eu quero dizer é do  
2299 segundo encontro que nós tivemos aqui em Brasília e de trazer o terceiro encontro da população de  
2300 rua e é de dizer parabéns a cada um e cada uma, porque é a visibilidade dos companheiros e  
2301 companheiras é uma política de fato. Pela aprovação Presidenta com muito orgulho dizer de mais  
2302 inclusão, menos gente nas ruas e mais gente socialmente incluído, nas Repúblicas, em muitos e  
2303 muitos lugares do mundo. Eu só quero deixar uma coisa aqui bem clara e ratificar. Hoje essa  
2304 população está no cadastro único. Graças, com louvor, toda essa equipe hoje tenho andado pelo  
2305 Brasil, ela recebe Bolsa Família, ela recebe Benefício de Prestação Continuada, ela recebe tantas e  
2306 tantas... Não é caridade e nem assistencialismo. Graças as nossas organizações, aos nossos  
2307 trabalhadores, aos nossos usuários que estão nos Conselhos e principalmente aos nossos gestores das  
2308 três esferas que tem toda uma luta para que isso de fato acontecesse a Busca Ativa para aprovação,  
2309 parabéns e viva o SUAS. Desculpa viu Presidenta há também a Secretaria aqui Executiva a todos os  
2310 trabalhadores aqui, de dia a dia, uma salva de palmas para os nossos trabalhadores. Perdão, perdão. E  
2311 as muquiranas minhas e da Simone”. A Presidenta agradeceu a todos, destacando a importância

2312 desse momento, e informando a realização de um intervalo de cinco minutos. A seguir, a Presidenta  
2313 passou para o **Item Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional: “Reunião quatro**  
2314 *de 2003 data 10 e 11 de abril de 2003; local: Esplanada dos Ministérios bloco F. Conselheiros*  
2315 *presentes: Luziele Maria de Souza Tapajós; Dóris Margareth de Jesus; José Ferreira da Crus; Edivaldo*  
2316 *da Silva Ramos; Leila Pizzato; Marisa Rodrigues da Silva, Meive Ausônia Piacesi. Ausência justificada:*  
2317 *Wagner Carneiro de Santana. Convidado: Ronaldo José Sena Camargos; Cíntia Barros dos Santos:*  
2318 *Secretaria Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Cristiane Camargos de Menezes; Jamile*  
2319 *Maria Calado; Liliane Neves do Carmo; Maria Auxiliadora Pereira; Mirelle da Silva Dantas; Rosângela*  
2320 *da Silva Almeida; Suzany Gonçalves. E tem um informe, conforme os encaminhamentos de março*  
2321 *informamos: Deliberação de plenária, criar grupo de meio específico para a Comissão Organizadora,*  
2322 *elaboração depositário de arquivos possíveis de se visualizar por e-mails, fases e conclusão e*  
2323 *encaminhamentos. Criar grupos de e-mails para todos os Conselheiros do CNAS sobre a Conferência,*  
2324 *elaboração depositário de arquivos possíveis de visualizar por meio de e-mail em caso conclusão.*  
2325 *Plano de Comunicação com gravação jornalística de consultoria para o planejamento e execução do*  
2326 *Plano de Comunicação da Conferência em parceria com a MDS, principais ideias, Conferência virtual,*  
2327 *transferência on line com interação em tempo real, transmissão com Empresa Brasileira de*  
2328 *Comunicação, Voz do Brasil etc. Termos de referência em tramitação, definição da distribuição de*  
2329 *Delegados para a Conferência Nacional de Assistência Social,. Definir os critérios para o quantitativo*  
2330 *de delegação municipal a se disseminar na 9ª Conferência Nacional ao qual informe quatro de 2003.*  
2331 *Elaborar o instrumental sobre a metodologia da 9ª Conferência Nacional, priorizar os*  
2332 *encaminhamentos relacionados às Conferências Municipais, informes disponíveis no endereço*  
2333 *eletrônico do CNAS. Informe Um de 2013: Recomendações aos Conselhos para garantir acessibilidade*  
2334 *nas Conferências e Assistência Social. Informe dois de 2013: Orientações para as Conferências*  
2335 *Municipais de Assistência Social passo-a-passo. Informe número três de 2013: Orientações para*  
2336 *Conferências Municipais de Assistência Social. Sugestão plenária de assuntos a serem consideradas as*  
2337 *ementas: Voluntariado x precarização nos atendimentos, os trabalhadores do SUS e seus vínculos*  
2338 *trabalhistas. Discutir a implementação de cargos, carreiras e salários para os trabalhadores da rede*  
2339 *pública e privada do SUS. Discutir a implementação e funcionamento da supervisão técnica na rede*  
2340 *pública e privada do SUS. Assuntos já contemplados nas ementas e os demais serão detalhados nas*  
2341 *ementas comentadas. Sugestão para compor a Relatoria: Sugestão plenária em Reinaldo Pontes da*  
2342 *UFPA, Euda Boscas da UFIS, Célio Vanderlei de Santa Catarina. Nomes já incorporados na relatoria*  
2343 *colegiada e ou ao Comitê Acadêmico. Solicitar a CNAS atualização das normativas, leis decretos e*  
2344 *portarias na linha do tempo da Assistência Social. Agendar a reunião com o Diretor do CNAS será*  
2345 *conteúdo do informe quatro. Todos os convites para as Conferências passaram primeiramente na*  
2346 *Presidência ampliada para a definição do representante do CNAS e posterior envio à plenária para a*  
2347 *deliberação mesmo os que vierem nominados. Constar nas orientações que o CNAS estará presente*  
2348 *em todas as Conferências Estaduais e em todas as Conferências Municipais de capital. Dois: Relatoria*  
2349 *Eu, escute Srs. Conselheiros eu proponho que a gente deixe esse item que é para a gente ter tempo de*  
2350 *tirar a cópia por último só para que a gente possa, está bom. É ainda nem... Três slogan da 9ª*  
2351 *Conferência Nacional de Assistência Social: A Comissão acatando a deliberação da plenária e elaborar*

2352 um nome mais sugestivo para a Conferência. Discutirá a proposta de Slogan de forma a considerar  
2353 questões atuais que permeiam o sistema da Assistência Social e encaminhamento solicitar as com  
2354 elaboração considerando os tópicos: O aprimoramento da gestão do SUAS, a qualidade dos serviços,  
2355 os 8 anos do SUAS e 20 anos da LOAS, o compartilhamento de responsabilidades para consolidar o  
2356 SUAS no Brasil. Quatro: Logomarca da 9ª Conferência Nacional de Assistência Social. A logomarca já  
2357 foi solicitada, o primeiro ensaio deve ser apresentado durante 210ª reunião ordinária. Nós já temos  
2358 um ensaio para apresentar para os Srs. Apresentamos já? E tem cinco critérios para distribuição de  
2359 vagas para Delegados para participação na 9ª Conferência Nacional de Assistência Social. A Comissão  
2360 discutiu o assunto conforme orientações da plenária e tendo em vista a garantia e inclusão da  
2361 participação de municípios com base nos dados do censo SUAS 2012, módulo Conselho e módulo  
2362 Gestão viu-se a necessidade de solicitar a presença de representante do Departamento de Gestão do  
2363 SUAS, DGSUAS com orientação geral de vigilância socioassistencial para explicitar o processo de  
2364 redistribuição de vagas por meio da utilização de variáveis do censo SUAS, a partir dos debates a que  
2365 se seguiram a Comissão definiu as variáveis do censo SUAS 2012 que serão os critérios para a  
2366 delegação de âmbito municipal para a 9ª Conferência. Encaminhamento 5.1: Critérios de âmbito  
2367 municipal para a Delegação Estadual que estará presente na Conferência Nacional. Considerar as  
2368 seguintes variáveis: Critério populacional 50%. Participação de usuários na composição do Conselho  
2369 de Assistência Social 15%. Conselho de Assistência Social que possuam um planejamento das  
2370 fiscalizações de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios 5%. Realização de plenárias no mínimo 10  
2371 reuniões 15%. Conselho de Assistência Social que acompanham as deliberações das Conferências 15%.  
2372 5.2: Critérios de âmbito estadual para Delegação Estadual que estará presente na 9ª Conferência  
2373 Nacional. A Coordenação Geral de Serviços de Vigilância Socioassistencial elaborará os possíveis  
2374 cenários para a definição do número de Delegados Estaduais para a 9ª Conferência, considerando o  
2375 critério populacional e outros indicadores relevantes do censo SUAS 2012 bem como a sugestão das  
2376 variadas propostas acima e apresentará o estudo na próxima reunião da Comissão Organizadora, a  
2377 partir da aprovação dos critérios de distribuição dos Delegados para a Conferência Nacional, fazer  
2378 constar nas orientações que o número de Delegados para a 9ª Conferência Nacional será no mínimo  
2379 o mesmo da 8ª, isto é nenhum estado será representado por um número inferior ao da Conferência  
2380 Nacional passada, inclusive considerando, porque nós aumentamos em mais 600 Delegados da  
2381 Conferência Nacional. Item 6: Concepção da metodologia para o prêmio Éder Muniz de boas práticas  
2382 para a 9ª Conferência, após o debate sobre o histórico da trajetória da atuação e contribuição da  
2383 Professora Dra. Ellen Muniz na política de Assistência Social, a Comissão Organizadora optou por  
2384 aprofundar a ideia como sendo uma atividade a partir da 9ª Conferência Nacional de Assistência  
2385 Social inerente a todas as Conferências Nacionais com o nome genérico e o homenageado a cada a  
2386 Conferência. Encaminhamento criar auxílio grupo para elaborar o projeto de premiação a ser  
2387 apresentado em maio. Item 7: Preparação da participação e representação do CNAS nas Conferências  
2388 Municipais e Estaduais do DF. A Presidente junto com a vice-presidente elaborará a fala do CNAS  
2389 conteúdo padrão sobre gestão e financiamento e efetivação do SUAS sobre o ponto de vista do  
2390 controle social de acordo com a participação do CNAS. Mesa de abertura, painel em mesas até o final  
2391 de abril. Encaminhamento, 7.1: Pautar na reunião ordinária de maio do CNAS discussão sobre cada

2392 eixo temático da 9ª Conferência Nacional com vistas a subsidiar aos Conselheiros Nacionais para  
2393 participação nas Conferências de Assistência Social. 7.2: Providenciar a transmissão on line e pela  
2394 Empresa Brasileira de Comunicação da discussão sobre os eixos temáticos da 9ª Conferência  
2395 elencando o plano de comunicação da 9ª Conferência e na agenda com a Secretaria Geral da  
2396 Presidência da República. Item 8: Informes para as Conferências e Assistência Social e seus conteúdos.  
2397 8.1: 9ª Conferência Nacional e informe número quatro 2013 trará os seguintes conteúdos: Finalização  
2398 da metodologia para a Conferência Municipal com os instrumentais, as ementas comentadas,  
2399 normativas relacionadas aos eixos. Minuta de regimento interno, normativas do SUAS, ementas  
2400 comentadas, sugestão de fazer constar em todos os informes a questão da acessibilidade. 8.2:  
2401 Conteúdo para os próximos informes: Operacionalização para a 9ª Conferência Nacional de  
2402 Assistência Social, distribuição de Delegados, acesso a Conferência Nacional, hospedagem,  
2403 alimentação, traslados e sistemas de credenciamento. Item 9: Discussão sobre a forma de subsidiar os  
2404 Conselhos de Tecnologia e metodologia para padronização do sistema de relatoria dessas  
2405 Conferências. Em face da importância da relatoria o CNAS apresentará propostas de orientações que  
2406 possam subsidiar os Conselhos técnico e metodologicamente para o processo das relatorias das  
2407 Conferências. E encaminhamento. 9.1: Verificar as possibilidades de disponibilizar essas Conferências  
2408 para Estados e Municípios. 9.2: Que seja ponto de pauta da reunião com os Conselhos de Assistência  
2409 Social a importância da relatoria para o sucesso das Conferências de Assistência Social, isso aí é  
2410 amanhã não é? Da reunião de amanhã com todos os Conselhos. Item 10: Novas estratégias de  
2411 participação: Conferências Livres Conferências Virtuais e Conferências Temáticas. Encaminhamentos:  
2412 10.1: A Presidenta elaborará e encaminhará à Comissão organizadora o projeto sobre as Conferências  
2413 abertas na Assistência Social. 10.2: Pautar na reunião de 19 de maio, de abril perdão, com os  
2414 Conselhos Estaduais CAS/DF a importância do apoio a realização das Conferências Municipais. Item  
2415 11: Continuidade da discussão da metodologia das Conferências Municipais, Estaduais do Distrito  
2416 Federal e Nacional. Direção metodológica para o processo de Conferências a se complementar no  
2417 informe quatro. Encaminhamentos: 11.1 A Comissão organizadora elaborará conceito e distinção  
2418 sobre propostas novas e recomendações citadas nos informes CNAS número 3 de 201. 11.2:  
2419 Conferências Municipais: Análise e avaliação com base nas deliberações da sua corresponsabilidade  
2420 no SUAS, instrumental de conteúdo de debate para a Conferência Municipal. Com base nessa análise  
2421 as possibilidades são: Instrumental de registro o resultado está no CEAS. Deliberar para o âmbito dos  
2422 entes federativos, recomendar para os Estados e para a União e recomendar para as demais políticas  
2423 públicas no seu âmbito. 11.3: A Comissão organizadora encaminhará ao relator geral sugestões e  
2424 contribuições para subsidiar os instrumentais para as Conferências Municipais para subsidiar a  
2425 preparação dos instrumentais para as Conferências Municipais. 11.4: Conferências estaduais:  
2426 Avaliação estadual com base nas deliberações, resultados e recomendações dos municípios referentes  
2427 a 2013. Instrumental síntese balanço das municipais, com base nessa análise as profundidades são:  
2428 Deliberar cada ente federativo e recomendar para a União. B: Avaliação com base nas deliberações  
2429 analisadas e organizadas a sua corresponsabilidade do SUAS referente a 2005 a 2011, instrumental de  
2430 conteúdo. 11.5: Apresentar o quadro com referência às normativas obrigatórias e publicações do  
2431 CNAS a serem considerados para cada eixo, LOAS, Política, NOB, Plano decenal, NOB-RH,

2432 *exemplificação a serem incluídas no informe 4. Para o eixo 1 são todas essas normativas que vocês*  
2433 *estão vendo aí. Eixo 2. Eixo3. Eixo 4. Eixo 5. Eixo 6. Item 12: Pauta para a próxima reunião da*  
2434 *Comissão Organizadora da 9ª Conferência, projeto prêmio à homenageada a Dra. Egli Muniz. Comitê*  
2435 *Acadêmico, ementas comentadas e novas estratégias de participação. Bem Srs. Conselheiros nós*  
2436 *estamos iniciando as inscrições para as dúvidas e os esclarecimentos em relação a memória da*  
2437 *Comissão organizadora da 9ª Conferência”. Indicou como seriam feitos os destaques, com a*  
2438 *Conselheira Simone indagando no Item 1 o que eram ementas comentadas e qual a função dessa*  
2439 *relatoria colegiada e do Comitê Acadêmico. A Presidenta esclareceu que no informe 3 haviam*  
2440 *consensuado que não trabalhariam com textos densos sobre os seis eixos da Conferência e sim com a*  
2441 *ementa, com alguns comentários para subsidiar o município e o estado nesses debates, informando*  
2442 *como seriam redigidos no âmbito do Conselho Nacional, a SNAS e o Comitê Acadêmico, indicando os*  
2443 *participantes do mesmo e com esse Comitê tendo sido proposto, mas ainda não tendo sido*  
2444 *discutido. Informou que a relatoria colegiada havia sido uma proposta trazida pelo relator indicado, Sr.*  
2445 *Ronaldo Sena Camargo, esclarecendo como seria feita e os membros participantes. A Conselheira*  
2446 *Aldenora indagou como poderia ajudar a construir a sugestão de Plenário de assuntos financeiros*  
2447 *considerados nas ementas sobre a regionalização e com a nova tipologia de município que eram os*  
2448 *periurbanos. A Presidenta agradeceu, indicando que na parte da manhã haviam lido essa ementa,*  
2449 *mas registrando seu oferecimento. O Conselheiro José Araújo falou sobre a inclusão da questão da*  
2450 *fronteira e indagando se o conteúdo dos eixos estava sendo construído, com a Presidenta*  
2451 *esclarecendo como havia se dado a formatação das ementas. O Conselheiro José da Cruz indicou que*  
2452 *a questão de fronteira e de outros temas estava contempladas na primeira ementa disponibilizada*  
2453 *aos municípios no eixo da regionalização, com a concordância da Presidenta. A Presidenta indicou a*  
2454 *proposta chegada da Relatoria Colegiada no item 2ª: “Proposta de trabalho da Relatoria Colegiada da*  
2455 *IX Conferência: Objetivo geral: organizar a metodologia de trabalho da Relatoria com base nas*  
2456 *orientações da Comissão Organizadora para produzir a Memória da Conferência Nacional. Objetivos*  
2457 *específicos: contribuir com a Comissão Organizadora no formato da Conferência Nacional; prestar*  
2458 *suporte à Comissão Organizadora para registro e sistematização nas fases de preparação e*  
2459 *realização; preparar os instrumentais para registro, sistematização e deliberação das conferências*  
2460 *municipais, estaduais e nacional; elaborar os anais da Conferência. Produtos da Relatoria Colegiada:*  
2461 *elaboração de instrumental on line informatizado a ser preenchido pelo gestor juntamente com o*  
2462 *Conselho para avaliação das deliberações anteriores, Plano Decenal, normativas obrigatórias do SUAS*  
2463 *para municípios, estados e União; elaboração de instrumental on line informatizado para registro das*  
2464 *deliberações das Conferências Municipais e Estaduais, deliberações permanentes, recomendações e*  
2465 *propostas. III) Sistematização das deliberações das Conferências Estaduais no âmbito nacional para*  
2466 *subsidiar as discussões das Comissões Temáticas na Conferência Nacional que serão submetidas à*  
2467 *apreciação e deliberação da Plenária final; IV) Sistematização de propostas novas das Comissões*  
2468 *Temáticas da Conferência Nacional a serem submetidas à apreciação e deliberação da Plenária final;*  
2469 *V) Participação na discussão do formato geral da Conferência; VI) Participação na discussão da*  
2470 *elaboração do Regimento Interno; VII) Participação na construção do sistema de dados da*  
2471 *Conferência; VIII) Dar suporte de Relatoria durante a Plenária final; IX) Elaboração dos anais da*

2472 Conferência. Processo de trabalho da Relatoria: Análise de material referente às Conferência,  
2473 produção de propostas de instrumental, reuniões antecedendo Comissão Organizadora e reunião  
2474 Plenária; acompanhamento do Sisconferência; consolidação de informações de cada eixo temático  
2475 após a realização das conferências estaduais; proposta de criação de Comitê Acadêmico vinculado à  
2476 Comissão Organizadora responsável por contribuir na análise do consolidação oriundo das  
2477 Conferências Estaduais elaboração de textos; e na discussão de temas durante a realização da  
2478 Conferência; elaboração de conteúdo para vídeo educativo sobre os 20 anos da LOAS e sobre o  
2479 processo de realização da Conferência Nacional. Os componentes da Relatoria Colegiada já  
2480 apresentados pelo Relator, que é a equipe do Relator, seria Ronaldo José Sena Camargos, como  
2481 Coordenador Geral; Gisele de Cássia Tavares; Carola Carbajal Arregui; Célio Vanderlei Moraes; Darcy  
2482 Maria Souza Villaça; Maisa Miralva da Silva; e Maria Rosângela Damasu.” A Conselheira Leila sugeriu  
2483 as seguintes alterações: “Prestar suporte à Comissão Organizadora para registro e sistematização das  
2484 fases de preparação e realização.” por “A Relatoria deveria registrar e sistematizar”, não prestando  
2485 somente suporte; “Participação na discussão da elaboração do Regimento Interno.”, propondo  
2486 participar da elaboração do regulamento e regimento da IX Conferência Nacional, o que já havia sido  
2487 conversado; “Dar suporte de Relatoria durante a Plenária final.” apoiando a Plenária final com  
2488 redação de novos conteúdos; “Acompanhamento do Sisconferência”, entendendo que a Relatoria  
2489 utilizava o Sisconferência como ferramenta de sistematização e consolidação na fase de recebimento  
2490 dos Relatores Estaduais e durante a realização da Conferência Nacional. Ponderou que o outro  
2491 processo de trabalho da Relatoria seria: consolidação de informações de cada eixo temático,  
2492 apoiando a realização das Conferências Estaduais, assim como a utilização do Sisconferência como  
2493 ferramenta. A Conselheira Leila sugeriu completar os pontos que não haviam constado, como  
2494 acompanhar e registrar os painéis da oficina da IX Conferência; acompanhar, apoiar e relatar as seis  
2495 conferências temáticas utilizando inclusive o Sisconferência; elaborar caderno síntese de produto das  
2496 Conferências Estaduais elaborar documento caderno e deliberações para a Plenária final; e,  
2497 recebimento e análise das moções da IX Conferência Nacional. O Conselheiro José da Cruz ponderou  
2498 que havia sido colocado para o Relator o cuidado de não ferir o papel da Comissão Organizadora,  
2499 considerando sua função, ponderando haver questões que não seriam apenas ajustes, mas sim  
2500 alteração, não sabendo como isso deveria ser tratado, se no Pleno ou com a Relatoria, sugerindo que  
2501 centrassem mais nas Conferências Municipais. A Conselheira Simone ponderou que se colocassem as  
2502 competências da Relatoria na Plenária final de registrar as novas propostas, já haviam decidido a  
2503 metodologia para a Plenária final, sugerindo que isso não fosse colocado. A Presidenta esclareceu que  
2504 já haviam feito algumas conversas com o Relator, o que era de conhecimento do Pleno, mas com a  
2505 proposta tendo que ser tratada na Comissão Organizadora, junto com a do Relator. Destacou os  
2506 próximos itens, com o três referente ao slogan da IX Conferência, não tendo retorno da ASCOM.  
2507 Observou que isso poderia ser resolvido pela Comissão Organizadora, mas com os Conselheiros tendo  
2508 que contribuir para essa decisão e indicando os tópicos conversados com a ASCOM. No item 4º,  
2509 logomarca da Conferência Nacional, relatou ter recebido dois ensaios da logomarca, indicando as  
2510 questões que deveriam ser consideradas e apresentando as propostas recebidas, com a Conselheira  
2511 Jane e o Conselheiro José Araújo concordando com a primeira. O Conselheiro Anderson sugeriu que



2512 fosse enviado outro modelo, considerando que os apresentados eram semelhantes aos anteriores. O  
2513 Conselheiro José Araújo destacou a urgência manifestada pelos municípios em resolver essa questão,  
2514 com a Conselheira Fátima concordando com o Conselheiro Anderson em receber outras propostas. A  
2515 Conselheira Léa Lúcia concordou com a primeira proposta, mas tendo cores tristes e que não  
2516 transmitiam o vigor do SUAS. A Conselheira Margareth manifestou preocupação pela proximidade das  
2517 Conferências Municipais, tendo que definir a logomarca o mais breve possível. A Conselheira Marisa  
2518 concordou que houvesse mais propostas, traduzindo a realidade do SUAS. A Presidenta indicou que  
2519 falariam com a designer, enviando mais alguns ensaios, solicitando que fosse decidido até a próxima  
2520 semana, considerando a cobrança feita pelos municípios e o material a ser confeccionado. A  
2521 Conselheira Aldenora falou sobre as dúvidas quanto à escolha da logomarca da V Conferência  
2522 Nacional das Cidades, indicando como havia sido votada pelos Conselheiros através de e-mail. A  
2523 Conselheira Simone sugeriu que os municípios fizessem sua logomarca, seguindo as orientações  
2524 repassadas e que a Conferência também era do MDS, com a Ministra e a SNAS vendo essa marca. A  
2525 Presidenta concordou com a indicação da Conselheira Aldenora, com a Conselheira Margareth  
2526 ponderando que a decisão deveria ser do CNAS, haja vista que a Conferência era do Colegiado e do  
2527 Conselho Nacional de Assistência Social, com a Conselheira Leila concordando com essa colocação e  
2528 que no envio por e-mail, a Ministra poderia ter conhecimento das propostas apresentadas. A  
2529 Presidenta colocou que solicitariam novos ensaios e enviariam por e-mail, com data marcada para  
2530 retorno, ponderando que estavam ligados ao gabinete da Ministra e sendo apenas uma questão de  
2531 reconhecimento, trabalhando-se para ter a melhor marca para a IX Conferência. No item 5º, Critérios  
2532 para a distribuição de vagas para Delegados para a participação na IX Conferência, o Conselheiro José  
2533 Araújo indagou sobre os critérios para delegação de âmbito municipal, indicando o texto “Com base  
2534 nos dados do Censo SUAS...”, colocando, também a defasagem ocorrida na Conferência passada,  
2535 devendo haver cuidado com a paridade, falando sobre os problemas ocorridos. A Conselheira  
2536 Aldenora concordou com o Conselheiro José Araujo, relatando a experiência vivida no Conselho  
2537 Nacional das Cidades com respeito à participação do delegado, com a Conferência Nacional tendo que  
2538 definir o número de participantes da Conferência Estadual, com a Presidenta esclarecendo que isso já  
2539 era feito. A Conselheira Simone observou que a redação estava confusa, tendo que ser esclarecida  
2540 essa discussão da escolha dos delegados. A Conselheira Leila esclareceu que a redação estava de  
2541 acordo com a Conferência anterior, com a base das delegações obedecendo ao critério populacional,  
2542 conforme havia sido proposto pelo Departamento de Gestão e com mais quatro critérios, discorrendo  
2543 sobre os percentuais colocados e como essa escolha seria feita. O Conselheiro José da Cruz ponderou  
2544 que a participação das Conferências Municipais eram abertas, falando sobre as delegações que  
2545 participariam, sugerindo que no ponto 5.2, no âmbito municipal, a palavra “*para*” fosse substituída  
2546 por “*da*”, discorrendo sobre o processo para a escolha desses critérios. A Conselheira Simone  
2547 observou que não deveriam usar o termo “*âmbito*”, critério utilizado em modelo de regimento,  
2548 substituindo por “*critérios*” para as diversas instâncias. A Secretária-Executiva falou sobre o difícil  
2549 acesso dos municípios à Conferência Nacional, com maior participação dos estados, esclarecendo o  
2550 uso do termo “*âmbito estadual*”. A Conselheira Simone falou que essa orientação do CNAS era difícil  
2551 para as Conferências Estaduais, sendo que nesses espaços deveria acontecer essa discussão, com os

2552 municípios querendo mais vagas para sua delegação, com sua proposta sendo tirar os critérios e o  
2553 termo “âmbito”, com a Presidenta indagando se os critérios municipais da delegação estadual  
2554 permaneceriam, o que ficou consensuado. O Conselheiro Edivaldo falou sobre o entendimento que  
2555 parecia haver, sugerindo fosse dito para o estado em relação aos municípios, que deveriam  
2556 estabelecer os critérios, com o CNAS fazendo o indicativo, considerando que cada estado teria sua  
2557 realidade e diria como cada município deveria vir para a Conferência Estadual. A Presidenta sugeriu a  
2558 redação “Critérios municipais da delegação estadual que estará presente na Conferência Nacional.”. O  
2559 Conselheiro Volmir sugeriu retirar esse informe e ser discutido posteriormente, ao que o Conselheiro  
2560 José da Crus ponderou que isso não poderia ser feito, devendo ser apresentado no dia seguinte aos  
2561 Conselhos Estaduais. Após algumas observações sobre a urgência desse informe, a Conselheira Marisa  
2562 ressaltou a relevância desses critérios para o processo de equidade de participação dos Delegados na  
2563 Conferência, com essa discussão tendo sido feita no evento anterior, mas com essa nova discussão  
2564 possibilitando maior participação. Observou que a forma da apresentação não havia sido bastante  
2565 flexível para o entendimento dos Conselheiros que não haviam participado desse debate na  
2566 Comissão, o que deveria ser revisado. O Conselheiro José Araújo concordou com a Conselheira  
2567 Simone de que não tinham que interferir na quantidade de delegado que o estado traria para a sua  
2568 Conferência, mas podendo definir os critérios para essa participação na Conferência Nacional,  
2569 sugerindo a revisão da redação. Após algumas sugestões de texto, a Presidenta indicou a redação do  
2570 Conselheiro Fábio: *“Critérios para a definição do número de Delegados, representantes dos municípios  
2571 que compõem a delegação estadual, que estará presente na IX Conferência Nacional.”* e que o termo  
2572 *“de âmbito estadual”* seria retirado, esperando-se os que o IDGSUAS, a Coordenação de Vigilância  
2573 apresentaria. Com relação ao item 6, indicou o que havia sido pensado sobre o prêmio, sendo  
2574 sugerido algo como mérito CNAS, com essa homenagem sendo feita a cada conferência, nesse caso a  
2575 homenageada seria a professora Egli Muniz. O Conselheiro Anderson propôs que fosse feito por  
2576 categorias, com a Presidenta indicando que essa sugestão seria analisada. No item 7º, preparação da  
2577 participação e representação do CNAS nas Conferências Municipais, Estaduais e do DF, o  
2578 encaminhamento era pautar discussão sobre cada eixo na Reunião Ordinária de maio, com a  
2579 formação de uma mesa redonda para esse debate. Com relação aos informes, havia sido definido o  
2580 número de seis a oito, com conteúdos diferentes. A Presidenta indicou os itens 9 e 11, que tratava da  
2581 metodologia das Conferências Municipais, Estaduais, DF e Nacional, não devendo ser colocado apenas  
2582 os municípios, por ser continuidade dessa discussão. Informou que o item 11.3 seria matéria da  
2583 próxima reunião, discorrendo sobre o mesmo. A Conselheira Simone, com relação ao item 11,  
2584 observou que havia que tomar cuidado com as recomendações a serem feitas, considerando a  
2585 existência de um novo cenário, o que devia ser considerado. Que a Comissão deveria ter clareza do  
2586 rumo a ser dado, sugerindo que o tema da Conferência a partir do próximo pleno, tivesse um tempo  
2587 de relato do debate da Comissão, sendo importante seu acompanhamento para o aporte de  
2588 sugestões, com a Presidenta ponderando que isso já vinha sendo feito. O Conselheiro José da Crus  
2589 falou sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão, mas sendo importante a participação dos demais  
2590 Conselheiros no aporte de sugestões, contribuindo para a efetivação desse novo modelo de  
2591 Conferência, de acordo com a nova realidade e com as recomendações colocadas já tendo sido

2592 deliberadas pelo Pleno. A Conselheira Margareth indagou se a Comissão Organizadora estava  
2593 discutindo o eixo 2, sobre a gestão do SUAS, discorrendo sobre essa questão e a preocupação sobre a  
2594 consolidação dessa política. A Presidenta ponderou que os eixos tinham espaço suficiente para esse  
2595 debate, o que seria tratado, indicando que com relação às deliberações, respeitavam todas as  
2596 colocações, fazendo com que o ente federado pudesse se avaliar, mas não sendo desconsiderado.  
2597 Observou que os municípios já estavam preparando as suas conferências, atendendo as normas  
2598 colocadas e discorrendo sobre as dúvidas que os mesmos apresentavam e que eram esclarecidas.  
2599 Ponderou sobre os procedimentos anteriores e os atuais, sempre avançando para uma proposta  
2600 nova, discorrendo sobre esse novo formato que estava sendo proposto, considerando que esse  
2601 informe da Conferência, com relação aos itens 11 e o item 12, com o projeto de prêmio, tendo  
2602 sugestão do Conselheiro Anderson. Sobre o Comitê Acadêmico, informou a reunião a ser realizada  
2603 com a Secretária Denise, que encaminharia o tema junto à SNAS, com a participação desse Comitê, e  
2604 as novas estratégias de participação que seriam matéria para a próxima reunião. Comprometeu-se  
2605 com o Pleno que o informe três estava bastante claro, não tendo, até o momento, nenhum  
2606 questionamento sobre o mesmo. O Conselheiro Edivaldo registrou que alguns temas, apesar de estar  
2607 claro na Comissão, para o Pleno apresentavam muitas dúvidas. A Presidenta observou que poderiam  
2608 ter iniciado lendo alguns dos trechos, principalmente do informe três, sobre a metodologia da  
2609 Conferência Municipal. Em não havendo mais nenhuma colocação sobre o item, a Presidenta  
2610 considerou a memória aprovada, com todas as ressalvas e modificações sugeridas. A Conselheira  
2611 Aldenora informou que conforme colocado na memória da reunião da Presidência Ampliada havia  
2612 sido agendada a data de 10 de maio para a primeira reunião do GT de monitoramento das  
2613 deliberações da IX Conferência de Assistência Social, solicitando a mudança dessa data para o dia 6,  
2614 considerando ter que participar da reunião do Fórum Nacional de Assistência Social. Após colocações  
2615 sobre os participantes do GT que não estavam presentes, a Presidenta informou que fariam contato  
2616 com os demais membros do GT para resolver essa questão. Falou sobre a reunião do dia seguinte,  
2617 com a participação de todos os Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, falando sobre a composição  
2618 da mesa. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos,  
2619 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som  
2620 deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em  
2621 reunião de de de dois mil e treze.  
2622